



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CAMPUS DE ARAGUAÍNA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO
MESTRADO ACADÊMICO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO - PPGCULT

LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE SOARES

**OS MODOS DE VIDA DE UM POVO ANTES E DEPOIS DA FORMAÇÃO DO
LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO: Memórias e narrativas sobre a
adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO**

Araguaína, TO

2023

LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE SOARES

**OS MODOS DE VIDA DE UM POVO ANTES E DEPOIS DA FORMAÇÃO DO
LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO: Memórias e narrativas sobre a
adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do título de Mestra em Estudos de Cultura e Território.

Linha de Pesquisa II: Paisagens, Narrativas e Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros

Araguaína, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S676m SOARES, LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE .
OS MODOS DE VIDA DE UM POVO ANTES E DEPOIS DA
FORMAÇÃO DO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO:
Memórias e narrativas sobre a adaptação ao Reassentamento Urbano
Coletivo em Babaçulândia, TO . / LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE
SOARES. – Araguaína, TO, 2023.

132 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Estudo de Cultura e Território, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros

1. Modos de vida. 2. Reassentamento Urbano Coletivo. 3. Memórias. 4.
Narrativas. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE SOARES

**OS MODOS DE VIDA DE UM POVO ANTES E DEPOIS DA FORMAÇÃO DO
LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO: Memórias e narrativas sobre a
adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do título de Mestra em Estudos de Cultura e Território.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros

Data de aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca examinadora:



Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros
Orientadora (UFNT)



Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho
Examinadora Externa (UFMA)



Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida
Examinadora Interna (UFNT)



Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério
Examinador Interno (UFNT)

A meus avós Leontino Felix de Sousa e Maria Miranda de Sousa (*in memoriam*), que com amor incondicional alimentaram meus sonhos de vencer através dos estudos.

A meu pai Manoel Pereira de Andrade (*in memoriam*), de quem herdei a curiosidade pela política.

A minha mãe Deusinete Miranda de Sousa, meu irmão Mauro Miranda de Andrade e meu esposo Flávio Sousa Soares, portos seguros de cuidado e força na condução desta jornada.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é fruto das múltiplas ações de várias pessoas, que em uma verdadeira rede de colaboração, nestes mais de dois anos, estiveram presentes fisicamente, longe ou espiritualmente contribuindo com sugestões, boas energias, vibrações e orações que tornaram possível realizar esse tão almejado sonho. A menção delas aqui não é suficiente para expressar a importância que tiveram. Ainda assim, faço registrar minha imensa gratidão aos meus familiares, às instituições, aos professores, aos meus amigos, aos ribeirinhos narradores e à força magnífica de Deus.

Aos meus amados avós maternos, Leontino Félix de Sousa e Maria Miranda de Sousa, e paternos, José Pereira e Hilda Vargas, e a meu pai Manoel Pereira de Andrade; do céu, esses regozijam comigo essa grande vitória.

À minha mãe Deusinete Miranda de Sousa, pelas abdições em prol da minha felicidade e de mais uma conquista.

Ao meu irmão Mauro Miranda, que me ensina todos os dias o valor da vida e amor.

Ao meu esposo e companheiro de vida Flávio Sousa Soares, pela compreensão, constante ajuda, cuidado, amor e carinho.

As minhas tias Maria Helena Miranda, Leonildes Miranda e Nilza Miranda; meus primos Millena Miranda, Célio Dias, Emilly Miranda, Déborah Miranda, Daniela Miranda e Ana Lia Miranda; meus sobrinhos Daniel e Cauã Bento; meus tios José Pereira, Valdir Cardoso e Raimundo Cardoso. Obrigada pelo cuidado e carinho que me fazem transbordar. Com vocês minha força, coragem e capacidade para vencer desafios só aumentam.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, que ofertou e me integrou à Universidade Federal do Norte do Tocantins, lugar que me possibilitou ir além, espaço onde se constrem saberes com competência. Meus agradecimentos aos professores, mestres queridos que deixaram marcas significativas, em especial aos coordenadores do PPGCULT, Prof. Dr. Vinícius Gomes e Profa. Dra. Sariza Oliveira.

À minha orientadora, Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros pelo rigor, competência e dedicação. Obrigada por me escolher e acolher, especialmente nos momentos de desesperança e limitação, tornando mais leve o caminho até aqui. Minha eterna gratidão.

À banca de Qualificação e Defesa, Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho, Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida e Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério, educadores que fortaleceram, com encaminhamentos preciosos, a condução e finalização da pesquisa por meio de uma análise cuidadosa e humanizada. Minha gratidão.

Gratidão aos afetos encontrados nesta caminhada, uma turma distinta, corajosa, enfrentou com excelência os desafios ocasionados pela Covid-19. De modo especial, sou grata as ppgcultianas Francisca Leidiane Privino Gomes dos Santos e Josilene Rodrigues Monteiro pelas trocas nas angústias acadêmicas e força nas adversidades. Amigas e parceiras de sonhos.

À gestão 2021/2024 da Prefeitura de Babaçulândia (TO), por intermédio do prefeito Franciel de Brito Gomes, que acolheu meu requerimento de licença para efetiva dedicação à pesquisa. Um gesto que inaugurou novas possibilidades e direitos aos demais servidores da educação municipal. Obrigada pela confiança.

À Câmara Municipal de Babaçulândia, através da servidora Maria do Socorro que prontamente permitiu acesso aos registros sobre as antigas moradias da população do RUC. Obrigada por facilitar minha pesquisa.

Aos amigos Erisnalva Pereira e Juscelino Laurindo, referências que muito contribuíram desde o nascimento deste sonho, compartilhando impressões próprias do universo acadêmico. O amigo Juscelino, incentivou-me muito, mais que um amigo, você é um irmão.

Ao professor, historiador e pastor Gilvaldo Vasconcelos Santos, primeira referência no campo da qualificação, me enxergou com competências e habilidades, me proporcionando espaço de crescimento intelectual e profissional, essa conquista também é sua!

Grata à amiga Valdirene Ferreira, que, quando na busca por conhecer o universo da pesquisa e da academia, me concedeu tempo, abrigo e um bem ainda maior: a amizade. Gratidão amiga!

À Neide Gomes, amiga, familiar, sempre presente para dialogar e aconselhar sobre a vida. Afeto especial que fizeram diferença nesta jornada, incentivando, torcendo e motivando. Você é especial!

À amiga, professora Patrícia Daniella Alves, gratidão pelos incontáveis afetos que se fizeram presentes no diálogo real, nas ideias, no virtual, no apoio e no acolhimento. Obrigada pela amizade.

De maneira especial, agradeço aos homens e mulheres do Reassentamento Urbano Coletivo, que com alegria aceitaram participar desta pesquisa, compartilhando das suas intimidades, experiências, memórias e modos de vida. Meus sinceros agradecimentos aos reassentados, em especial a agente comunitária de saúde Maria Helena Miranda de Sousa Soares, que nos guiou nas visitas, além de dividir informações que ajudaram na descrição do território.

Agradeço a todos e todas que contribuíram neste sonho e me possibilitaram adquirir novos conhecimentos, (re)encontrar minha identidade de luta e resistência. Enfim, sou grata a

Deus, ao universo, à natureza e a tudo que me favoreceu gozar de saúde e fé ao enfrentar os desafios desta caminhada.

Como os rios

Com os rios, quero

Aprender a fluir

E nunca secar.

Cair de despenhadeiro,

Rolar cachoeira abaixo

E entre pedras de corredeiras

Sem nenhum arranhão.

Quero ser como

Os rios que mesmo sem olhos

Vão direto ao mar,

E ter a solidariedade deles,

Aceitando carregar consigo

Os rios de menor tamanho

Nessa viagem.

Sobretudo quero aprender

Com os rios

A irredutível luta pela liberdade

Humana,

Pois não há força no mundo

Que os contenha no seu ir

Perene;

Quando lhes prendem, desaguam;

Quando lhes cerceiam

As margens,

Transbordam.

Para os rios, a liberdade

É ser incessante.

Para mim, é ser como

Eles porque também

Preciso ser livre.

jjLeandro

RESUMO

Essa dissertação apresenta os resultados da pesquisa interdisciplinar que investigava os modos de vida, memórias, narrativas e resistências dos homens e mulheres do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) impactados e invisibilizados no processo de desterritorialização em Babaçulândia (TO) durante a formação do lago da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito. Dessa forma, nossa investigação se debruçou sobre os relatos de memórias e experiências dos moradores das ruas alagadas, homens e mulheres com necessidade de ressignificar suas histórias, que reconstruíram seus modos de viver, dentro do Reassentamento, a partir da reelaboração de suas reminiscências com vistas a resistir às investidas dos grandes empreendimentos. A História oral, caminho metodológico utilizado na escuta dos relatos, amparado pela técnica das histórias de vida, evocou sentimentos, reconhecimentos e revelou evidências, guardadas sob as lembranças das vivências da população ribeirinha. Sob a ótica territorial do corpo, criador de relações e cultura, buscamos interpretações por meio do diálogo com os narradores. Esses auxiliam na discussão, na análise e na problematização dos impactos e das mudanças gerados no processo de construção de novos modos de vida, sem a proximidade do rio, e de novas estratégias de resistir para manter suas identidades no novo território.

Palavras-chave: Modos de vida. Reassentamento Urbano Coletivo. Memórias. Narrativas.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of the interdisciplinary research that investigated the ways of life, memories, narratives, and resistance of the men and women of the Collective Urban Resettlement (RUC) impacted and invisibilized in the deterritorialization process in Babaçulândia (TO) during the formation of the lake of the Hydroelectric Power Plant (HPP) of Estreito. In this way, our investigation was focused on the reports of memories and practices of the residents of the flooded streets, men and women in need of re-signifying their histories; who reconstructed their ways of living, inside the resettlement, from the re-elaboration of their reminiscences with the purpose of resisting the onslaught of the large enterprises. The oral history, methodological path used in listening to the reports, supported by the technique of life stories, evoked feelings, recognitions and revealed evidence, kept under the memories of the experiences of the riverside population. Under the territorial view of the body, creator of relations and culture, we unravel the tangle of interpretations through the dialogue with the narrators. These, help in the discussion, analysis and problematization of the impacts and changes generated in the process of building new ways of life, without the proximity of the river, and new strategies to resist to maintain their identities in the new territory.

Keywords: Ways of life. Collective Urban Resettlement. Memories. Narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Deusinete Miranda de Sousa	24
Figura 2 — Eduvirgens Ferreira Barros	25
Figura 3 — Izabel Aguiar da Silva.....	26
Figura 4 — José Pereira da Silva	27
Figura 5 — Leonildes Miranda de Sousa Soares.....	28
Figura 6 — Família de Leonildes e Valdir	29
Figura 7 — Maria das Graças da Silva Pereira	29
Figura 8 — Maria Miranda de Sousa	30
Figura 9 — Marlene Batista Meneses	31
Figura 10 — José Sousa Meneses	32
Figura 11 — Maria Raimunda Pereira Leite	33
Figura 12 — Renato Sousa Meneses.....	34
Figura 13 — Valdiva Ferreira da Silva	35
Figura 14 — Vicença Alves Pereira.....	36
Figura 15 — Zacarias Luciano da Silva.....	37
Quadro 1 — Interlocutores da pesquisa	37
Quadro 2 — Modelo institucional de planejamento e gestão do setor elétrico no Brasil.....	53
Quadro 3 — Fases do processo de licenciamento ambiental da UHE.....	57
Figura 16 — Apresentação da cartilha elaborada pelo Ceste	62
Figura 17 — Vista aérea da praia e do calçamento em Babaçulândia.....	63
.....	63
Figura 18 — Vista aérea diurna da Orla de Babaçulândia	63
Figura 19 — Vista aérea noturna da Orla de Babaçulândia	64
Figura 20 — Construção à beira do lago.....	65
Figura 21 — Antiga moradia da pescadora Leonildes Miranda.....	66
Figura 22 — Rua do Campo vista do morro	71
Figura 23 — Rua do Campo.....	71
Figura 24 — Porto da Mangueira/Jirau	75
Figura 25 — Porto da Mangueira.....	76
Figura 26 — Lavadeira no Remansão	89
Figura 27 — Deslocamento da produção nas vazantes no Rio Tocantins.....	91
Figura 28 — Procissão fluvial de São José	95
Figura 29 — Rua Humberto de Campos	96
.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 — Localização do RUC no Município de Babaçulândia/TO	22
Mapa 2 — Trecho do Rio Tocantins entre os municípios de Estreito e Babaçulândia (Cenário anterior ao enchimento do reservatório da UHE)	59
Mapa 3 — Trecho do Rio Tocantins entre os municípios de Estreito e Babaçulândia (Cenário posterior ao enchimento do reservatório da UHE)	60
Mapa 4 — Localização de Babaçulândia no contexto regional e nacional	69
Mapa 5 — Território do baixo Tocantins	73
Mapa 6 — Tocantins e seus limites	73

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Ceste	Consórcio Estreito Energia
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PIB	Produto Interno Bruto
PNEE	Plano Nacional de Energia Elétrica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SIN	Sistema Interligado Nacional
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UHE	Usina Hidrelétrica de Estreito
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Mulheres e homens: narradores do rio Tocantins.....	23
1.2 caminhos teóricos de pesquisa	39
1.3 Trilhas e estratégias metodológicas	43
2 BRASIL: ENERGIA, DESENVOLVIMENTO E EXPLORAÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	49
2.1 Contexto da exploração energética no Brasil.....	52
2.2 Exploração hídrica no Tocantins	54
2.3 A territorialização da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) em áreas babaçulenses	57
3 CAMINHOS DE MEMÓRIA:TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO	67
3.1 O município de Babaçulândia	68
3.2 O rio, a vida e as “ruas de baixo”.....	72
3.3 A usina e o lago	79
4 SABERES, FAZERES E RESISTÊNCIAS DO RIBEIRINHO/CAMPONÊS.....	84
4.1 Terra e rio na memória do ribeirão camponês	85
4.2 Práticas de sociabilidades: entre religiosidade e costumes	93
4.3 As dores e dissabores da vida no RUC: entre adaptações e resistências.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	124
ANEXOS	126

MEMORIAL

Nativa de Babaçulândia (TO), eu, Leomaura Miranda de Andrade Soares, não nasci em família abastada com terra, gado e dinheiro, nem carrego sobrenome ou vínculo familiar e social relevantes. Desde criança, eu e meu irmão, Mauro Miranda de Andrade — que antes de completar um ano fora diagnosticado com paralisia infantil e é totalmente dependente dos cuidados familiares —, fomos forçados a lutar contra os dilemas de quem nasce pobre. Avós vazanteiros em terras alheias, mãe trabalhando como professora no campo, tias empregadas domésticas. Pessoas que fizeram de tudo para tornar meu caminho mais ameno. Assim, é importante falar primeiro dos que vieram antes de mim, para narrar uma história com referências sólidas.

Meu bisavô materno, Mariano da Costa e Silva, era professor no Piauí. Segundo relatos de minha avó Maria, dividia seu tempo entre o trabalho na terra e a educação dos filhos de fazendeiros ricos da região e não tinha tempo para alfabetizar os filhos, menos ainda sua esposa, Clotilde Maria da Conceição e Silva. O casal vivia com muitas dificuldades oriundas da ausência de chuvas, seca e a falta de terra para a produção de subsistência. Além disso, tinham 12 filhos, trabalhadores da terra com talento para as artes, como música e desenho, todavia, se sustentavam do trabalho árduo na terra. Dos 12 irmãos apenas 1 está vivo, aposentado e vivendo na cidade de Barra do Ouro (TO).

Essa família, motivada pela notícia do movimento Bandeiras Verdes¹, migraram para o sul do Maranhão, especificamente até Carolina e depois para diversos outros locais e fixaram moradia no antigo povoado Nova Aurora do Coco, atual cidade de Babaçulândia, às margens do Rio Tocantins. Das lembranças em relação ao Nordeste, escutei deles muitas histórias, músicas e poesias de cordel, intercaladas por recordações tristes, comuns a retirantes nordestinos, especialmente da seca e pobreza no sertão.

Ainda no Maranhão, minha avó se casou com o indígena Leontino Félix de Sousa. Embora fosse analfabeto, Leontino recorria aos inúmeros saberes aprendidos com seus antepassados e, como conhecia muitas medicações naturais e de farmácia, atuava como farmacêutico: prescrevia verbalmente medicamentos e administrava injeções. Lembro-me da

¹ Primeiramente, as *Bandeiras Verdes* são definidas por uma localização espacial, são um lugar, ou talvez fosse melhor dizer, uma direção, que aponta para onde se deve ir. As bandeiras ficam para oeste, coincidente, portanto, com a região da fronteira inexplorada, onde só existem as matas (VIEIRA, 2012, p.69).

intensa movimentação de pessoas em tratamento de saúde em nossa casa. A filha mais velha, minha mãe, se tornou professora na zona rural de Babaçulândia, e nessa época teve o primeiro contato com a sala de aula e o fazer docente. Meu pai era um homem conservador e apaixonado por política, tivemos pouca convivência, pois logo após o nascimento do meu irmão com deficiência ele decidiu separar de minha mãe.

Criados por nossos avós maternos, cercados de valores importantes e muitas regras. Uma educação familiar fortemente ligada ao estudo da bíblia, aos cânticos cristãos e ao hábito de frequentar a igreja. Até meus oito anos frequentamos a Igreja Católica, depois meus avós tornaram-se cristãos-evangélicos. Estudei dos seis aos nove anos na única escola paroquial da cidade de Babaçulândia, Escola Paroquial Nossa Senhora do Rosário de Fátima, uma escola pública, administrada por padres, rigorosos nos procedimentos de ensino-aprendizagem e no acompanhamento do desempenho escolar.

Estou na escola desde os cinco anos, tendo desenvolvido o gosto pela leitura, uma influência positiva das experiências construídas na base religiosa e na rigorosa cobrança do meu avô Leontino, que também usufruía das minhas sonoras leituras. Nesse período minha mãe havia viajado para trabalhar no garimpo, região do Mato Grosso, cabendo a mim a responsabilidade de ajudar na escrita de cartas enviando nossas notícias. Essa convivência com os símbolos linguísticos aguçou minha busca pelo saber, com a convicção de que: estudar é o meu único caminho. À medida que acessava outras produções escritas, gostava de problematizar e me engajar em diversas causas. E uma “personalidade forte”, segundo definições dos professores, no Ensino Médio, foi se construindo.

Finalizei o Ensino Médio e o curso Normal (Projeto SOME)² no ano 2000 e aos 18 anos ingressei no trabalho docente como professora na zona rural de Babaçulândia. Protagonizei histórias importantes na Escola Municipal Benjamim Sousa Parente, no Povoado Cebola. A necessidade de ganhar o sustento, alinhada ao entusiasmo de quem acabava de se formar, transformou tudo em provocações que resultaram nas habilidades que me orgulho de compartilhar. Ingressei no curso de Pedagogia na Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) em 2004, nas vagas destinadas aos docentes em exercício, quando alcancei o primeiro lugar. Forçada pelo sistema político e de poder que operava na rede educacional do município, solicitei minha demissão e desisti do curso por quase um semestre. Como a

² SOME é sigla de Sistema de Organização Modular de Ensino destinado à formação de professores pelo Governo do Tocantins no norte do estado.

aposentadoria dos meus avós não era suficiente para ajudar no pagamento das mensalidades, após ficar alguns meses sem estudar, contei com a solidariedade de alguns amigos para quitar os boletos atrasados e retomar os estudos. De volta à faculdade, na modalidade à distância nos fins de semana e férias, cuidava do meu avô, acamado após um Acidente Vascular Cerebral. Tempos difíceis. Não tínhamos recursos para custear seu tratamento e o acesso ao SUS e quando alcançamos já não restava esperança de tratamento. Meu avô faleceu em maio de 2005, perda marcante. Atribuo a ele minhas conquistas. Cuidadoso para me manter na escola, enxergava sentido nas letras e códigos que nunca pode decodificar, juntar, ler ou escrever.

Em 2005, casei-me com Flávio Sousa Soares e, no ano seguinte, recebi o convite para trabalhar na rede estadual como professora no Ensino Médio, posteriormente como suporte pedagógico e, na sequência, como coordenadora pedagógica. Em 2007, passei no concurso público do município de Babaçulândia para a zona urbana. Simultaneamente, finalizei a graduação e militava nos movimentos sociais em favor de docentes, pescadores e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As questões socialmente impostas, principalmente a nós, pobres e marginalizados, sempre me inquietaram. Resultado disso são as pressões e perseguições pelo ativismo praticado em favor dos trabalhadores da educação e a comunidade geral, participando dos órgãos de controle social como o Comitê de Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Saúde em Babaçulândia. Trago cicatrizes que doem, no entanto, novos saberes se reorganizam, trazendo resultados positivos.

No ano de 2009, passei no concurso da Prefeitura Municipal de Araguaína como professora na função de coordenadora pedagógica, que exige o constante deslocamento em 120 km ida/volta, e ainda com fôlego para atuar junto ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), do 6º ao 9º ano na Escola Municipal José Gomes Sobrinho. Uma vida em constante desterritorialização e (re)territorialização.

Nessas consolidações, tenho alcançado experiência profissional, embora ainda cause provocações, relacionadas às minhas opiniões formuladas na luta por igualdade de direitos. Cursei duas especializações na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Gestão Escolar (2010) e Coordenação Pedagógica (2011). O objetivo é estar em contínua aprendizagem, para contribuir com mais segurança e autonomia com meus pares, meu local de pertencimento e na formação de pessoas conscientes, que valorizam suas identidades.

Os fatos apresentados justificam esta narrativa, permitindo profunda formação, desconstrução, reinvenção e vivência resultante dos que se juntam, afastam, contribuem, criticam, prejudicam ou simplesmente me pegam pela mão me fazendo ver quão valioso é o

outro. No contexto atual, somos todos parte do grupo de reassentados, que perderam seus lares para o empreendimento e formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)³.

Criada como filha pelos meus avós, tenho quatro tias/irmãs e um irmão. Ele é um rapaz extremamente inteligente: ensina-nos a ver o mundo com mais simplicidade, amor e muita paciência. Minha mãe/irmã Deusinete, que por não conhecer direitos trabalhistas, perdeu seu trabalho como professora, todavia, se reinventou como pescadora artesanal e, hoje, segue aposentada. Minha tia Leonildes é pescadora artesanal, sobrevive com sua família somente desse ofício. A tia Nilza é autônoma, e a mais nova Maria Helena é agente de saúde. Minha avó materna, centro da família, faleceu em 1º de janeiro de 2022, aos 86 anos, me causando profunda tristeza, dor e o despertar de sintomas adormecidos desde a perda do meu filho nas últimas semanas da gravidez em 2018, outra perda profundamente marcante. Meu esposo Flávio é o homem que me apoia incondicionalmente, amigo, companheiro e incentivador. Nascemos, crescemos e ainda residimos em Babaçulândia. Temos um vínculo de amor e cuidado do qual não conseguimos nos afastar deste território. Ao longo deste caminho tive o diagnóstico do diabetes tipo 1, que em nada impede meus sonhos, mas diariamente exige maior atenção com a saúde.

Ao conhecer o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) foi amor à primeira vista. O mestrado é a realização de um sonho, um universo de possibilidades teórico-epistemológicas, bem como uma forma de ampliação da visão profissional. Alimentada por esse ideal, entrei como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território para a disciplina “Seminário avançado: entre conhecimentos e epistemologias negras e indígenas”, com os professores doutores Alex Ratts e Kênia Costa, em 2019. Em 2020, novamente como aluna especial, cursei a disciplina “Práticas Culturais, Linguagens Comunicacionais e Narratividades”, com os professores doutores: Páblío Martins e Jean Carlos Rodrigues. As experiências contribuíram com o desejo de integrar o programa como aluna regular, fazendo nascer a proposta da pesquisa, apresentada, defendida e transformada nesse importante instrumento de investigação social.

³ A UHE de Estreito está localizada no rio Tocantins, na divisa dos Estados do Maranhão e do Tocantins, entre o município de Estreito, à margem direita, e Aguiarnópolis e Palmeiras, à margem esquerda. Localizada ao norte do Tocantins e no sudoeste do Maranhão, a UHEE dista aproximadamente 513 km da capital Palmas (TO) e 752 km da capital São Luiz (MA). O barramento está situado às margens da BR-010, no sentido Estreito-Carolina, distante 130 km de Imperatriz (MA). Importante ressaltar que a Casa de Força está instalada do lado maranhense, no município de Estreito, enquanto o Vertedouro localiza-se no município de Aguiarnópolis (TO) (CARVALHO, 2018, p.74).

Retomando os caminhos da pesquisa, é pertinente destacar ser o território em estudo, o território de pertencimento e vivência dessa pesquisadora. Os interlocutores dessa pesquisa são pessoas, moradoras de Babaçulândia, junto das quais exerço a função social de utilização da propriedade, cobrando direitos coletivos e colaborando para isso. Conversar com esses homens e mulheres me trouxe lembranças da infância, histórias adormecidas que impactaram de maneira complexa, verdadeiros sentimentos guardados no “esquecimento de reserva”, afinal, apesar de conhecer e compor o campo Babaçulândia, pensava conhecer e ter respostas, cuja realidade se mostrou no processo de construção da pesquisa, nas disciplinas e leituras (re)feitas. Recordei da caminhada com meus avós até a roça localizada às margens do Corrente⁴, acompanhada das histórias sobre plantas, animais e insetos que encontrávamos pelo caminho, nas orientações quando ao manuseio da enxada ou por vezes relacionada à mão de pilão. Meus avós insistiam em me ensinar diversos ofícios do homem do campo, mas nunca precisei utilizar, porque diferente de minha mãe e tias, tive o privilégio de adentrar na escola aos cinco anos de idade e, através dos estudos, (buscar) realizar os sonhos que não são apenas meus.

Essa jornada inversa, de revisitar minhas memórias, minha história na/com a escola e universidade fulguraram em mim lembranças carregadas de sentimentos, emoções que eu não pensava sequer existir. Chorei, sorri, esqueci a pandemia, o universo complexo e caótico que vivemos e promovi uma autoanálise, um mergulho no passado.

Vivo cercada de aprendizagens que carecem revisão, rompimento e novas construções a partir do meu território, corpo e local de existência. São novas prioridades adicionadas, ampliação do olhar e cuidado com o outro. Ainda estou cá, desafiando as duras e feroz dificuldades que me atravessam. Há uma esperança se movimentando dia a dia, carregando fragilidades e responsabilidades em silêncio. Reflexiva essa mulher sente-se orgulhosa pela chegada e caminhos que ainda deseja trilhar.

⁴ Afluente que deságua no Rio Tocantins e cujo curso e moradores ribeirinhos foram fortemente impactados com a formação do lago da UHE.

1 INTRODUÇÃO

Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.
(Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia)

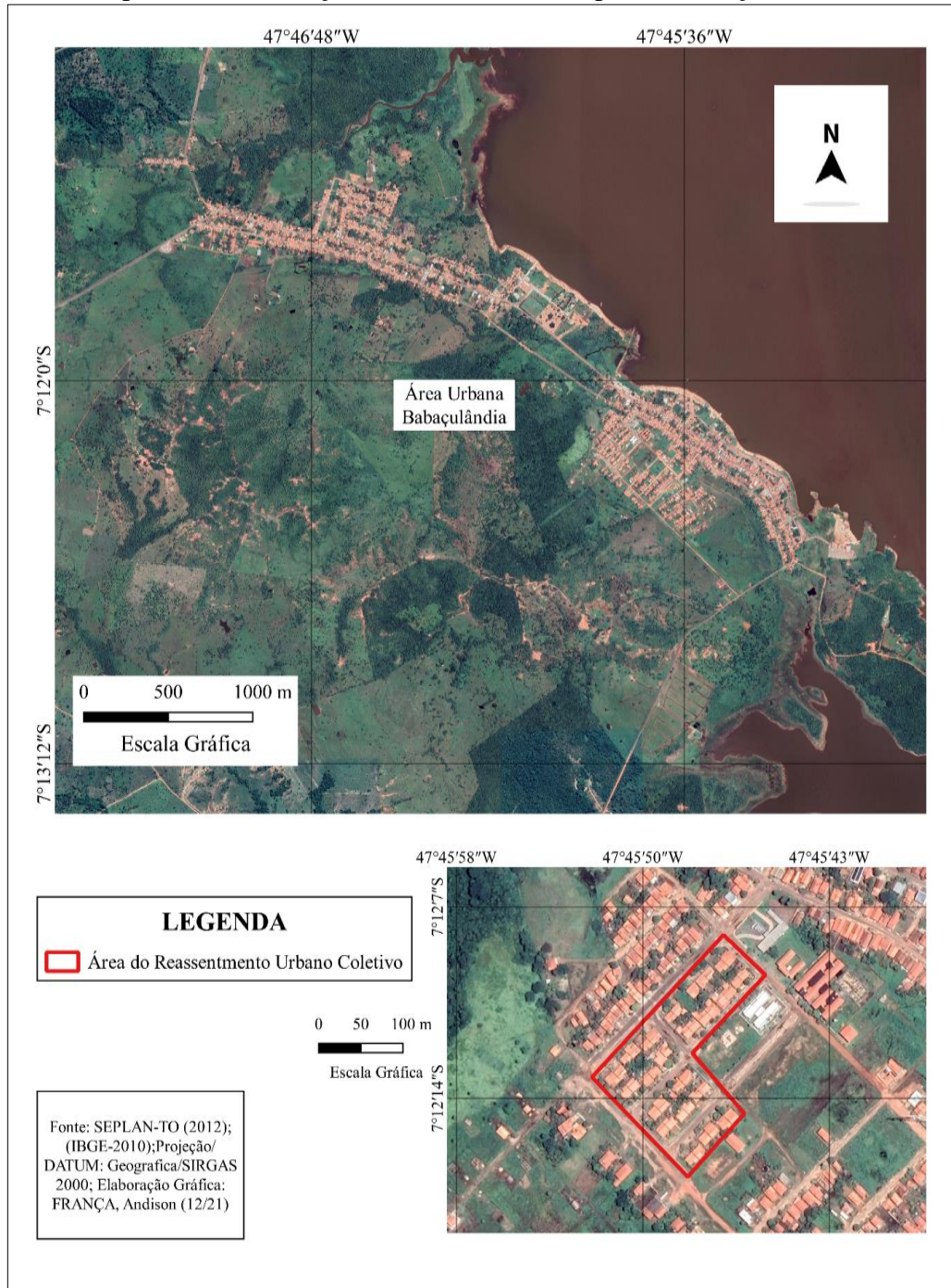
No intuito de contribuir para as mudanças no campo da História em que está inserida, esta pesquisa tem por objetivo central investigar os modos de vida rememorados e narrados pelos ribeirinhos reterritorializados no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) em Babaçulândia, construído após a constituição do Lago da UHE de Estreito. Ademais, busca mudanças ao discutir as resistências e práticas socioculturais desses sujeitos no território do referido reassentamento. Esses povos tradicionais — que são sujeitos sociais coletivamente construídos de acordo com as condições específicas de sua existência e afirmação identitária (ALMEIDA, 2008) — sofreram os impactos do deslocamento de seu território, em Babaçulândia, e foram invisibilizados em razão do processo de formação do lago da UHE de Estreito. Nesse sentido, desdobramos nossa pesquisa em alguns objetivos, os quais consistem nas seguintes ações: compreender as experiências nascidas da relação com o Rio Tocantins nos processos de territorialização (a chegada inicial às ruas da beira do rio e a vivência oralmente compartilhada); registrar o rememorar o período de desterritorialização (a mudança a contragosto para o reassentamento) imposto pela UHE;⁵ entender as narrativas e os relatos singulares sobre os modos de vida desse povo, sob a ótica de valorização do território, das identidades e da cultura; caracterizar as mudanças geradas a partir da reterritorialização (o processo de adaptação aos novos modos de vida dentro do RUC) e as estratégias construídas para garantir a vivência e a permanência no novo território.

Ao analisarmos a representação gráfica do território pesquisado, e a distância em relação ao lago, constatamos a proximidade geográfica entre a região e as antigas ruas, destoando das formas históricas e culturais. Todavia, para quem já viveu outras partidas — como relatam os que chegaram a essa terra por distintas formas de dispersão —, o deslocamento compulsório

⁵ Em Haesbaert (2006, p.67), na sociedade contemporânea e diversa, “[...] não resta dúvida de que o processo de ‘exclusão’, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização”.

foi e se conserva como o mais doloroso conforme mapa que apresenta a cidade de Babaçulândia e a localização do RUC.

Mapa 1 — Localização do RUC no Município de Babaçulândia/TO



Fonte: SEPLAN-TO (2012); IBGE (2010); Projeção DATUM (2000).

O território do RUC, marcado por processos violentos de expropriação e desterritorialização, se constitui o novo território onde os ribeirinhos foram realocados compulsoriamente.

1.1 Mulheres e homens narradores do rio Tocantins

(Re)fazendo meu caminho, explorando as lembranças das antigas casas, percorrendo ruas, ladeiras e carreiros que uniram homem e natureza, dou um mergulho profundo nas minhas lembranças afetivas, marcantes e temporais, sobreviventes e flutuantes nas memórias não afogadas pelo lago da UHE em Babaçulândia (TO). A evidente proximidade entre esta pesquisadora e o objeto pesquisado também diz respeito ao espaço agregado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Sem dúvida, o encontro entre minha trajetória pessoal com os novos caminhos trilhados no mestrado resultou na mudança das minhas concepções e no consequente encontro com a história, as memórias e os relatos de pessoas des/reterritorializadas, cujas narrativas são a matéria viva deste texto. Ao fazer parte desse grupo, antes de seguirmos com a escrita apresentam-se esses outros sujeitos que, junto comigo, contam uma história.

Destacamos, desde já, que os critérios para seleção dos entrevistados têm base em três eixos: pessoas que sofreram o impacto cultural nos modos de vida, que mobilizam memórias da vida antes, nas ruas de baixo⁶ próximas ao Rio Tocantins, e que desenvolvem estratégias de sobrevivência no novo território. Assim, os interlocutores partilham das mesmas formas de sociabilidade,⁷ convívio e religiosidade; dividem práticas de trabalho e pelem lado a lado em busca de dias melhores, como veremos no decorrer desse texto. Sendo eles:

⁶ Adjacências da Rua do Campo, Rua das Neves, Rua Castelo Branco, Rua Anhanguera e Ladeira do Rocha.

⁷ Trata-se de uma sociabilidade territorial não limitada por uma jurisdição nacional, cuja tendência é dividir as pessoas. Ao contrário disso, “[...] é referenciada como uma unidade espacial na qual os interesses da maioria de seus membros são sistematicamente colocados em prática” (PAULA, 2019, p.96).

Deusinete Miranda de Sousa

Figura 1 — Deusinete Miranda de Sousa



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Deusinete é moradora do reassentamento e atua como líder comunitária, por potencializar movimentos coletivos de luta pelos direitos dos reassentados. Aposentada como pescadora artesanal, trabalhou como empregada doméstica e professora entre 1989 e 1992 no sertão de Babaçulândia. Estudou até os anos finais do Ensino Fundamental — 9º ano, antiga 8ª série. Nasceu em Carolina (MA), em 09/12/1962, e está com 59 anos de idade. É divorciada e mora com o filho deficiente físico e autista. Deusinete guarda arquivos fotográficos das reivindicações da comunidade junto ao CESTE, orienta, acompanha e faz reclamações que beneficiam os moradores do RUC.

Eduvirgens Ferreira Barros

Figura 2 — Eduvirgens Ferreira Barros



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Eduvirgens é chefe da família reside com sua mãe Maria Madalena dos Santos e os filhos. Eduvirgens, com 69 anos de idade, é natural de Carolina (MA) e nasceu em 19/07/1953. Há muitos anos, residia próximo a uma indústria de aproveitamento do coco babaçu e olaria, que existiu antes da formação do lago da UHE. Vivia, basicamente, de pequenas lavouras em terras cedidas e, como muitos, da pesca artesanal. Atualmente se encontra aposentada como trabalhadora rural e mora na companhia de filhas e netos.

Izabel Aguiar da Silva

Figura 3 — Izabel Aguiar da Silva



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Izabel mora ao lado da Escola Leopoldo de Bulhões. Ela é a chefe da família e proprietária. Reside com os irmãos Catarina Maria Aguiar Silva e José Aguiar Silva e com as filhas Ivanessa e Ivaniza Aguiar Silva. O tempo de moradia é de mais de 40 anos. Izabel nasceu em São Francisco (MA) no dia 18/10/1946. Chegou criança a Babaçulândia e já exerceu diversos ofícios, entre eles o de lavar roupas na Rampa, principal porto localizado na beira do rio, onde havia hotéis e bares.

De lá também saíam os barcos para a antiga Praia do Coco, localizada no lado maranhense. Dona Izabel teve cinco filhos e optou pelo reassentamento para continuar morando próxima ao filho e aos vizinhos. Sobre o povoamento Ribeirinho da Zona Urbana de Babaçulândia, ela apenas afirma que foi consequência das mudanças geradas pela Ceste.

José Pereira da Silva

Figura 4 — José Pereira da Silva



Fonte: arquivo de imagens da autora.

O senhor José Pereira é proprietário e vive sozinho. Está na sua moradia há 10 anos. Também conhecido como Zé da Altina, nome de sua mãe, nasceu em 16/12/1942, conforme conta, às 5h da manhã na beira do Ribeirão, região da Cana Brava, município de Filadélfia (TO), próxima de Babaçulândia. Atualmente aposentado, trabalhava como lavrador e produzia suas roças nas áreas de várzeas entre o Rio Corrente e Tocantins até o enchimento do lago.

Suas lembranças são preenchidas por experiências do labor nas áreas ribeirinhas, quando narra sobre o sustento da família, das enchentes a cada dois anos e dos aspectos social, econômico e religioso da cidade a partir das ruas de baixo, acrescentando com observada lucidez a territorialização no RUC.

Leonildes Miranda de Sousa Soares

Figura 5 — Leonildes Miranda de Sousa Soares



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Leonildes é chefe de família e vive com Valdir Cardoso Soares, seu esposo, e Emili Miranda Soares, a filha. O tempo de moradia é de 5 anos. Pescadora artesanal, Leonildes Miranda de Sousa Soares tem 50 anos, nasceu no município de Goiatins (TO), em 17/10/1972. Mantinha o sustento da família exclusivamente com a pesca. Também coletava frutos na natureza: quando em suas jornadas pelo lago encontrava buriti e bacaba, por exemplo. Muito apaixonada pela vida simples, sustenta o sonho de ter um pedaço de terra em Babaçulândia para criar animais, cultivar alimentos e descansar nos momentos de lazer. Em seu quintal, cercado de altos muros, conta com um “tiquim”⁸ da natureza, muitas árvores frutíferas e presença constante de aves.

⁸ Expressão que é herança da mãe, nordestina do Piauí, que usava esse termo no lugar da palavra “pedaço” e “um pouco”.

Figura 6 — Família de Leonildes e Valdir



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Maria das Graças da Silva Pereira

Figura 7 — Maria das Graças da Silva Pereira



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Maria do Bento, em referência ao nome do falecido esposo, nasceu em 11/07/1955 em São João dos Patos no Maranhão. Acostumada à rotina nas adjacências, ao lado do rio, com seus familiares fixaram moradia em Babaçulândia há mais de 50 anos, tem sobrevivido ao deslocamento e à dissolução da convivência familiar ao optar por outras formas de indenização e ficando no RUC. Maria das Graças complementa a renda da aposentadoria com costuras, ao mesmo tempo em que alinha novos modos de manter a fé, a participação nas tradicionais rezas e festividades culturais, como o carnaval. Integra o grupo da terceira idade, mantido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Maria Miranda de Sousa

Figura 8 — Maria Miranda de Sousa



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Maria chegou com marido e filhas em Babaçulândia no ano de 1979 e morou na Rua Castelo Branco até o período da desterritorialização. Dona Maria, nasceu em Floriano (PI) em 06/02/1935 e na mocidade, com seus pais e irmãos, veio para o centro sul do Maranhão, região de Carolina, fugindo da seca. Acostumada ao campesinato, com seu esposo, plantou roças nas vazantes do Rio Tocantins e Corrente.

Ficou viúva em 2005 e no cume desta investigação em 01/01/2022, faleceu em decorrência de problemas respiratórios e fragilidades acumuladas na pandemia, conjugada com

a reforma para correção de problemas estruturais demarcados na reterritorialização no RUC. Dona Maria desejava ser entrevistada quando se encontrasse mais saudável para um arranjo melhor de sua aparência. Ainda assim, testemunhou memórias e lembranças determinantes nesta investigação.

Marlene Batista Meneses

Figura 9 — Marlene Batista Meneses



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Com 62 anos de idade, a aposentada Marlene Batista Meneses nasceu em 18/9/1959. Residiu por mais de 60 anos no antigo território, até ser removida para o RUC. É esposa do proprietário da moradia, José Sousa Meneses; onde também moram os filhos do casal e o neto Kennedy Barros da Silva. Embora a entrevistada tenha trabalhado por muitos anos no Colégio Estadual Leopoldo de Bulhões como merendeira, exercia dupla jornada por ser lavradora ao lado do marido.

José Sousa Meneses

Figura 10 — José Sousa Meneses



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Nascido em 05/3/1956, no município de Carolina (MA), José Sousa Meneses, conhecido por “Zezinho”, hoje tem 66 anos de idade e é pescador artesanal aposentado. Ele se deslocou para Babaçulândia ainda criança com seus pais em busca de melhores condições de vida. Seu José viu seu pedaço de terra ser inundado pelo lago da Usina do Estreito. Em Babaçulândia, foi lavrador e vaqueiro. Atualmente complementa a renda por meio da pesca artesanal.

Maria Raimunda Pereira Leite

Figura 11 — Maria Raimunda Pereira Leite



Fonte: SOARES (2022).

Dona Maria Raimunda Pereira Leite é esposa do proprietário João Alves Leite. Vivem com os filhos José e Paulo Pereira Leite. Moram no local há 7 anos. Com 70 anos de idade, nasceu em 2/5/1952 na Barra da Arraia, espaço rural de Babaçulândia. Apesar da idade, Maria Raimunda somente conseguiu se aposentar recentemente. Maria Raimunda demonstra ser uma mulher sábia. Na sua tessitura, que envolve corpo, linguagem e interpretação de mundo, carrega marcas das interseccionalidades que ainda podem oprimi-la em decorrência de seu gênero, de sua raça/etnia e de sua classe social. Quando essas características são articuladas, os fracassos das políticas públicas são transmutados para fracassos individuais (AKOTIRENE, 2018).

Renato Sousa Menezes

Figura 12 — Renato Sousa Menezes



Fonte: arquivo de imagens da autora.

O senhor Renato Sousa Menezes, proprietário da casa onde mora com a filha Renata Luciana Sousa Menezes. Seu tempo de moradia é de 8 anos. Seu Renato ou “cumpade Renato”, como é conhecido, nasceu em Carolina (MA) em 09/02/1955. Trabalha como vigia no antigo Mercado Municipal. “Cumpade Renato” ainda mantém a caça e a pesca como forma de complementar sua alimentação. É raizeiro e compreende as diversas dinâmicas da natureza para cuidar da saúde de pessoas e animais.

Valdiva Ferreira da Silva

Figura 13 — Valdiva Ferreira da Silva



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Valdiva Ferreira da Silva, proprietária e chefe de família, vive com a filha Camila Ferreira dos Santos. O tempo de moradia é de 40 anos. Nasceu em 04/01/1946 e hoje está com 76 anos de idade. Atualmente, é aposentada como lavradora. Natural de Babaçulândia, ela exerceu vários trabalhos para sustentar a família e optou em morar no reassentamento no intuito de manter o vínculo com os vizinhos.

Vicença Alves Pereira

Figura 14 — Vicença Alves Pereira



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Dona Vicença Alves Pereira vive com o esposo Adelino Pereira Miranda, que é o proprietário da moradia, e com a neta Dinalva Alves Lopes. Nasceu no Itapecuru, município de Carolina (MA) em 14/10/1937. Hoje é aposentada e trabalha com a produção artesanal de redes e tapetes. Explanando com lucidez, falou da sua vida, do trabalho de plantio na terra do outro lado do rio, antes do lago, da perda do esposo, do acidente que sofreu através dos agentes responsáveis pela barragem, da família no cotidiano das ruas, da vizinhança, dos costumes religiosos e de interação.

Zacarias Luciano da Silva

Figura 15 — Zacarias Luciano da Silva



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Zacarias Luciano da Silva é o chefe de família/proprietário. É viúvo e vive com o neto Terisvam Luciano da Silva. Seu Zacarias, hoje aposentado, tem 76 anos de idade e nasceu na Mamoneira, no sertão de Babaçulândia. Sobrevivia das lavouras nas vazantes do rio e da pesca. Participou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), adquirindo um pedaço de terra no Assentamento Turrão. O enchimento do lago o fez sofrer dois deslocamentos: do Assentamento Turrão e da moradia urbana.

O Quadro 1 traz uma síntese das informações dos interlocutores da pesquisa enquanto moradores do RUC.

Quadro 1 — Interlocutores da pesquisa

	Entrevistado/a Proprietário	Tempo de moradia em Babaçulândia	Pessoas que moram com o/a proprietário/a	Principal fonte de sustento	Outra propriedade urbana e/ou rural
1	Deusinete Miranda de Sousa	45 anos	1 filho	Aposentadoria/pensão	Não
2	Eduvirgens Ferreira Barros	46 anos	mãe 5 filhos 1 neta	Aposentadoria/pensão Lavouras de subsistência e para comércio Benefícios do governo	Sim, urbana

3	Izabel Aguiar Silva	42 anos	1 irmã 1 irmão 2 filhas	Salário de funcionária pública/ benefícios do governo	Não
4	José Pereira da Silva	40 anos	–	Trabalho na lavoura/prestação de serviços	Não
5	Leonildes Miranda de Sousa Soares	45 anos	esposo 1 filha	Aposentadoria/pensão Lavouras de subsistência e para comércio Benefícios do governo	Sim, urbana
6	Maria Miranda de Sousa*	45 anos	esposo 1 filha 2 netas	Aposentadoria/pensão Renda eventual	Não
7	Marlene Batista Meneses	50 anos	4 filhos 2 netos	Lavoura para subsistência Benefícios do governo Renda eventual	
8	José Sousa Meneses**				
9	Maria das Graças da Silva Pereira	50 anos	esposo 1 filha	Renda eventual Benefícios do governo	Não
10	Maria Raimunda Pereira Leite***	50 anos	esposo 2 filhos	Lavoura para subsistência Lavoura para comércio Benefícios do governo	Sim, urbana
11	Renato Sousa Meneses	50 anos	1 filha	Salário como funcionário público Benefícios do governo	Não
12	Valdiva Ferreira da Silva	40 anos	1 filha	Aposentadoria/pensão Benefícios do governo	Não
13	Vicença Alves Pereira	60 anos	esposo 1 neta	Salário fixo Lavoura de subsistência	Sim, rural
14	Zacarias Luciano da Silva	65 anos	esposa 1 neto	Salário como funcionário público Benefícios do governo	Não
<p>* Maria Miranda de Sousa é esposa do proprietário da moradia, Leontino Felix de Sousa. **José Sousa Meneses é esposo da proprietária da moradia, Marlene Batista Meneses. *** Maria Raimunda Pereira Leite é esposa do proprietário da moradia, João Alves Leite.</p>					

Fonte: elaborado pela autora.

Neste trabalho dissertativo, estão presentes as marcas pessoais e coletivas dessas pessoas, marcas essas cimentadas pelo apagamento dos seus protagonismos, enquanto homens e mulheres que buscam sua autonomia. São vítimas das diversas violências, sofrem por não terem nascido com privilégios e, conseqüentemente, por se encontrarem desprovidos de direitos básicos. Contudo, também são constutores de possíveis lutas, retratadas na evocação de suas memórias e experiências. Apresentados esses sujeitos, passemos a explanar a sustentação teórica e metodológica desta pesquisa.

1.2 Caminhos teóricos da pesquisa

Para investigar como os ataques do capitalismo, que agem por meio dos grandes empreendimentos hidrelétricos, atingem essas pessoas, produzindo desterritorializações, reterritorializações, memórias, desestruturação dos modos de viver, acomodações e resistências, é necessário compreender que a análise desse problema se relaciona com a apropriação, na pesquisa, dos conceitos de “território” e “lugar”, os quais repercutem o viés afetivo-emocional de identificação do grupo sobre o qual se constroem vínculos de identidade social. São abordadas as implicações da quebra da identidade cultural, uma identidade antes puramente estruturada na relação urbana e rural estabelecida por meio do rio, o qual conduzia toda a vida social.

Construir esta investigação demandou suporte teórico-metodológico em uma gama de autores e abordagens acadêmico-científicas, que foram mobilizados para a análise e a interpretação de relatos, narrativas e demais materiais que se referem à memória e à construção das representações culturais e de identidade no território. Para uma abordagem interdisciplinar, que ligasse o objeto pesquisado aos conhecimentos narrados e dissertados pelas ciências, voltamo-nos para Olga Pombo (2005), autora que nos orienta a ressignificar os diferentes saberes que convergem na interação entre disciplinas e áreas. Aqui, é necessário reconhecermos que, na palavra “disciplinaridade” os possíveis e distintos prefixos — como, *multi*, *pluri*, *inter*, *trans* — estão assentados em uma mesma raiz: “disciplina”.

A investigação interdisciplinar possibilita que o mundo (re)conheça histórias, as quais precisam ser visibilizadas. Sobre esse reordenamento do caos, Paul Ricoeur (1994, p.116) alerta que “[...] as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas”, ao passo que Olga Pombo (2004, p.10), adiciona: “[...] é como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar”, pois são conhecimentos universalistas, que ligam a interdisciplinaridade com diversos elos. Assim, é preciso que se reconheça

[...] que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente ao domínio de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. (POMBO, 2004, p.10)

Esse olhar plural, evidencia como os aspectos da vida no contexto dos ribeirinhos, habitantes da Vila Verde ou Vila Colorida⁹, com e sem o Rio Tocantins, contribui por romper barreiras curriculares, trazendo novas visibilidades, compreensões que estão em construção, unindo saberes atemporais. A partir da perspectiva interdisciplinar, dialogamos nessa investigação com conceitos oriundos de diversas disciplinas, os quais são apresentados nesse texto a partir do olhar de variados pesquisadores. Dentre eles, destacamos inicialmente o conceito de território a partir da concepção de Rogério Haesbaert (2001, p.121):

Associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior, quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Segundo Haesbaert, o território produz e é produzido a partir de uma dupla relação: de um lado, ele é dominado, produzindo e aprofundando as desigualdades; de outro, ele é apropriado reforçando a percepção da diferença entre grupos sociais: o que pode servir ao fortalecimento das consciências acerca das identidades territoriais. Dessa forma, compreendemos que esse conceito pode ser útil para a compreensão de como a formação do lago, resultante do empreendimento de capital da UHE, desembocou no processo violento de desterritorialização dos ribeirinhos, ocasionando transferência de pessoas para o RUC.

O território dominado e/ou apropriado remete à relação entre o espaço/natureza e a sociedade/humanidade/grupo social, como aponta Haesbaert (2020). Esse autor ainda destaca que o homem é ágil, capaz de transformar a natureza e compara os corpos humanos a lugares, territórios em movimento (2020). Um movimento de rotina: morar, plantar, vizinhar, divertir-se, estudar, trabalhar, adoecer, tratar-se, morrer e sepultar a existência em regular interação com os recursos naturais e, conseqüentemente, com as condições de processos sociais.

À luz desses processos de dominação e apropriação do território, investigamos a construção de estratégias, criadas e recriadas face à (re)territorialização, examinamos todo

⁹ Todas as casas do RUC eram da cor verde, o que justifica seu nome. No entanto, a luta iniciada pelos moradores deu início a uma reforma em 2020 e cada um deles pode opinar e escolher a cor de sua residência. A denominação Vila Colorida é adotada por um único morador durante nossas entrevistas.

território ao mesmo tempo e, obrigatoriamente, a partir de diferentes combinações funcionais e simbólicas. As dimensões simbólicas e funcionais do território produzem e, ao mesmo tempo, traduzem significados que são co-ordenados a partir das dinâmicas de territorialidade do grupo. Essa noção, segundo Marco Aurélio Saquet (2020, p.8), compreende “[...] um processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiental material, através do qual se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das paisagens”. Articulado à noção de territorialidade, adotamos nessa pesquisa o conceito de cultura dado por Edward Thompson (1998, p.17) como:

um conjunto de diferentes recursos, em que há uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura” com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

Segundo Thompson, a cultura é plural e se move por todas dimensões da vida, produzindo trocas entre classes sociais e espacialidades e, assim, constitui-se um arena de conflitos que pressupõe subordinação e resistência. Assim, entende-se que cultura, um termo complexo, vincula um emaranhado de atividades e atributos em um só feixe, o que pode “[...] confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas” (THOMPSON, 1998, p.21). A associação das distintas experiências ribeirinhas, no campo e na cidade, pode integrar esse conceito de cultura, revelando as diferenças que ainda elaboram práticas resguardadas pela memória e os costumes reproduzidos nos hábitos de resistência no RUC.

Esses ribeirinhos desterritorializados e reterritorializados buscam elaborar um repertório de partilhas capazes de fazer uma leitura de mundo que ressignifique os saberes próprios dos povos tradicionais, com vistas romperem os padrões que orientam o mercado. Assim, contribui com nossa concepção de cultura também a ideia de “[...] culturas tradicionais do homem do campo” (CANDIDO, 2017, p.25), e um rol de invenções que passam a requerer “[...] uma base de comunicação em convenções compartilhadas para que faça sentido” (WAGNER, 2010, p.76). Nesse caminho, serão analisados os modos simbólicos de transferência e manutenção dos costumes nos saberes e fazeres coletivos dos residentes do RUC. Pretende-se reconhecer como esses sujeitos reformulam sua invenção-criação por meio das suas formas de expressar e

comunicar, considerando, no contexto da pesquisa, a identidade ribeirinha, rústica, marcada pela cultura caipira¹⁰.

O que um dia foi denominado de cultura caipira por Antonio Cândido ressurgiu sob outros modos, formando fios invisíveis que teciam e ainda tecem os costumes de reciprocidade (POLANYI, 2012) — fundamentado no bem comum, nas atividades de troca sem lucros e nos resultados individuais e coletivos. As práticas residuais, como os traços da cultura caipira que ainda permanecem nos modos de viver dos ribeirinhos, “[...] são resultado de formações sociais precedentes, nas quais certos significados e valores foram gerados” (WILIAMS 2005, p.219), o que nos possibilita compreender ao menos alguns dos seus significados.

Esses elementos residuais da cultura, que permanecem nos costumes de muitos ribeirinhos, mesmo daqueles desterritorializados, são mantidos pela memória por meios dos laços construídos entre passado e presente. A memória, outro conceito que mobilizamos nessa pesquisa, atravessa a vivência dos ribeirinhos da região circunscrita nesse estudo, pois, deslocados para o RUC, tiveram suas vidas preenchidas por lembranças localizadas na memória coletiva compartilhada, considerando memória como “processo permanente de construção e reconstrução”, como alude Bosi (1994, p.7). Tais arranjos propiciam suporte para presenças, registros e resistência frente às adversidades no novo território; um processo de recriação e manutenção de experiências. Essas táticas favorecem o conhecimento dos significados que compõem a memória e podem ser vivenciados de forma individual ou coletivamente, como sinalizou Pollak:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer. (POLLAK, 1992, p.2)

Dito de outro modo, na medida em que escutamos as narrativas individualmente, compreendemos os acontecimentos experienciados coletivamente. A memória, que está intimamente relacionada às representações, faz parte de um *continuum* coletivo (BOSI, 2003),

¹⁰ A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados por suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura (CANDIDO, 2017).

que consiste em um processo do grupo em que os acontecimentos e as interpretações do passado são intencionalmente guardados. Sua integração se dá a partir de “[...] tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões [...]” (POLLAK, 1989, p.15). Ao mesmo tempo, quando pensamos sobre a pesquisa, a consideramos a partir de um lócus particular: o espaço das relações sociais construídas por homens e mulheres que viviam à beira do rio, cuja economia era gerada pela agricultura familiar¹¹ voltada à subsistência, pela criação de animais (principalmente porcos e galinhas) e, essencialmente, pela pesca rudimentar como profissão. Homens e mulheres que, por meio de uma densa memória social partilhada, também se sustentam na dimensão simbólica, nas práticas dos festejos, que fundiam diversão e devoção, e que era também alimentadas pela relação cooperativa com o rio, especialmente quando rumavam para territorialidades¹² sagradas.

1.3 Trilhas e estratégias metodológicas

A partir da mobilização desses conceitos, além de outros que são trabalhados nesse texto, apropriamo-nos da História Oral como estratégia metodológica. A partir do procedimento de história de vida, escutamos, dialogamos e registramos as falas, usando como instrumento um gravador de celular. Assegurados na História Oral, compilamos histórias de vida a partir de entrevistas semiestruturadas. Com anuência dos nossos entrevistados, pudemos reconstruir o cotidiano de parte dos moradores de Babaculândia — transversalmente, conforme os relatos de seus ribeirinhos — em um encontro com o próprio passado e com o passado de seus pares.

A História Oral possibilita leituras de lugares e significados de eventos que estão inseridos na vida dos narradores (PORTELLI, 2016), o que significa utilizar o método de história de vida para ressaltar o relato contado por quem vivenciou o fato. Enquanto narra, o sujeito vai reorganizando suas ideias e refletindo acerca da vida, compreendendo o tempo e as contribuições históricas individuais e coletivas. Conforme definição de Queiroz, a história de vida é “[...] o relato de um narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando

¹¹ Conforme o entendimento de Evande (2001, p.10), “[...] agricultura familiar se assenta no trabalho que permanece de base familiar e tem como objetivo a reprodução da família”.

¹² A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorialmente pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (RAFFESTIN, 1993).

reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (1988, p.20). Assim, a pesquisa com histórias de vida é um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisado; um método que pressupõe a existência de vínculo.

A partir desse processo, buscou-se compreender a articulação entre a história individual e a coletiva, criando uma ponte entre trajetórias individuais e sociais. O relato das experiências pessoais de um indivíduo serve para conhecer a realidade a partir de visões calcadas em dados objetivos (datas e acontecimentos) e de avaliações subjetivas. O pesquisador, por sua vez, também poderá elaborar suas questões teóricas e pessoais a partir dessa escuta.

O exercício da narrativa das histórias se localiza em uma esfera que privilegia os aspectos simbólicos e subjetivos. Para se entender a história, deve-se ir ao encontro dela, o que é possibilitado pelas narrativas e pela escuta comprometida. E é na memória que se buscam as histórias de vida narradas.

Processando-se a partir da História Oral (ALBERTI, 2004; THOMPSON, 1992), a metodologia de pesquisa interdisciplinar empregada volta sua atenção para as versões dos entrevistados. É a oportunidade de devolver as palavras às pessoas comuns e contribuir para que caminhem e construam um futuro, a partir delas mesmas, recuperando sentidos para que melhor se posicionem no mundo.

Acentuado o caráter sensível e subjetivo dos dados, as narrativas orais caracterizam-se como parte das pesquisas qualitativas, em outras palavras, o pesquisador desloca a compreensão do fenômeno estudado para seu contexto. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captáveis em equações, médias e estatísticas, mas ao contrário, está no âmbito do emocional, sutil e, portanto, intangível (MINAYO, 2012).

Na pesquisa de campo, o procedimento técnico utilizado foi o levantamento de dados por meio de entrevista. No uso desse instrumento, fica a cargo do pesquisador escolher qual população deve ser entrevistada e sobre o que perguntar. A descoberta de fontes visuais (documentos, cartas, fotografias etc.), que “de outro modo, não teriam sido localizadas”, como observou Thompson (1992, p.25) também é proporcionada pela entrevista. Essa, como matéria-prima da História Oral, viabiliza uma concentração segura nas experiências afetivas e simbólicas tradicionais dos sujeitos, ampliando a conservação e a difusão do saber ao longo do tempo. Quando bem conduzida, a entrevista propicia a espontaneidade e a liberdade de expressão, tanto do entrevistador quanto do entrevistado, desencadeando o surgimento de fatos, informações e dados não revelados pela história oficial.

Por meio desse instrumento de pesquisa, foram reconhecidas as falas dos sujeitos impactados, removidos de seus lugares, de suas ruas, casas e construções sociais, sem direito a decisões, respostas, participação política... Seres invisíveis nas narrativas de poder. Ribeiro (2017) reforça a necessidade de refletirmos narrativas singulares e coletivas com base em memórias de modos de viver, implicadas pelas mazelas do capitalismo (socioeconômicas, culturais e políticas) que, nesta pesquisa, estão representadas no contexto da construção e instalação do lago da UHE.

Sem dúvida, a História Oral enseja a manutenção de experiências guardadas nos costumes, tornando-se útil aos envolvidas por outorgar o processo metodológico do diálogo (PORTELLI, 2016). Do mesmo modo, apresenta um novo sentido às histórias de vida, sendo o pesquisador responsável por oferecer retorno aos narradores, neste caso, os moradores do RUC. Adotamos essa metodologia por mostrar a potencial importância desses agentes da história no território babaçulandense, posicionando-os como sujeitos protagonistas através de suas histórias, técnica deste campo metodológico.

A História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (THOMPSON, 1992, p.44)

Reconhecemos estes heróis do povo, especialmente quanto às pessoas idosas, que compõem este trabalho, quando, durante as entrevistas, recolhemos importantes histórias de vida, dada a riqueza dos depoimentos. Sobre a temática, Thompson (1992, p.41) destacou que o conhecimento vai para além do conteúdo, “demonstra como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais”.

Ao ouvir as narrações das práticas do passado, podemos analisar as formas de resistência, personalizadas no significado das evidências que combatem a transformação da paisagem natural e trazem para o pequeno espaço entre muros o cultivo de plantas, milho e feijão, bem como a criação de galinha. Outra forma de resistência reside na fabricação de canoas e sua utilização em disputa com os luxuosos barcos nas águas do lago, na tentativa de manutenção dos modos de subsistência fundados na memória.

Os critérios para seleção dos entrevistados têm base em três eixos: pessoas que sofreram o impacto cultural nos modos de vida, que mobilizam memórias da vida antes, nas ruas de baixo próximas ao Rio Tocantins, e desenvolvem estratégias de sobrevivência no novo território. A

memória desses sujeitos faz emergir aspectos vividos que foram constituindo naquele território suas identidades. Por esse ângulo, memória e identidade se encontram imbricadas:

A despeito de variações importantes, encontram-se um núcleo resistente, um fio condutor; uma espécie de 'motivo-condutor' em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devam ser consideradas como instrumentos de reconstrução de identidade. (POLLAK, 1989, p.13)

Quando resgatamos as lembranças dos saberes e fazeres de reconstrução da identidade, escutamos os depoimentos dos velhos guardiões da lembrança coletiva e familiar do RUC, valorizando o poder, a sabedoria e a autoridade que portam. Ao fazerem uso desse lugar de fala, descobrimos, nas suas entrevistas, as características particulares do território, o modo de falar, os gestos que acompanham os relatos e as cicatrizes do corpo expressas nos sentimentos. É também, um pouco, vestir as roupas do que foram ou do que sobrevive em modos de vida e cultura afogada. O que faremos, conforme Thompson (1992, p.142), é “[...] cotejar uma entrevista confidencial com história de vida”; como resultado da História Oral, desvelamos as autenticidades históricas:

O que verdadeiramente distingue a evidência da história oral procede de razões bastante diferentes. A primeira é que ela se apresenta sobre forma oral. Como forma imediata de registro, isto tem tanto vantagem quanto desvantagem. Leva-se muito mais tempo para escutar do que para ler, e se o que foi gravado tiver que ser citado num livro ou artigo, é preciso primeiro fazer uma transcrição. Por outro lado, a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. (Idem, 1992, p.146)

As pistas anteriormente citadas fornecem o retrato fiel dos narradores, os motivos que carregam aquela expressão oral, o posicionamento e conhecimento do mundo, a vontade de compartilhar alegria, tristeza, ou até mesmo, como citou Thompson, demonstrar fingimento. A análise dos dados é talvez a etapa mais complexa, por requerer o exercício do olhar mais detido do pesquisador. A linguagem dos reassentados muito expressam a identidade sertaneja, do camponês. Essas descobertas mobilizam novas formas de apropriações a partir dos sertanejos do coco¹³. Ao estudar os discursos poéticos da região que compreende os dois maiores rios do

¹³ Expressão usada pelos entrevistados para identificar a população originária do primeiro núcleo urbano de Babaçulândia, como dissemos, o antigo povoado de Nova Aurora do Coco.

Estado — Araguaia e Tocantins —, Medeiros (2012, p.268) ressalta que “[...] especificamente sobre os modos de viver sertanejo, no que tange à região estudada, quase tudo ainda está por fazer, e especialmente no campo dos estudos em cultura”. São estratégias práticas, sem os lucros do mercantilismo, constituídas segundo as tradições ancestrais.

Em direção a uma respeitosa construção, e rompendo com as linhas abissais, como Boaventura de Souza Santos (2007) indica, a pesquisa iniciou pela seleção, sempre difícil, dos moradores: no total, 13 reassentados, de ambos os gêneros (cinco homens e sete mulheres) com faixa etária entre 49 e 85 anos¹⁴. A pesquisa se configurou de forma qualitativa e foi subdividida em três etapas. Na primeira fase, focamos na escrita e submissão do projeto no Conselho de Ética da UFT¹⁵. Foram discriminados procedimentos necessários para a inserção no campo, como a definição e delimitação do objeto, a estruturação da questão-problema, a descrição dos objetivos, o aparato/recorte metodológico, o referencial teórico e o cronograma.

O segundo passo foi o trabalho de campo, que “consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”, segundo Minayo (2012, p.26). Combinamos as aprendizagens apreendidas nas disciplinas para colocá-las em uso na prática, ajustando a comunicação através da História Oral.

A terceira fase foi composta pela análise e interpretação dos dados coletados, articulando-os com os referenciais teórico-metodológicos, procurando tensionar e concretizar a ordenação e classificação dos dados, e, por fim, a análise propriamente dita, como nos orienta Minayo (2012, p.27). Quando valorizamos as passadas, podemos compreender e interpretar de forma mais autônoma.

O trabalho de campo foi iniciado em 7 de julho de 2021, com o auxílio da agente comunitária de saúde¹⁶ Maria Helena, possibilitando a comunicação com as famílias do RUC. Residindo nesse mesmo local, nossa ajudante nos informava sobre a disponibilidade dos moradores em participar da pesquisa, sobretudo, devido a pandemia, que ainda dizimava alguns

¹⁴ Em virtude da pandemia do Covid-19, adotamos protocolos sanitários, tais como uso de máscara, álcool em gel, distanciamento e as doses recomendadas de vacinação.

¹⁵ Aprovação no Conselho de Ética da Fundação Universidade Federal do Tocantins, CAAE: 50687721.8.0000.5519 sob o parecer 4.999.840 em 27 de setembro de 2021, com observação de tratar-se de uma pesquisa relevante na área de estudo que pode contribuir para ampliar pesquisas acerca dos povos ribeirinhos, educação do campo e áreas correlatas.

¹⁶ A Agente Comunitária de Saúde Maria Helena Miranda de Sousa Soares, trabalha na comunidade desde 2008, antes mesmo da remoção para o novo território. Com o deslocamento, a agente em questão optou pelo reassentamento, a fim de acompanhar e manter o vínculo de afetividade e cuidado com as famílias.

da comunidade. Pela idade, a maioria dos entrevistados estava incluso em algum grupo de risco da Covid-19.

Estruturamos a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos os grandes empreendimentos, a exploração energética nas três esferas de governo (nacional, estadual e municipal), a fim de demonstrarmos que a região de Babaçulândia foi a que sofreu maior impacto ambiental e sociocultural. A ideia central é evidenciarmos que qualquer estratégia do capital é possível, até mesmo “o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais” (MARTINS, 1993, p.62). Vidas entristecidas com a mudança anunciada, segundo relatos orais, sem encanto com a modernidade e o dinheiro, afuniladas pela pressão em aceitar as propostas indenizatórias, assistir à devastação da natureza, a destruição das casas e a transformação do rio em lago, morreram.

No segundo capítulo, apresentamos a trajetória histórica que forma o território onde se estabelecem os ribeirinhos. Apresentaremos o município, interpretaremos o rio Tocantins e a vida nas ruas de baixo, e por fim apresentaremos o projeto do grande capital, a UHE de Estreito, que tem destruído o meio natural e transformou vivências que eram profundamente articuladas ao rio. Percorrendo os traços históricos do território em estudo, visamos compreender como os acontecimentos se desdobram do passado ao presente permitindo a interpretação dos significados entrecruzados nos modos de vida, saberes e práticas culturais da comunidade do reassentamento, doravante denominando RUC, o que possibilitará, no capítulo seguinte, compreender os laços entre memórias, modos de viver, resistência e luta social dos ribeirinhos reassentados.

No terceiro e último capítulo buscaremos compreender as memórias e modos de viver vinculados ao rio Tocantins, assim como as adaptações e as resistências que sustentam o sistema de valores dos ribeirinhos aqui em estudo. Ou seja, nesse capítulo discutiremos a luta coletiva pela manutenção da memória do lugar, o deslocamento compulsório, a desterritorialização e a nova territorialização, processos simultâneos dentro da desterritorialização incessante estão presentes na reconstrução dos modos de viver no RUC. Reconstrução essa marcada pelo desaparecimento do rio, pela adaptação ao lago, pelo surgimento de novos modos de trabalhar e pelo fortalecimento da resistência coletiva seja por meio da manutenção dos costumes, seja por meio da luta jurídica.

2 BRASIL: ENERGIA, DESENVOLVIMENTO E EXPLORAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Quando era o rio que Deus deixou feito, tudo tinha, agora foi o homem, nada prestou. Acabou a fartura, porque no tempo do rio corrente, ele enchia comia arroz tudo que você tinha numa roça, mais depois quando ele esvaziava, você plantava tudo e tinha, tudo tinha. Hoje encheu e ninguém tem nada, encheu só uma vez, no tempo do rio Tocantins ele enchia no inverno, comia tudo, mais quando ele saía ele dava tudo.

(Vicença Alves Pereira)

As palavras de Vicença Pereira se afirmam no passado dos que já foram moradores das margens do Rio Tocantins e que hoje vivem no RUC. A história demonstra que o Rio Tocantins se destaca entre os componentes geográficos que impulsionaram a formação do município de Babaçulândia. Foi a partir de sua fragmentação e reconstrução (OLIVEIRA, 2008) que a identidade dos ribeirinhos se constituiu.

Neste capítulo, vamos discutir as matrizes que sustentam economicamente e politicamente os processos historicamente constituídos de exploração da matriz energética de hidrelétrica no Brasil. Os povos tradicionais que habitam o RUC, atravessados pela imposição lucrativa do uso energético no Rio Tocantins, sofreram com as mesmas práticas de exploração das primeiras barragens no Brasil, inauguradas pelos empreendimentos capitalistas que já cercavam e reformavam o mundo, transformando a cultura popular em antiguidades, como escreveu Edward Paul Thompson no livro *Costumes em Comum – Estudos sobre cultura popular tradicional* (1998). Nesse sentido, para compreendermos os impactos sentidos pelos ribeirinhos reterritorializados no RUC, discutimos nesse capítulo o contexto histórico e de territorialização da política energética brasileira que culminou no deslocamento compulsório da beira do rio e a perda da sustentação própria da vida, como expresso por Dona Vicença ao dizer: “[...] hoje encheu e ninguém tem nada” (Vicença Alves, entrevista realizada em 14/07/2022). O lago, um reservatório de água parada que fez o rio desaparecer para produzir energia cara, modificou o ecossistema, acarretando danos à biodiversidade, fauna e flora do território.

O modelo energético brasileiro, o governo federal e suas políticas de investimento nem sempre apresentam uma relação equilibrada entre a expansão da geração de eletricidade, a qualidade ambiental e a melhoria do perfil socioeconômico da população. Historicamente, os sucessivos governos brasileiros privilegiaram um modelo energético que está mais comprometido com a dinâmica econômica, ou seja,

o Produto Interno Bruto, do que com a melhoria concreta das condições de vida da população (consumidores) brasileira [...]. (PEREIRA, 2015, p.33)

Esse desequilíbrio, em que a população é a mais atingida, confirma-se com a atual crise no abastecimento de água e de energia gerada por condições hidrológicas desfavoráveis e consequente insegurança hídrica. Os “[...] picos de demanda [...] e outros fatores como falta de gestão e planejamento adequado, política macroeconômica, problemas com corrupção nas parcerias/convênios públicos/privados” (PEREIRA, 2015, p.33) são alguns exemplos dessa falta de comprometimento do Estado. Por outras palavras, o modelo energético brasileiro não tem uma preocupação efetiva e que produza resultados com os impactos que atingem a população quando da construção dos empreendimentos hidrelétricos. As pessoas e grupos atingidos por esses empreendimentos tem seus modos de vida e seus perfis socioeconômicos menosprezados frente aos interesses do grande capital, pois a dinâmica econômica, que eleva o PIB e faz o capitalismo se fortalecer, é prioridade.

Como dizia dona Maria, uma de nossas entrevistadas, “o fogo do dinheiro”¹⁷ era a verdadeira motivação da iniciativa privada e do governo ao adotar as usinas hidrelétricas como justificativa para o desenvolvimento econômico do país. Com essa expressão, dona Maria declara saber que o interesse defendido para a construção das barragens era o do grande capital; quanto aos ribeirinhos: “ninguém tá nem aí pela gente, esse povo tá com o fogo do dinheiro”.

A fala de dona Maria demarca o lugar de sua inserção social e sua percepção de que os ribeirinhos não estão contemplados no projeto de desenvolvimento via barragens. Afinal, ela ressalta os danos que dinheiro é capaz de provocar, pois quando os interesses individuais entram a campo, a vida do outro, o meio ambiente, nada mais é importante, além do lucro. Ou seja, nessa conta as consequências no âmbito das territorialidades¹⁸, as relações construídas com o lugar, com características peculiares e coletivas foram descartadas a fim de manterem o discurso da necessidade energética das barragens como único meio de melhorar a vida da população na educação, saúde, alimentação, moradia, segurança, transporte, vestuário, lazer, comunicação,

¹⁷ Dona Maria Miranda, moradora do RUC, faleceu em 01/01/2022 aos 86 anos, com a pesquisa em andamento.

¹⁸ [...] acreditamos ser possível definir uma territorialidade *lato sensu*, que procede de uma problemática relacional. Para tanto, proporemos uma expressão simples que pode exprimi-lo: H r E. H sendo o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; R sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e sendo a exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo. Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

trabalho, saneamento básico etc. Na realidade são melhorias que não acompanham o ritmo das compensações financeiras nas mãos dos agentes incumbidos de planejar e executar políticas públicas. Conforme Sieben e Cleps Júnior, o aumento da produção hidrelétrica foi pautado na imposição de atender aos eixos econômicos do momento e compor complexos econômicos igualmente grandes. Em 2008, diante do crescimento econômico que impunha maior oferta de energia, o governo popular, somado aos interesses das empreiteiras, propõe uma saída:

[...] a solução proposta e aceita foi a construção de barragens nos rios já barrados e, principalmente, nos canais fluviais da Amazônia, onde uma população menor e menos informada traria menos problemas de opinião pública. Assim foram construídas as hidrelétricas do rio Tocantins, inclusive a UHE Estreito, causando uma série de transtornos sociais e mudanças ambientais, porém sustentando a ideia de conciliação de interesses econômicos, ecológicos e sociais, pautado no desenvolvimento sustentável. (SIEBEN; CLEPS JÚNIOR, 2012, p.191)

Nesse sentido, com a instalação de uma tecnologia que intensifica a desigualdade nos territórios e ignora outras formas de produção de energia, o modelo energético brasileiro se relaciona diretamente com a interpretação própria do capitalismo. Essa interpretação destaca: “Na entrada do novo século, um terço dos países do mundo depende[ria] de usinas hidrelétricas para produzir mais da metade da sua eletricidade. As grandes barragens geram 19% de toda a eletricidade do mundo” (CMB, 2000 p.7). Em outros termos, esse modelo — sendo mais barato e causando maior impacto nas populações mais carentes (populações estas com menos conhecimento e sem apoio jurídico ou midiático) — tornou-se o melhor e mais lucrativo investimento. Contudo, quase não contribui enquanto fonte de energia e não se aplica ao termo desenvolvimento. De fato, 16 anos depois da instalação da UHE, cidades como Babaçulândia, inundada pelo lago, não alcançou o propalado desenvolvimento.

Pensar o desenvolvimento, na perspectiva das memórias acessadas pelas lembranças dos narradores desta investigação, é equivalente a “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza.” (ACOSTA, 2016, p.24). E comparada à ótica abordada pelo autor Alberto Acosta no livro *O Bem Viver*, é explorar todos os sinônimos da palavra desenvolvimento para a posteridade. Uma possibilidade que precisa emergir de fontes de energia renováveis, seguras, geradoras de uma economia centrada no bem comum, violado pela economia mercantilista.

2.1 Contexto da exploração energética no Brasil

As primeiras experiências do Brasil com empreendimento em usinas hidrelétricas ocorrem no final do século XIX, quando entra em operação a UHE Ribeirão do Inferno (1883), afluente do rio Jequitinhonha na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. A energia produzida por uma queda de 5m de altura era usada a dois quilômetros de distância, por meio de uma linha de transmissão que, à época, era considerada bastante extensa. Já em 1889, também em Minas Gerais, foi inaugurada a primeira UHE de grande porte de serviço público do País, a usina de Marmelos Zero, construída no Rio Paraibuna, em Juiz de Fora.

No que diz respeito às hidrelétricas, pode-se afirmar que a abundância hídrica do País se constitui a base para o desenvolvimento hidrelétrico. Esse período pode ser sintetizado a partir de três momentos principais: final do século XIX caracterizado pela construção das primeiras usinas de pequeno porte cujo objetivo era suprir as necessidades de pequenas fábricas e que culmina com o Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934 — o Código de Águas, em 1934 (BRASIL, 1934).

Uma segunda fase foi estabelecida a partir da vigência do código até a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS). Em um terceiro momento, o Governo Federal fixa uma política nacional para o setor elétrico, regulamenta o setor e cria órgãos, como o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), disposto pelo Decreto-lei n.º 1.285, de 18 de maio de 1939. Em 1960, o CNAEE passa a ser órgão incorporado ao Ministério de Minas e Energia, como dispõe a Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960. Visando a um maior controle do setor energético, em 1960 é criado o Ministério de Minas e Energia (MME), a quem o governo designa a responsabilidade pela política energética. Juntamente com seu estabelecimento, inauguram-se órgãos fiscalizadores para o setor. Com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) ocorre a extinção do CNAEE. As atribuições do DNAEE consistiam em planejar, coordenar e executar estudos hidrológicos em todo o território nacional, fiscalizar qualquer empreendimento para que não fosse alterado o regime do curso dos rios e controlar os serviços de eletricidade no País. Em um terceiro momento, o Governo Federal fixa uma política nacional para o setor elétrico e regulamenta o setor por meio da criação de órgãos, como o CNAEE. Após um período de dois anos de sua implantação, é criada a Eletrobrás, em 1962 (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1992).

Sob o argumento capitalista de promoção de desenvolvimento da economia, o país, que possui diversos rios de planalto, impulsionou a construção das usinas hidrelétricas. Esses projetos, colocados em prática pelo Estado e pela iniciativa privada, surgem a partir dessa

proposta de desenvolvimento. Sem embargo, as ações do Estado e suas políticas de investimento nem sempre levam em conta a manutenção do equilíbrio necessário entre a ampliação do setor de energia, a preservação do ambiente e a melhoria das condições socioeconômicas da população (PEREIRA, 2015). Nesse desequilíbrio histórico, a dinâmica econômica parece ser privilegiada, ao longo dos diferentes governos, em detrimento do meio.

Conforme as pesquisas da Matriz Energética Nacional 2030 e do Plano Nacional de Energia (PNEE) 2030, a projeção sobre necessidade/produção energética no Brasil relativa ao período de 2010 a 2030 mostra um balanço energético desfavorável. Com a demanda maior do que a oferta, o que indica um cenário de provável dependência de importação no setor. A necessidade de fornecimento de energia no País é maior em função do crescimento da população e das políticas de inclusão social e distribuição de renda.

O Quadro 2 a seguir apresenta os órgãos e empresas que constituem o modelo de planejamento e gestão elétricos no País e suas respectivas atribuições.

Quadro 2 — Modelo institucional de planejamento e gestão do setor elétrico no Brasil.

Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL)	Regulamenta e fiscaliza produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com as políticas e diretrizes do governo federal. Lei Federal n.º 9.427/1996.
A Agência Nacional das Águas (ANA)	Implementa e coordena a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e energéticos. Regula o acesso à água e promove seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações. Lei federal n.º 9.984/2000)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	Viabiliza a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Lei Federal n.º 10.848/2004.
Comitê de Monitoramento do Setor elétrico (CMSE)	Acompanha e avalia, permanentemente, a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Lei Federal n.º 10.848/2004.
Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	Propõe políticas nacionais e medidas específicas relativas à questão energética. Lei Federal n.º 9.478/1997.
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	Presta serviços na área de estudos e pesquisas que subsidiam o planejamento do setor energético. Lei Federal n.º 10.547/2002.
Ministério de Minas e Energia (MME)	Formula e implementa políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes do CNPE. Realiza o planejamento setorial, a monitoração da segurança e o suprimento do setor elétrico (por intermédio do CMSE). Define ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios entre oferta e demanda. Lei Federal n.º 3.782/1960.
Operador Nacional do Sistema (ONS)	Coordena e controla a operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no SIN, sob a fiscalização e regulação da ANEEL.

Fonte: elaborado pela autora (BRASIL, 1960, 1996, 1997, 1998, 2000, 2004).

A construção de grandes hidrelétricas, ainda que apresente diversos problemas socioespaciais, segue sendo indicada como a solução da questão energética do País. Faltam iniciativas do Estado que visem corrigir as inadequações do modelo energético, como os desperdícios gerados na produção, na transmissão, na execução e no consumo de energia. O Estado carece de políticas públicas que garantam eficiência energética, subsídios aos grandes consumidores e investimento em novas tecnologias no setor.

2.2 Exploração hídrica no Tocantins

A elaboração de políticas que visavam à expansão da região amazônica teve início no governo de Getúlio Vargas. Contudo, foi no governo de Juscelino Kubistchek que houve a instituição da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o que culminou com o início do processo de territorialização por grupos não indígenas na região.

O discurso de desenvolvimento e progresso foi disseminado nacionalmente e inúmeros projetos hidrelétricos visavam à região amazônica. A partir da criação do Comitê de Estudos Energéticos da região Centro-Sul, surgiram novos comitês, estes voltados para a região Nordeste e para a região Amazônica. Os dados levantados por esses órgãos, entre 1965 e 1966, subsidiaram o Ministério de Minas e Energia na realização do PNEE, cujo objetivo era explorar o grande potencial hidroelétrico do país.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as usinas hidrelétricas consistem em instalações geradoras de energia que são capazes de produzir potências superiores a 1 MW. No Brasil, existem 217 usinas com tais especificações (HELERBROCK, 2023). Para 2022, o incremento na matriz energética foi estimado em 7.625,08 MW. A necessidade de expansão é utilizada como argumento para aqueles que preconizam mais projetos de usinas hidrelétricas no Brasil. As possibilidades de expansão da capacidade hidrelétrica a ser instalada no País, entretanto, encontram muitos problemas.

De fato, o grande potencial hidrelétrico da região Norte e sua localização em relação aos consumidores da Região Nordeste dão à Região Hidrográfica do Tocantins o status de principal região para a implantação de aproveitamentos hidrelétricos. Contudo, os custos de construção de hidrelétricas são altos e geram consequências econômicas, sociais e ambientais.

A organização não governamental Ecologia e Ação (Ecoa) foi criada, em 1989, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A ONG, que visa promover ações para preservar o meio

ambiente, associa investigação científica e ação política de forma ampla, atuando em diversos segmentos, como biologia, ciências sociais, engenharia e educação. De acordo com Alcides Faria, Diretor Executivo da Ecoa, apesar de suas políticas concentradas na produção de energia, o Brasil é um dos países industrializados que mais desperdiça energia elétrica no mundo e um dos que menos investe em eficiência energética (FARIAS, 2020).

É essencial equilibrar as despesas com manutenção dos equipamentos das UHEs e a energia perdida nos desligamentos. A vida útil de alguns componentes corresponde de 15 a 20 anos. No vigésimo ano os equipamentos e as estruturas da usina entram em fase de alerta e, a partir daí, a maioria dos equipamentos entra em um processo de fim da sua vida útil. Quando as usinas são mantidas em operação a partir desse período, sem reabilitação, as perdas de energia serão inevitáveis, o risco de acidentes será maior e os equipamentos e estruturas serão comprometidos (FARIAS, 2020).

Praticamente a metade do potencial hidrelétrico brasileiro encontra-se localizado na região amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. O crescimento elétrico no Tocantins está diretamente relacionado ao desenvolvimento de diversos setores econômicos do País, como industrial, agropecuário, comercial e agroindustrial. Esse desenvolvimento, portanto, aumentou a demanda de energia e, conseqüentemente, o interesse das empreiteiras na construção de hidrelétricas. Sob a justificativa de crescimento econômico (reflexo do discurso do governo do Estado), estabeleceu-se que Palmas deveria transformar-se em um importante polo turístico. Assim, foram viabilizados os meios para concretização dos potenciais inventariados no rio Tocantins e seus afluentes (BERMANN, 2007, p.140).

As questões socioambientais passaram por consideráveis mudanças desde a implantação da Lei n.º 6.938, de 31 agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Ainda nos dias de hoje, o tema vem ganhando maior atenção. Contudo, aqui cabe ressaltar o caráter primordial com que se reveste a noção de “potencial hidrelétrico” dos cursos d’água em contraste com outros possíveis “potenciais” — pesqueiro, irrigação, turístico, cultural, de biodiversidade. Nessa medida, não apenas se evidencia a prioridade da geração elétrica em detrimento dos demais usos das águas (BERMANN, 2007, p.141) como se acentuam os diversos problemas ambientais causados pelas UHEs.

A região hidrográfica Tocantins-Araguaia, como já referido, é considerada a maior bacia hidrográfica inteiramente brasileira. Por estar formada por rios interestaduais, a gestão das águas dessa região é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). De acordo com a ANA, importantes usinas de montante a jusante estão instaladas no rio Tocantins. Além da Estreito, entre as principais UHEs se destacam: Serra da Mesa, Cana

Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado e Tucuruí. O potencial de geração de energia elétrica do estado é de, aproximadamente, 11.500 MW, o que corresponde ao terceiro potencial do país. De acordo com o site da Secretaria de Comunicação do estado do Tocantins, em 2021 a rede de distribuição de energia do estado alcançava 42.357 Km, estando em operação 11 pequenas centrais e três usinas hidrelétricas (RENOVATO, 2021).

Entre dezembro de 2019 e abril de 2020, na avaliação de 148 usinas de geração de energia do Brasil feita pela Aneel, duas usinas do estado do Tocantins ocuparam as primeiras posições no *ranking* geral. O lugar de liderança foi concedido à UHE Peixe Angical que, com uma nota de 99,40, obteve pontuação máxima em cinco dos seis tópicos listados: meio ambiente, segurança, gestão da operação, gestão da manutenção e operação e manutenção. A segunda colocada foi a UHE Lajeado, que recebeu nota máxima em quatro dos tópicos elencados. Juntas, essas duas usinas são responsáveis pela produção de 93.327,35 MW, o que corresponde a 54% da capacidade da geração do País (MARINHO, 2020).

A UHE Peixe Angical entrou em operação comercial no ano de 2006. Suas três turbinas geram anualmente energia suficiente para abastecer cerca de 4 milhões de habitantes. Em 2021, a UHE Lajeado completou 20 anos de operação. Sua capacidade de geração é suficiente para abastecer cerca de 8 milhões de pessoas. Além de suprir as demandas do estado, também gera um excedente para exportação.

De acordo com o secretário da Indústria e Comércio, Eudoro Pedroza, o Tocantins realiza estudos para a implantação de 15 pequenas centrais hidrelétricas e 16 usinas hidrelétricas que, quando concluídas, terão capacidade de gerar 4.716,16 MW (RENOVATO, 2021).

Seja como for é necessário destacar que a implantação agressiva dessas usinas em solo tocantinense, causam problemas que afetam e comprometem muitos aspectos no ambiente: precarização das atividades a jusante do reservatório; má qualidade das águas; acúmulo de terra, lixo e materiais orgânicos nos reservatórios; decomposição da cobertura vegetal definitivamente submersa nos reservatórios; sobre pressão sofrida pelo solo e subsolo em razão da massa de água represada; problemas de saúde pública e transmissão de doenças; impedimento do uso múltiplo das águas com a priorização da geração de energia; entraves aos diversos usos da água, como irrigação, lazer, pesca, etc. (BERMAN, 2007). Esses critérios classificam os problemas gerados com a implantação e operação de uma UHE, determinando que os empreendimentos hidrelétricos se mostram insustentáveis no Brasil.

2.3 A territorialização da Usina Hidrelétrica de Estreito em áreas babaçulenses

A UHE é um empreendimento do Ceste, que é formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement. A usina abrange terras de 12 municípios: Estreito e Carolina (MA), e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (TO) (CNEC, 2001). A energia produzida pela UHE é incorporada aos sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste por intermédio da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), uma vez que as sócias — as usinas Vale e Alcoa — utilizam energia da UHE Tucuruí em seus complexos eletrointensivos.

O financiamento da construção desse projeto é dado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou seja, o dinheiro tem origem pública. Esse fato ilustra adequadamente a afirmação: os custos são socializados enquanto os benefícios dos lucros são privados. Inclusive, não há envolvimento suficiente da população na realização desses grandes projetos, ainda que essa seja diretamente afetada (PEREIRA, 2015).

O Processo de Licenciamento Ambiental da UHE foi iniciado em 2001. O Quadro 3 apresenta a síntese desse processo.

Quadro 3 — Fases do processo de licenciamento ambiental da UHE

ANOS/MÊS		AÇÕES
2001	Dezembro	Os estudos de viabilidade para constatar a possibilidade de implantar o empreendimento são realizados pela Eletronorte e pela Themag Engenharia.
		O termo de referência é encaminhado pelo Ibama para a elaboração dos estudos prévios sobre impactos ambientais (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).
2002	Janeiro	O EIA/Rima é realizado pela CNEC Engenharia e protocolado junto ao Ibama para que o processo de licenciamento tenha continuidade.
	Março	O EIA/Rima é recebido e publicado pelo Ibama no Diário Oficial da União; assim, é solicitada a manifestação dos órgãos envolvidos na implantação do empreendimento.
	Julho	O leilão para o aproveitamento hidrelétrico de Estreito, promovido pela ANEEL, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, é vencido pelas empresas que constituem o Ceste. Iniciam-se as audiências públicas nas principais cidades da área de influência direta do empreendimento. Cria-se o Programa de Comunicação Social (voltado às comunidades que serão afetadas pela UHE), que abrange: criação de centros de informação, distribuição de material impresso, divulgação em emissoras de rádio e TV regionais e reuniões com as comunidades.
2003	Agosto	A análise do EIA/Rima é finalizada pelo Ibama, que solicita complementações ao documento.
2004	Dezembro	A realização de novas audiências públicas é solicitada pelo Ibama.
2005	Janeiro–fevereiro	As novas audiências são realizadas nas cidades de Carolina e Estreito (MA) e Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis (TO).

	Abril	A licença prévia para a implantação da UHE é emitida pelo Ibama.
	Setembro	A licença de instalação é solicitada pelo Ceste.
2006	Março	A análise do Projeto Básico Ambiental (PBA) é concluída pelo Ibama. O projeto determina o cronograma de atividades a serem realizadas durante a construção e o funcionamento do empreendimento, o que é uma exigência legal do processo de licenciamento.
2007	Fevereiro	O canteiro de obras é implantado para que se inicie a construção da UHE.

Fonte: adaptado de Pereira (2015).

Em novembro de 2010, a Licença de Operação da UHE é concedida pelo Ibama, e, um mês depois, inicia-se o processo de enchimento do reservatório. Em maio do ano seguinte, a usina entra em operação comercial. Já desde o início, estima-se que 7 toneladas de peixe morria a jusante do eixo da barragem. Com o enchimento do reservatório, em maio de 2011, houve a necessidade de instalar fossas herméticas e, no final desse mesmo ano, foram detectados erros no levantamento inicial, deste modo novos estudos e o Ibama determinam que sejam feitas as devidas alterações/correções nos relatórios apresentados (PEREIRA, 2015).

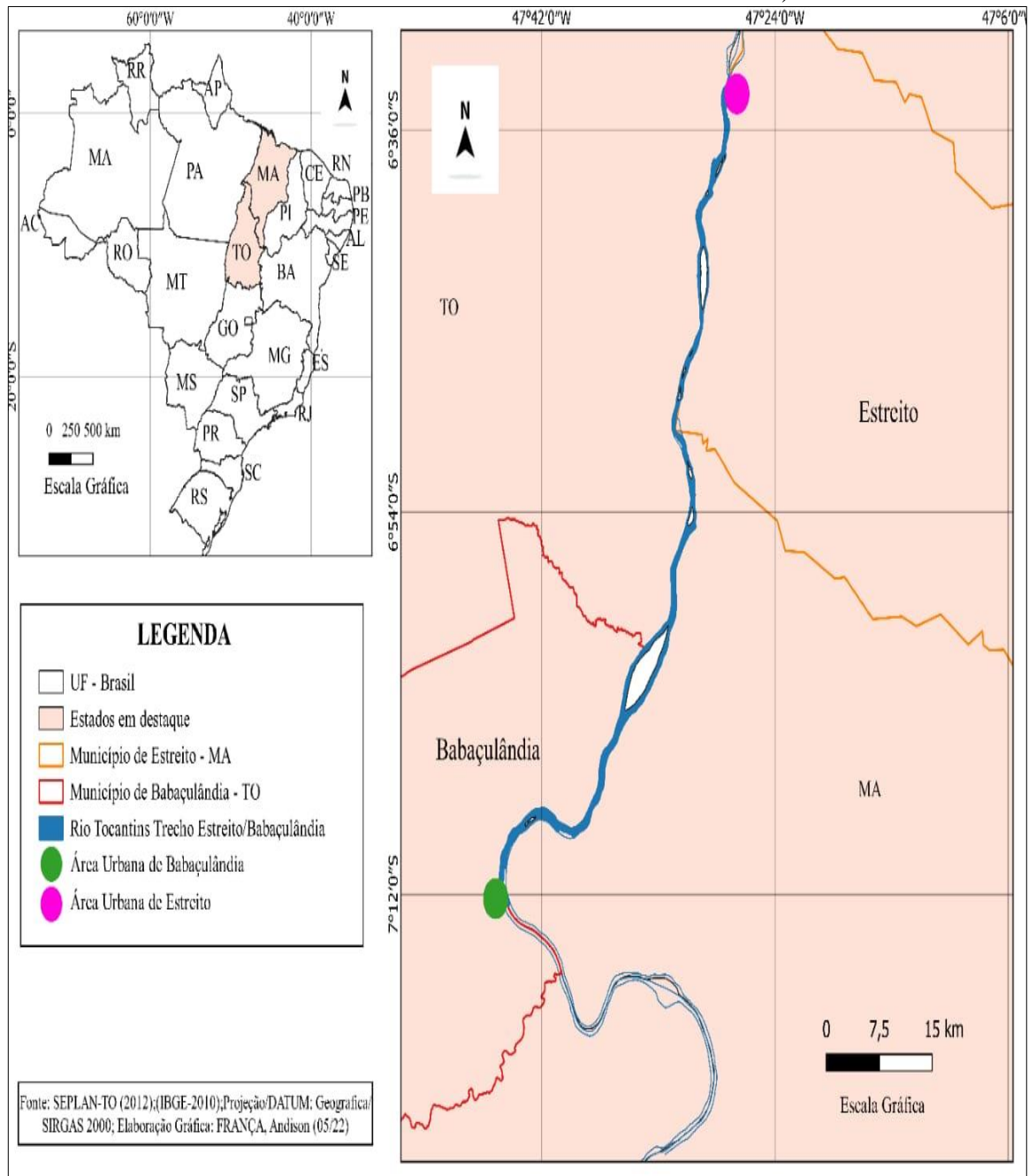
Ao todo, 12 municípios brasileiros foram atingidos pelo reservatório (10 do estado nortista e dois do estado nordestino). Foram vários os rumos seguidos pelas populações atingidas: algumas foram reassentadas em territórios dos próprios estados do Tocantins e do Maranhão. De acordo com os dados do EIA/Rima (CNEC, 2001), cerca de 4.500 pessoas foram atingidas pelos vários efeitos das hidrelétricas, e estima-se que esse número vá aumentar com a perspectiva futura para a geração de energia no Brasil.

O município de Babaçulândia situa-se na mesorregião norte do estado do Tocantins, que se encontra na extensa região Norte do País, pertencente à Amazônia Legal. Localizado às margens do rio Tocantins, é uma das áreas atingidas pela UHE que, além de haver sofrido mudanças em seus traços socioterritoriais, experienciou transformações nos modos de vida da sua população, pelo menos em parte, ao serem obrigados a abandonar suas terras para ceder espaço ao reservatório da usina. A partir daí, inicia-se o processo de reterritorialização da comunidade.

O município possui uma área equivalente a 1.788,5km² e conta, de acordo com o último censo, com uma população de 10.664 habitantes. Situa-se a 446km da capital Palmas, e seus limites geográficos divisam com os municípios Wanderlândia e Darcinópolis (ao norte), Filadélfia (ao sul), Carolina (MA) (ao leste) e Araguaína (a oeste). Com uma altitude de 178 metros, o território está, em média, 20 metros acima do rio Tocantins, um fator que garante certa segurança nas épocas de enchentes.

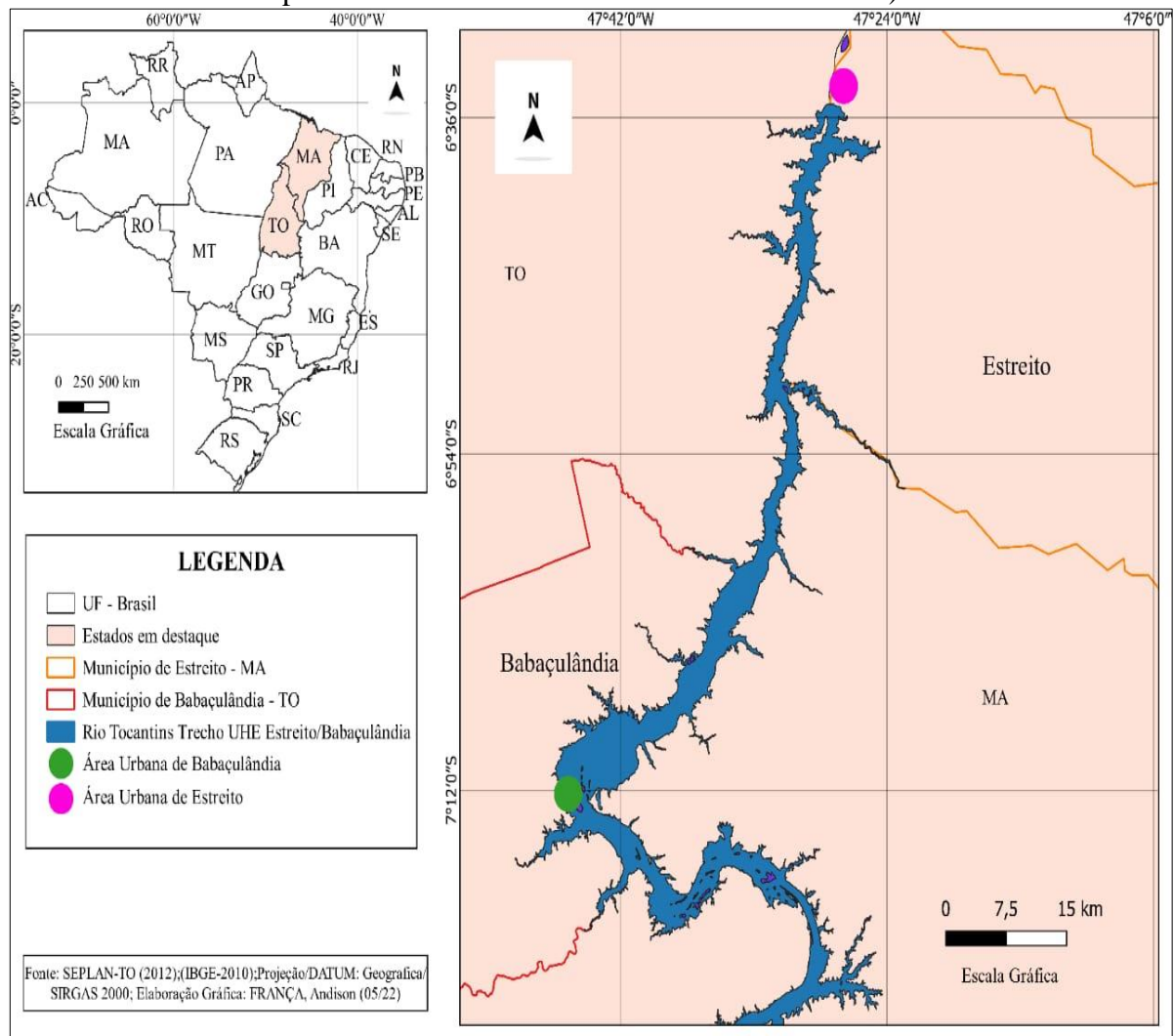
Os Mapas 2 e 3 apresentam um panorama da área do município em estudo, destacando o volume das águas sobre o território de Babaçulândia com o fluxo do Rio Tocantins e o lago da barragem.

Mapa 2 — Trecho do Rio Tocantins entre os municípios de Estreito e Babaçulândia (Cenário anterior ao enchimento do reservatório da UHE)



Fonte: SEPLAN-TO (2012); IBGE (2010); ANDISON (2022).

Mapa 3 — Trecho do Rio Tocantins entre os municípios de Estreito e Babaçulândia (Cenário posterior ao enchimento do reservatório da UHE)



Fonte: SEPLAN-TO (2012); IBGE (2010); ANDISON (2022).

Segundo a análise da evolução do consumo elétrico por setor (1970, 1990, 2010) e as estimativas para 2030 do PNE, o setor industrial continuará como o maior consumidor de energia elétrica no Brasil. Ainda que tenha apresentado queda no período compreendido entre 2010 e 2030, tal fato não garante que a política elétrica atual se volte aos outros setores, mas é um reflexo da maior oferta de consumo de energia que todos os setores demandarão. O cenário apresentado é preocupante, pois se percebe que a matriz elétrica é refém de uma única fonte (hidrelétrica), fragilizando demasiadamente o sistema elétrico nacional. No cenário atual e futuro se ocorrer algum problema de gestão, operacionalização, climático ou econômico, o país ficará sem energia e, portanto, sem desenvolvimento, caso não se amplie e diversifique com outras energias renováveis.

Entre os projetos de desenvolvimento do Governo Federal estava a construção da Ferrovia Norte-Sul e da UHE, o que gerou expectativas nos indivíduos em relação à geração de novos empregos e, assim, renda. A inauguração do trecho de 100km da Ferrovia Norte-Sul, que liga Babaçulândia a Aguiarnópolis e a muitos extremos do País, deu-se em 2007. A obra visava a impulsionar o comércio das regiões isoladas e estagnadas. De fato, a região Norte do país irrompia no cenário nacional, principalmente no comércio de grãos e na exploração da bacia hidrográfica, como destacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando visitou Babaçulândia em 18 de maio de 2007:

A ferrovia Norte-Sul e a UHE Estreito é dessas obras, elas tocam a alma de cada cidadão brasileiro e de cada cidadão tocantinense. Aqui no estado, há quem considere a Norte-Sul quase tão importante quanto à própria criação do estado de Tocantins. Há quem a defina como o grande pulmão logístico, a grande revolução na geração de emprego e renda. (SILVA, 2007 *apud* CARVALHO, 2018)

A UHE já movimentava questões de emprego e renda com o início de sua implantação, e aumentavam o curso da população do município. (CARVALHO, 2018). Já na década de 1970, efetuavam-se os reassentamentos dos atingidos por barragens com a construção dos grandes projetos hidrelétricos. O foco, contudo, era dado ao desenvolvimento e rápido avanço da economia industrial e agropecuária. Dessa forma, os projetos iniciaram-se excluindo as questões sociais, sem planejar ou mensurar seus impactos. Tanto era o descaso que, a princípio, a migração era pensada posteriormente à execução dos projetos hidrelétricos.

Na concepção de Raffestin (1993), o território é entendido enquanto artigo da apropriação do espaço acordado por relações de domínio, ou seja, pelo poder. Para o autor o espaço aparece como produto de mercantilização, e o território é conduzido pela premissa de que é o resultado da expropriação, apropriação e dominação. Ou seja, os projetos e empreendimentos energéticos para a região pressupõem o foco no desenvolvimento econômico e para isso se faz necessário controlar o espaço e estabelecer territorializações que favorecem o exercício do poder e o domínio sobre o território e as pessoas que ocupam o território.

Percebe-se que a conexão entre território, territorialidades e “des-re-territorialização” estão vinculadas às ações de poder. O território e a territorialidade são controlados por grandes grupos econômicos e pelo Estado. Para esses atores, a territorialidade submete-se à suposta ordem econômica e constitui-se um instrumento de poder. Às classes menos favorecidas resta se adequar aos desmandos da legislação, do Estado e dos detentores de capitais nacional e estrangeiro (SAQUET, 2007).

No caso da UHE, a formação do reservatório já estava determinada, e as águas cobririam o território para dar espaço ao lago. Assim, o Ceste precisava, a qualquer custo, retirar os ribeirinhos do local. Isso foi feito sem que os direitos dessas pessoas fossem respeitados. As opções que existiam exigiam que as famílias, sob pressão e imposição, escolhessem entre abandonar ou vender suas terras.

A partir da licença concedida à construção da UHE, iniciou-se uma intensa circulação de informações — feita pelos diversos meios de comunicação existentes (jornal, revista, folders, banners, panfletos etc.) — divulgando aspectos técnicos da construção e afirmando o comprometimento da empresa com a população. Uma das publicações consistia em uma espécie de cartilha, criada pelo Ceste (2007), tratando “didaticamente” o remanejamento da população. A cartilha — com o título sugestivo *Energia... Uma Nova Vida* — foi distribuída nas áreas de influência da UHE com o objetivo de convencer os leitores das possibilidades vantajosas trazidas pela usina. Ademais, o conteúdo da publicação servia para mostrar a classificação da população a ser indenizada ou não: os “ressarcidos” e os “encaixados”. A figura a seguir mostra a página de apresentação da cartilha com a síntese de seus objetivos.

Figura 16 — Apresentação da cartilha elaborada pelo Ceste



Fonte: CESTE. Energia uma nova vida: Plano de Remanejamento da População. 2007

A foto a seguir (Figura 17) ilustra as benfeitorias feitas por meio da construção do calçamento e estacionamento da praia perene com uso dos *royalties*. A orla foi construída sobre as áreas não inundadas da Rua Castelo Branco, uma configuração engendrada apenas pela dinâmica financeira que propicia espaço de lazer e moradia aos que possuem dinheiro.

Figura 17 — Vista aérea da praia e do calçamento em Babaçulândia



Fonte: arquivo de imagens da autora.

As figuras que seguem dão a dimensão da orla da atual Babaçulândia, vista diurna e noturna, paisagem modificada à custa da inundação dos modos de vida ribeirinhos, incapaz de sucumbir aos anseios capitalistas, tendo em vista que as perspectivas de felicidade e progresso não os encantam, mas os silenciam.

Figura 18 — Vista aérea diurna da Orla de Babaçulândia



Fonte: Prefeitura de Babaçulândia, 2021.

De fato, o município viveu um período de real incremento demográfico com a construção da obra, e novas oportunidades de trabalho foram apresentadas à população. Contudo, atualmente a população não encontra novas alternativas de trabalho e vive sem a adequada infraestrutura para seguir com suas antigas atividades. A UHE, em síntese, tem causado diversos problemas à movimentação econômica do município. A exploração turística

A exploração turística não é suficiente para abastecer a sobrevivência das pessoas, menos ainda abarcar saberes e fazeres que direcionavam: plantações e colheitas de alimentos, navegações para outros territórios e a troca, uma comunhão onde o rio exercia o papel de mediador não só das ações, como também da vida.

Neste sentido, as inovações mostradas nas figuras 19, 20 e 21 revelam a total ausência de preocupação com a identidade ribeirinha, suas subjetividades e cultura. Com base em Raymond Williams, que defendia que a cultura seria “[...] todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual” (WILLIAMS, 1969, p.58), afirmamos que essa população, em seu sistema de vida, funciona e subsiste desassistida.

Figura 19 — Vista aérea noturna da Orla de Babaçulândia



Fonte: Prefeitura de Babaçulândia, 2021.

Em conformidade com Silva (2007 *apud* Carvalho, 2018), as receitas geradas pelos tributos ambientais deveriam ter, como destino principal, a reparação dos danos à natureza. Contudo, em alguns casos, essa reparação nem sempre é praticável. O dinheiro, nesse caso, deve ser direcionado a outras ações e bens que beneficiem toda a população. Especialmente em Babaçulândia, a reconstituição natural não foi possível. Anos depois do ressarcimento

financeiro e da aplicação do recurso, ainda não se identificam investimentos dos gestores nas questões voltadas ao social.

As Figuras 20 e 21, a seguir, ilustram um dos aspectos de contraste entre a vida simples dos ribeirinhos e as construções imponentes às margens do lago formado pela UHE, acentuando a divisão social, que subjetivamente indica um novo perfil de morador para o entorno do lago: aquele que possui capital.

Figura 20 — Construção à beira do lago



Fonte: arquivo de imagens da autora, 2021.

Figura 21 — Antiga moradia da pescadora Leonildes Miranda



Fonte: Cadastramento Socioeconômico AHE Estreito/2006

Diferente dos novos modelos residenciais da margem do lago, as residências das ruas submersas por ele, possuíam formas variadas, e conforme a condição do ribeirinho, aperfeiçoada aos poucos como conta a pescadora Leonildes, “Minha casa era de palha, em frente o campo de futebol na Rua do Campo. A gente ia comprando tijolo aos poucos para construir. Aqui no reassentamento é uma casa melhor que piorou nossas vidas”. Para nossa narradora, as modernas casas custam caro. Para ela, custou o sossego, pois a nova residência, construída, rebocada, pintada, forrada, com 4 quartos, banheiro social e área de serviço, jamais substituirá o parto daquele território de segurança.

Nossa narradora perdeu as territorialidades construídas com a natureza; assim, corroborando as afirmações de Magalhães (2007 *apud* Carvalho, 2018), é possível afirmar que os deslocamentos efetuados para dar lugar aos grandes projetos de desenvolvimento (barragens, estradas, ferrovias, etc.) violam os direitos humanos garantidos pela Constituição e colocam sob ameaça a continuação do ciclo natural e cultural das populações tradicionais de uma região.

3 CAMINHOS DE MEMÓRIA: TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO

“Eu não queria sair daquele lugar, foi o jeito sair mesmo, cheguei aqui, tão diferente.”

(Eduvirgens Ferreira Barros)

Interpretando o rio Tocantins, apresentamos a trajetória histórica que forma o território onde se estabelecem os ribeirinhos. Apresentamos o município e, a partir disso, descrevemos o projeto do grande capital — a UHE de Estreito — que tem destruído a natureza e transformado as vivências que eram profundamente articuladas ao rio, como revelou dona

Da cidade de Babaçulândia, apresentamos os traços históricos e os acontecimentos que partem do passado e chegam aos dias atuais, permitindo a interpretação dos significados relativos aos modos de vida e aos saberes e práticas culturais da comunidade do RUC. Bloch (2002, p.75) defende que “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. De acordo com o autor:

Quando os fenômenos estudados pertencem ao presente ou ao passado muito recente, o observador, por mais incapaz que seja de forçá-lo a repetir ou infletir, a seu bel-prazer, seu desenrolar não se encontra do mesmo modo desarmado em relação a suas pistas. Ele pode, literalmente, dar vida a algumas delas. São os relatos das testemunhas. (BLOCH, 2002, p.70)

Trazer de volta os fragmentos desse passado, colocar o leitor em contato com a formação histórica do território, envolve também um exercício de memória. Ou seja, é um exercício que coloca o leitor em contato com a memória dos ribeirinhos com os quais dialogamos nessa pesquisa. No segundo tópico, buscaremos interpretar a memória que recorta geograficamente o cotidiano afetivo natural, cujo Rio Tocantins é o principal protagonista e símbolo presente nas jornadas econômicas (trabalho, comércio etc.), religiosas (fé, festividades, crença etc.) e de sobrevivência (sustento, educação, etc.). Especialmente, destacaremos como o rio ditava as regras de organização no território, suas cheias como os ribeirinhos relatam sobre a enchente de 80¹⁹, vazantes, peixes e terras adjuntas, condicionada às estratégias de resistências herdadas de povos tradicionais. A UHE de Estreito surge no último tópico desse capítulo para evidenciar

¹⁹ As enchentes deste ano deixaram, até agora, 180 mil desabrigados em todo o País. [...] No Norte, o Tocantins está 14 metros acima de sua cota normal e continua subindo (FOLHA DE S. PAULO, 1980).

como o discurso do progresso e do desenvolvimento por meio dos projetos do grande capital se insinua na vida das pessoas, prometendo oportunidades e melhores condições de vida, mas terminam por desestruturar modos de vida e desterritorializar grupos inteiros.

3.1 O município de Babaçulândia

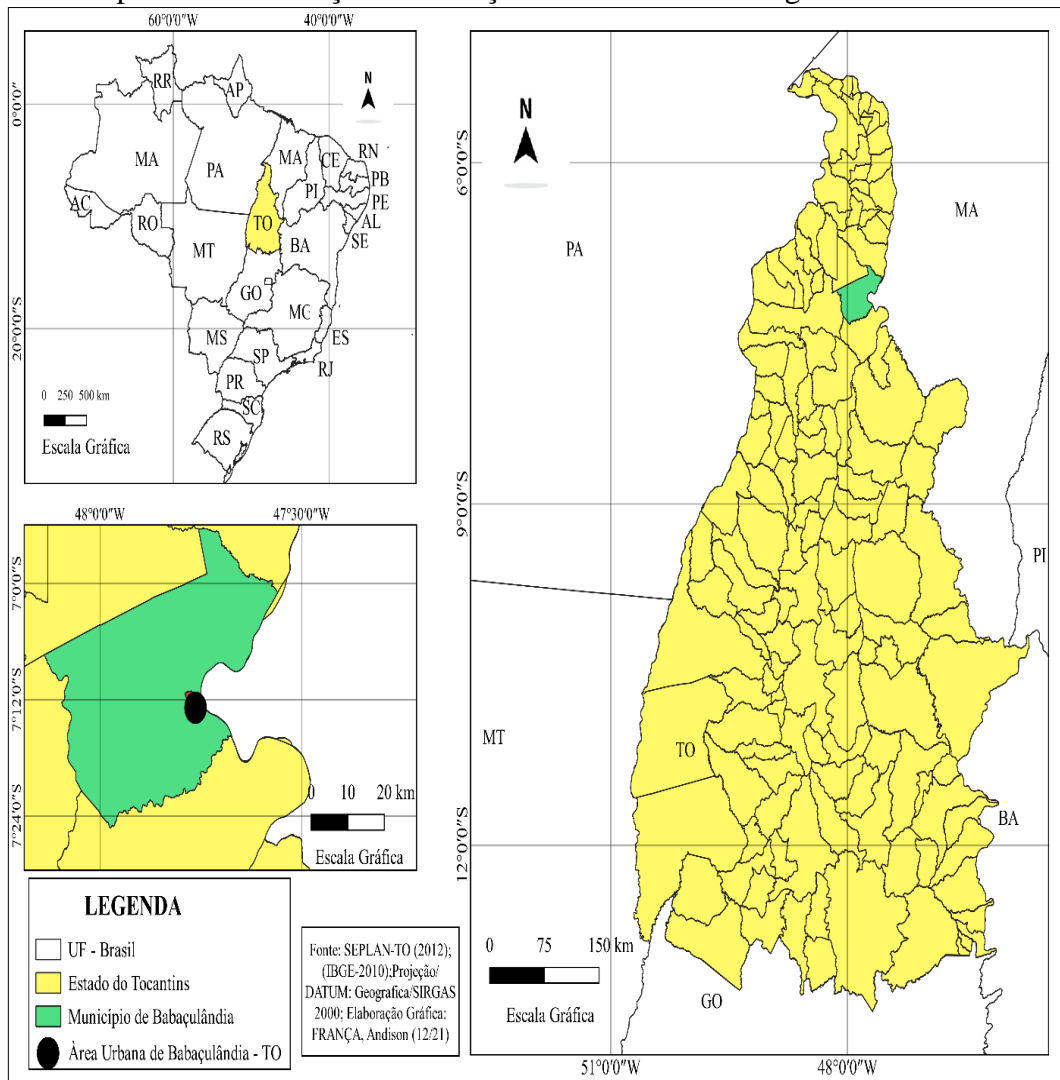
O município de Babaçulândia está localizado na região nordeste do Tocantins, também pertencente à região Sertões dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, tendo o Rio Tocantins como limítrofe em relação ao Estado vizinho, Maranhão. O povoado surgiu em junho de 1926, mas somente em 1938 passou a chamar-se Babaçulândia, terra do babaçu²⁰ não apenas por uma coincidência de nome ou uma simples homenagem ao coco abundante na região. A escolha teve tudo a ver com o que representou a amêndoa da palmeira na vida de seus habitantes e na história da cidade (LEANDRO, 2008), quando era distrito de Tocantinópolis. Babaçulândia foi elevada à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 741/1953, complementada pela Lei n.º 1.247/1953, quando ocorreu o desmembrado de Tocantinópolis.

A população de 2021 foi registrada em 10.668 pessoas, sendo 4.929 residentes da zona urbana. Seu desenvolvimento seguiu a passos lentos, tendo base na exploração rudimentar do babaçu, nas pequenas lavouras e na criação de gado na região. Todavia, a partir do enchimento do lago, um empreendimento capitalista, recebeu a alcunha de “capital do turismo²¹”. O mapa demonstra sua localização nas três esferas (MEDEIROS, 2017; CIDADES, s/a).

²⁰ Palmeira abundante na região norte do Tocantins, utilizada de forma integral. Em Babaçulândia, as palhas são utilizadas na feitura e cobertura de casas e como matéria-prima para artesanato; o tronco cortado servia como assento e lenha; o fruto se transformava em artesanato e carvão. De sua amêndoa, são extraídos azeite e adubo.

²¹ Consta na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins o projeto de lei que Denomina a Cidade de Babaçulândia no Estado do Tocantins a Capital do Turismo. O município, que faz fronteira com o Estado do Maranhão e a região da Chapada das Mesas, é conhecido pelo grande potencial turístico, que contempla atrativos como a Serra da Matança, a Praia do Coco e a Cachoeira do Jenipapo, além do lago da Barragem de Estreito (LOPES, 2021).

Mapa 4 — Localização de Babaçulândia no contexto regional e nacional



Fonte: Anderson (2021).

Nesta pesquisa, investigamos os modos de viver dos ribeirinhos, centrando nossa abordagem, nas memórias e práticas relativas aos saberes, fazeres e resistências daqueles homens e mulheres, especialmente dos que foram reterritorializados no RUC de Babaçulândia. Dessa forma, justificamos o recorte do território não apenas pelo impacto cultural do deslocamento compulsório, mas também por sua posição de dado científico sobre o impacto negativo da exploração capitalista sobre as populações tradicionais e ribeirinhas brasileiras na Amazônia Legal. Frente a isso, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que Babaçulândia está aquém em relação a acesso ao trabalho, renda, saúde e educação, confirmando as narrativas dos interlocutores ouvidos nesta pesquisa.

Nos anos de 2010, 2016, 2017 e 2019, o IBGE aponta que o salário médio mensal não foi além de um salário-mínimo e o total de pessoas ocupadas com algum tipo de trabalho não

ultrapassou a casa de 8,6% em relação à população total, o que significa que mais de 92% dos moradores estavam desempregados nesses anos.

Na economia, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, pouco mais de 50% (um total de 47,5%) estavam nessa condição. O Produto Interno Bruto (PIB)²² per capita, em 2019, era de pouco mais de 10 mil reais (ficou em R\$10.525,09). O percentual de valores arrecadados (receitas) oriundos de fontes externas foi de 92,6%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal²³ (IDHM), em 2010, foi de 0,642 (quanto mais próximo de 1%, maior o desenvolvimento humano). O que chama a atenção é o reduzido número de pessoas ocupadas: em 2019, era 918; em 2021, caiu para 914, um índice de pobreza de 31,74% (IBGE, 2019).

Ainda no que diz respeito aos indicadores sociais, em 2010 Babaçulândia ocupava a 3.254ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil, 3.253 (58,45%) municípios estavam em situação melhor e 2.312 (41,55%) municípios em situação igual ou pior. Em relação aos 139 outros municípios de Tocantins, Babaçulândia ocupava a 65ª posição, sendo que 64 (46,04%) municípios em situação melhor e 75 (53,96%) municípios em situação pior ou igual.

Segundo estimativas de 2019, a Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 96,9%. O município conta com 2 escolas da rede estadual que atendem os anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. Para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, a rede pública municipal dispõe de 7 unidades escolares. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nas séries iniciais, não ultrapassou os 3,9 pontos. Nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, atingiu somente 4,1. Números distantes da meta, que era de 5 pontos. (IBGE, 2019).

Na saúde, o município possui um total de cinco Unidades Básicas de Saúde e três academias de saúde (ESTABELECEMENTOS, 2022). Na cidade, apenas 21,1% de domicílios possuem esgoto adequado, 88,3% terrenos contam com árvores e 8,8% dispõem de bueiros, calçadas, asfaltamento e meios-fios.

Por fim, resta-nos dizer que todos estes dados referentes ao município de Babaçulândia o fixam próximo às últimas posições estaduais e nacionais (IBGE, 2019). Dentre os municípios

²² O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, Estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas.

²³ Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter (ÍNDICE,2013).

da área de confluência da barragem, Babaçulândia foi o mais atingido, fato que modificou paisagens e, conseqüentemente, modos de vida da população ribeirinha, seja rural ou urbana. O destaque de nossa pesquisa, nesse sentido, se dá aos moradores das ruas que ficaram alagadas, as antigas “ruas de baixo” e outros espaços, como região da Beira do Rio, Indústria, Porto Remansão, Inhame, Barra do Corrente e proximidades do Colégio Leopoldo de Bulhões, Mercado Municipal e Feira Coberta, que, atualmente, compõem a população do RUC. A Rua do Campo é retratada pelas Figuras 22 (vista do morro) e 23.

Figura 22 — Rua do Campo vista do morro



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Figura 23 — Rua do Campo



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Esses sujeitos qualificam suas histórias ao produzir conhecimentos mediante a exposição dos eventos e da vida passada, em grande parte protegida e organizada na ordem da memória. Ferreira (2002, p 321) diz tratar-se de uma construção pretérita pautada em emoções e vivências e cujos “eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. A ação da vida, acessada nas evocações da memória, reflete e costura lembranças que definem a organização nas adjacências com e sem as águas.

3.2 O rio, a vida e as “ruas de baixo”

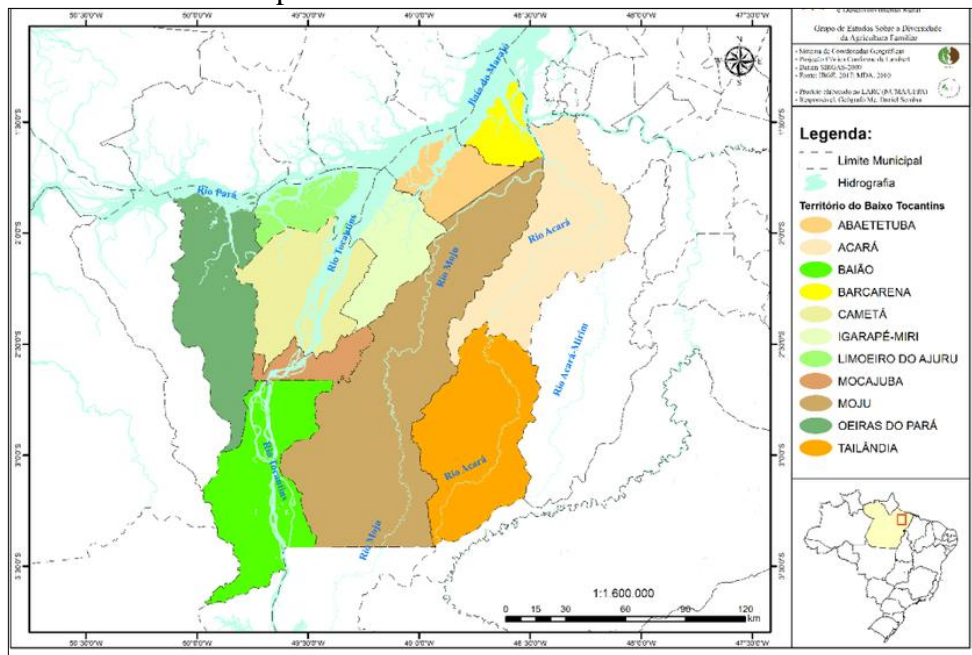
O rio, na memória de muitos, é um território, um espaço tornado sagrado (SAQUET, 2007) por uma cultura dependente das águas — com suas espacialidades múltiplas — úteis na produção da alimentação, por exemplo: frutas e legumes; da fé, quando é rota de rituais sagrados; da economia, enquanto local de trabalho; da simples celebração à vida, aos momentos de praia, lazer e turismo. Iremos deter-nos nesses pontos mais adiante.

Como um importante personagem da presente pesquisa, o Rio Tocantins constitui territorialidades onde a população ribeirinha da zona urbana vislumbrava ter uma vida bastante dinâmica e repleta de experiências e conhecimentos peculiares às comunidades que com ele se relacionavam (OLIVEIRA, 2008), desempenhando, assim, um papel que transpassa sua composição geográfica.

A nomenclatura do rio também faz parte do imaginário popular. Historicamente, há duas origens etimológicas à palavra “Tocantins”: na primeira, teria advindo de uma “poderosa e valente” comunidade indígena, cujos membros eram da etnia Tocantins e viviam às suas margens. A outra versão conta que a palavra “Tocantins” significa “nariz de tucano”, (OLIVEIRA, 2008, p.164), embora a história registre outras denominações. Um rio que, em um batismo de bandeirantes (LEANDRO, 2008), já foi chamado de *Iabeberi*, que, em linguagem indígena, se relaciona à abundância de arraias.

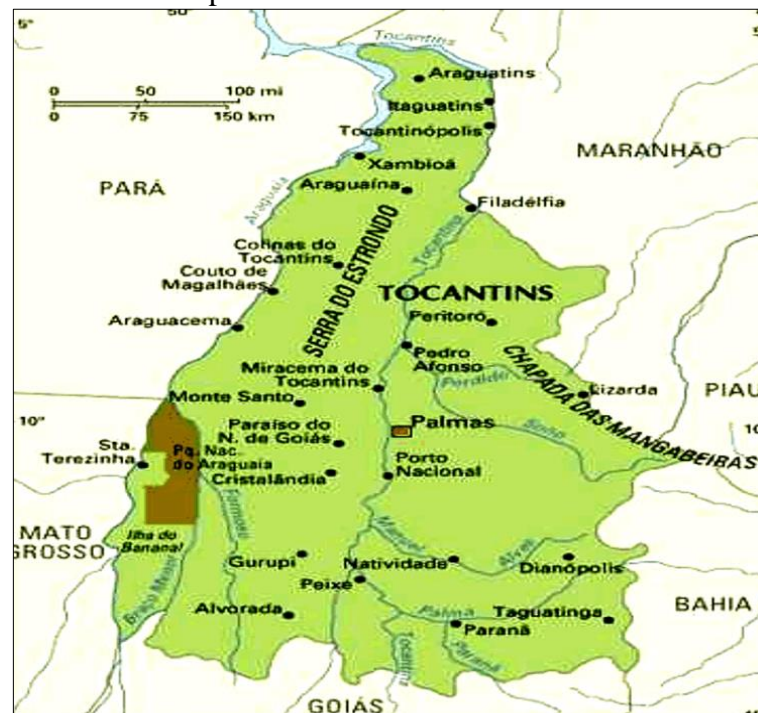
Do ponto de vista da hidrografia, o rio Tocantins possui três eixos: 1) alto Tocantins, localizado desde a confluência entre os rios Almas e Maranhão até a foz do rio São Félix, em Goiânia; 2) médio Tocantins, que consiste no trecho entre a foz do rio São Félix e a cidade de Carolina (MA); 3) baixo Tocantins, que se localiza entre Carolina até a foz no rio Paraná, na região de Belém do Pará. Ilustrando o baixo Tocantins e os limites do estado, tem-se os Mapas 5 e 6 a seguir.

Mapa 5 — Território do baixo Tocantins



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Mapa 6 — Tocantins e seus limites



Fonte: arquivo de imagens da autora.

A capital foi construída à margem direita do rio Tocantins, que apresentava grande potencial para instalação de usinas. Esse, com grande importância na vida daqueles que viviam às suas margens e na vida da população do município em geral, proporcionava a subsistência de vários modos e representava um local de lazer.

Nas descrições de quem viveu nas ruas rentes ao Rio Tocantins, em Babaçulândia, não faltam histórias de personagens do imaginário popular que faziam daquele território um lugar de trabalho, fé, diversão e até assombração. “Lá aparecia muita visage. A gente tinha medo, mas era nosso lugar de diversão. A praia do outro lado do rio, sempre foi difícil pra gente ir.” (Leonildes Miranda, entrevista realizada em 9 de março de 2021). As marcas de um imaginário social permeiam a memória de dona Leonildes que recorda o rio como esse território de um tempo mágico, que abrigava uma vida simples, mas também cheia de aventuras.

Antes, suas vidas eram mantidas na simplicidade cotidiana e caracterizavam-se por aspectos, como o compartilhamento da tábua de lavar roupa no rio; as buscas por água nos poços dos vizinhos; a disputa por um espaço do lajeiro no Inhame²⁴; as pescarias no jirau da Indústria (Figura 24); as viagens de barco até Carolina (MA); os passeios de domingo no Corrente; o desfile de 7 de setembro do Colégio Estadual Leopoldo de Bulhões²⁵; as lendas do Porto Remansão²⁶. Estão agora rodeados por muros de tijolos e não mais por cercas que, em outros tempos, serviam como varal de roupas.

²⁴ O Inhame era uma área de comum acesso a toda a comunidade, especialmente a menos favorecida. O local era formado por muitos lajeiros de pedras naturais e era utilizado para lavagem de roupas e banho, além de ser carregado de mitos e simbologias.

²⁵ Segundo o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, o Colégio Estadual Leopoldo de Bulhões está localizado na Avenida Manoel Soares, n.º 191, Setor novo Milênio I. Criado em 19/01/1978 pela Lei n.º 8.408 – Diário Oficial n.º 1295, funcionava na Rua Humberto de Campos (Beira do Rio), n.º 111, Centro. Escola foi fundada em 1964, e se chamava Escola Reunida Leopoldo de Bulhões. Depois, em 1965, mudou para Grupo Escolar Leopoldo de Bulhões. O nome foi dado em homenagem a um político do Estado de Goiás que, em grande caravana, visitou Babaçulândia, trazendo esperança de dias melhores para Nova Aurora do Coco (primeiro nome da cidade). O prédio da unidade também foi atingido pela construção da UHE, onde foi construída uma nova estrutura pelo Ceste nas proximidades do RUC. Em 2010, ocorreu a mudança para o novo prédio (PPP, 2022).

²⁶ Uma área com menos pedras e mais areia, usada para banho e lavagem de roupas e como porto para embarcações. O Inhame e o Remansão foram inundados com o lago. O jornalista J. J. Leandro, no livro *Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa*, escreveu que o Porto do Remansão também era chamado de Porto do Ajujo, e que foi o primeiro porto em Babaçulândia (LEANDRO, 2008).

Figura 24 — Porto da Mangueira/Jirau



Fonte: memórias de Babaçulândia-Parte 14, OLIVEIRA, 2011.

De acordo com Fenelon *et al.* (2004, p.7), no exercício da pesquisa somos deslocados para outro tempo, em que é proposto “[...] o espaço da memória social como o da visibilidade de sujeitos reais que têm potência”. Assim, a escuta desses relatos aguça sentimentos e reconhecimentos, colocando em evidência as identidades e os segredos inexplorados, guardados nas lembranças das vivências junto das águas.

Na perspectiva do lugar e do cotidiano dos sujeitos sociais — construtores dos próprios caminhos, estratégias e vivências não apartadas do rio — eles existiam com o rio, e esse não era um “casamento” em que pudesse haver divórcio. Não havia condição de residir naquele território e não depender do rio.

Com simplicidade, nossa interlocutora Eduvirgens sintetizou os laços entre o ribeirão e o rio no esforço para sustentar sua família: “[...] pegando arroz naquela roça, apanhando feijão, vazante, quebrando coco naqueles cocal, tirando a gordura pra temperar” (Entrevista com Eduvirgens Ferreira Barros em 25/05/2021). Moradora da Indústria, dona Eduvirgens, embora não sendo proprietária de terra, tinha expertise em explorar e viver do que era ofertado pela natureza. Com sua canoa atravessava o rio em direção ao Maranhão, para as terras do senhor Pedro Miliano²⁷, onde plantava ou ajudava na colheita de alimento nas roças a fim de manter o pão da família e também garantir a pesca, “[...] pescava o peixe pra gente comer bem pertinho

²⁷ Morador do outro lado do Rio Tocantins, no estado do Maranhão, proprietário de terras.

de casa, no meu jirau ou às vezes na minha canoinha” (Entrevista com Eduvirgens Ferreira Barros em 25/05/2021).

Ao utilizar a expressão “a gente”, se referia aos 10 filhos, que criou e educou sozinha.

Dia de natal que ele foi embora, ele me largou no fim da era porque, ele me largou em dezembro, e eu tive o menino em fevereiro, no dia 13 de fevereiro de 89, que é o Josemar, que é o mais novo, e ele disse que o menino não era filho dele, que não parecia com ele, o menino só parece com ele, não parece com outra pessoa, só parece com ele do mesmo jeito, magro do jeito dele, só parece com ele. (Entrevista com Eduvirgens Ferreira Barros em 25/05/2021).

O depoimento de nossa narradora revela além das estratégias de sobrevivência, a força de uma mulher compelida a assumir sozinha todas as responsabilidades na criação dos filhos, uma mãe solo²⁸. Aqui, é importante destacar a força dessa mulher como representativa de muitas outras que foram atingidas pela barragem e tiveram que reforçar suas estratégias para criar os filhos e ainda se manter na resistência contra diversas formas de opressão.

A seguir, na imagem, apresentamos o jirau — citado por dona Eduvirgens — no Porto da Mangueira, próximo ao local da sua antiga residência, no território das já citadas ruas de baixo.

Figura 25 — Porto da Mangueira



Fonte: arquivo de imagens da autora.

²⁸ “[...] não participação do homem quanto à responsabilidade afetiva ou financeira com o filho (ARPENBRASIL, 2021).

Nas ruas de baixo de Babaçulândia, desafiados pelas condições naturais do território rente ao Rio Tocantins, os moradores construíram histórias que se entrelaçam entre o espaço urbano e rural, em uma sincronia de práticas comuns de manutenção e resistência ao avanço dos cercamentos capitalistas, que apesar disso, os categorizava na separação que invisibilizava seus saberes econômicos, políticos, sociais e culturais. Como destaca dona Marlene:

A gente vivia nas ruas de baixo sem prestar atenção que lá era onde ficavam as pessoas mais simples como eu. Demorei anos sem entender que a rua Castelo Branco e as outras depois dela eram as ruas dos pobres. Eu morava na Castelo Branco, a gente dizia que morava na rua de baixo. (Marlene Meneses, entrevista realizada em 16/04/2021)

O relato de dona Marlene evidencia como as territorializações, muitas vezes, não são percebidas pelas pessoas como um processo em disputa que revela as desigualdades sociais em determinados territórios. No caso de parte dos (des)reterritorializados do RUC, essa percepção ocorre a posteriori, após o processo de expulsão das áreas próximas ao rio Tocantins. Territórios de exclusão são comuns e naturalizados tão discretamente que impedem suas populações de perceberem as limitações oriundas deles. Nesse sentido, ao trazermos para a discussão a dinâmica territorial da divisão excludente, propomos a análise de espaços onde, por anos, os moradores do RUC aplicaram estratégias de sobrevivência frente à negação de suas existências. Consideramos importantes os saberes articulados, quando se quebram as linhas subjetivas do pensamento moderno ocidental — “linhas abissais”, conforme Santos (2007) — que, no contexto apresentado, é a rua divisória das “ruas de baixo” e da “rua de cima”: a Rua Getúlio Vargas, rua única que corta a cidade do início ao fim. Conforme o autor, Boaventura de Sousa Santos, a “ecologia de saberes” se dá quando os povos tradicionais ganham protagonismo, emergindo a força “do outro lado da linha”; força que reivindica uma nova reconstrução da ciência e do saber:

A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. (SANTOS, 2007, p.33-34)

Segundo Santos, a ecologia dos saberes pressupõe o reconhecimento dos saberes que vão além do preconizado pelo ocidente moderno e colonizador, destacando os saberes e epistemologias construídas em outros lugares e a partir de outras práticas socioculturais: caso da cultura e modos de vida dos ribeirinho reterritorializados no RUC. “Aquela cidade que só

tem uma rua”, assim era a descrição de Babaçulândia na interpretação dos visitantes, como se todas as outras existências estivessem apagadas. Não há como negar que havia em Babaçulândia, mesmo antes do Lago da UHE ser construído, um padrão de marginalização. Conforme Claude Raffestin, “[...] a discriminação espacial é um meio de impor, de fato ou formalmente, relações dissimétricas” (1993, p.134).

De fato, os moradores viveram anos sem acesso a calçamento, água encanada, energia; contudo, a vivacidade do município residia naqueles territórios dependentes das águas. Desse modo, podemos considerar que os moradores das “ruas de baixo” conservavam energias compreendidas como poder, confirmando a ideia do referido autor, em que o poder não é único e existe em toda forma de organização. O senhor Zezinho, nos dá algumas indicações de como o poder é uma que irrompe em diversos territórios e de diversos modos:

Não importava se quem morava na rua de cima tinha casa boa ou ruim, se achavam melhor que a gente. A rua de cima, pensando bem, tinha uma altura diferente. O terreno era mais alto, mas chamavam de cima, e era o lado que a água do rio descia. A rua de cima passava na frente do mercado, da prefeitura, da igreja católica, do SESP, do cartório, do sindicato mais na frente do cemitério até no final da Rua D’Areia. (Zezinho, entrevista realizada em 16/04/2021)

Na semântica territorial de Babaçulândia, a expressão “ruas de baixo” traz um sentido estigmatizador, como aponta o senhor Zezinho. Sua conotação, segundo interpretamos, denuncia um olhar hostil e de rejeição que mantém ligação com a colonialidade do poder²⁹ presente nos territórios enquanto resquícios que alimentam a relação de contraste e superioridade, deflagrando exclusão e negação de identidades.

A comunidade ribeirinha de Babaçulândia era formada por migrantes³⁰ que também já se haviam despojado de identidades:

²⁹ Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p.4).

³⁰ [...] vindos de diferentes estados brasileiros, principalmente Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, puseram-se a serviço de construir em outro solo novas relações que os fizessem esquecer tempos amargos que os obrigavam a migrar. (LEANDRO, 2008, p.17)

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. (QUIJANO, 2005, p.127)

A migração dentro da colonialidade do poder representa um certo abandono de si, a experiência de ver-se separado de seu território, principalmente quando é o território de nascimento, exige um despojamento de suas identidades históricas e de seu lugar como produtor de autonomia. No caso dos ribeirinhos, chegados em Babaçulândia, à medida que dominavam as práticas de sobrevivência do trabalho na terra e na água, plantando ou pescando, também foram vítimas de violências simbólicas, de práticas coletivas do exercício de poder. Latente na memória coletiva dos participantes desta pesquisa, revelarmos algumas implicações causadas pela formação territorial das ruas na margem do rio sobre a vida das pessoas.

A elevação do terreno da Rua de Cima não justificava atormentar as outras ruas; porém, mantinha e reforçava uma linha que também os classificava como socialmente vulneráveis. Assim, as ruas de baixo desapareceram e, com elas, desaparece importantes elementos dos modos de viver com o rio Tocantins.

3.3 A usina e o lago

Atendendo à ótica capitalista que defende o desenvolvimento do país e avança colonizando os povos tradicionais, foi construída, entre o norte do Tocantins e o sul do Maranhão, a UHE. Esse mecanismo de transformar algo em mercadoria, denominado capitalismo, é um agente de transformações profundas que geram infinitos desastres. Caracterizado como sistema totalitário, esse atravessa a existência dos indivíduos e cria desigualdade. Desde o ângulo de Raffestin (1993), observa-se que a economia capitalista é carregada de ego, ora individual, ora coletivo, sendo um produto da natureza humana eficaz em exercer poder sobre o outro, ainda que, para obter lucro, tenha que devastar sociedades que conservam o bem viver.

O fundamento não poderia ser outro: promover o desenvolvimento econômico. O argumento fere o território dos povos ribeirinhos e, conseqüentemente, suas formas socioculturais de dependência do curso do rio. Em relação à barragem do Consórcio estreito Energia (Ceste), Silva (2017) aponta que, desde a ideia original (fundamentada em estudos para instalação da barragem) até a conclusão da UHE — aqui representada pela obra finalizada e

pelas projeções do RUC — o processo durou quase 50 anos. Desde o início, esse processo foi permeado por dificuldades, conforme nos relata Deusinete de Sousa:

Então a gente, ficou, e aí era aquela coisa, que viam assistente, vinha psicóloga, e vinha os agente do Ceste, falando que ia ser bom, aí isso aí, demorou, depois que a gente assinou o termo de opção de casa, nossa indenização que ia ser trocar o lote, a casa né, pra pegar outra casa, outro lote com outra casa, demorou muito [...] (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

De acordo com a entrevistada, o processo foi demorado e as irregularidades eram muitas e se encontravam inclusive nos mais simples aspectos da construção das casas:

[...] onde uma é que as portas iam abrir pra fora, então isso aí, não ia dar certo, como é que você vai sair da sua casa, e uma pessoa vai puxar a porta que vai abrir é pra fora, a porta tem que abrir pra dentro né, pra quem está dentro fechar por dentro e ficar à vontade é errado nunca vi isso, a gente achou aquilo ali estranho, e a gente reclamou. (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

Mesmo após 10 anos de conclusão, o que percebemos nas falas dos impactados do RUC é que não vislumbram, até o presente momento, qualquer forma de desenvolvimento voltado para as comunidades locais.

Ao contrário. Para os entrevistados, houve um importante dano no que diz respeito aos aspectos identitários e culturais. Com diferentes cosmogonias e distintas formas de interação com a natureza, inclusive nos aspectos climáticos, como explica dona Deusinete: “[...] quando eu vim da beira rio pra cá, quando a gente chegou aqui, a gente sentiu muita, ficou muito estanho a temperatura das casas, que as casas eram muito baixas, já era verão, o nosso clima lá, ela outro, né e a gente custou se acostumar com essas coisas” (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021).

Os moradores ouvidos foram unânimes ao relatar que reproduziam suas práticas “de cor e salteado”, uma vez que dominavam as técnicas repassadas de forma geracional, como parte do costume resguardado pela memória. Estes vivenciaram um desenraizamento que atravessou o sentimento de pertença enquanto parte das dimensões simbólica — unida à apropriação cultural do território — material, política e econômica (HAESBAERT, 2002).

Esse novo cenário, a encargo do Consórcio Estreito Energia (Ceste), como nos relataram os entrevistados, provocou tristeza e morte: “[...] com o tempo, eu tive problema de saúde aí eu fui lutando, até eu me aposentar, por invalidez que é o que tem hoje [...]” (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021). A entrevistada também relata que, devido à localização da

sua casa no reassentamento, uma Senhora de 86 anos de idade sofreu uma queda que, até hoje, causa-lhe muito sofrimento; em consequência do acidente, ainda hoje se encontra muito doente.

Para Deusinete atribui esse problema também ao Ceste: “[...] a culpa disso tudo é só o Ceste, porque se a gente estivesse onde a gente deveria estar antes toda vida quieto, não fosse a vinda dessa barragem talvez não teria acontecido certas coisas nas vidas” (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021). Ao deslocamento imposto, na tradução da nossa colaboradora, cabe a culpa dos muitos infortúnios vividos pela população ribeirinha. Bastante atenta ao descrever a amargura da barragem, lembrou de um poema do Antonio Brito³¹, que retratava sua contrariedade com a mudança. Referia-se ao texto “A Grande Mudança” escrito pelo morador de Babaçulândia, Antonio Brito, escritor e membro da Academia de Letras de Araguaína.

A mudança tá chegando,
O desassossego também
Todo mundo tá mudando,
Carregando o pouco que há,
Só resta à lembrança
Quando a represa chegar

A mudança começou,
Com o povo a se mudar
Desmontando suas casas,
Era seu lugar de morar
Tudo fica diferente,
Quando a represa chegar.

Os vizinhos que de antes,
Hoje não se sabe mais,
Cada um para seu canto,
Cuidando de seus animais,
Acaba esta amizade,
Quando a represa chegar.

O que mais lhe pertencia,
Hoje não lhe pertence mais,
Só nos resta o sentimento,
Saudade e nada mais,
Tudo começa de novo
Quando a represa chegar.

Os filhos do meu vizinho,
Vão ter que se acostumar,

³¹ Antonio Brito Sousa, (Tim Pietro), nascido no município de Babaçulândia-Goiás, hoje Estado do Tocantins, no dia 13 de junho de 1962 dia de Santo Antonio, no local Canto Alegre, remanescente da localidade antigo "Canto do Barreiro" nome este por haver naquela época muito barreiro de Anta, animal que faziam buracos no chão ou o Barreiro para tomar banho.

Pois vivia entre nós,
Sem ter que se preocupar,
Hoje só fica na lembrança,
Quando a represa chegar.

Suas terras que de antes,
Eram tão boas de plantar,
Hoje fica submersa,
Na imensidão desse mar,
Tudo fica diferente,
Quando a represa chegar.

Hoje modificaram tudo,
O lugar de nós morar,
Some baixada e grotas,
E não seio onde ficar,
Tudo isso tá previsto,
Quando a represa chegar.

A mudança que veremos,
É para sempre nos lamentar,
Corre o pobre lavrador,
Do seu lugar de morar,
Sobe o morro e espera,
Quando a represa chegar.

O vaqueiro não tem mais,
A fazenda de vaquerar,
A terra do fazendeiro,
Vai sumir deste lugar,
Fica ele desempregado,
Quando a represa chegar.

A estrada que passava Por ali e acolá,
Foi toda modificada,
Para a água se abrigar,
Por isso não me acostumo,
Quando a represa chegar.

(Antonio Brito Sousa, morador de Babaçulândia. Escrito em 23 de junho de 2009)

Com precisão, Antonio Brito transformou em deleite histórias polarizadas entre dor e alegria e que fazem aflorar um saudosismo configurado na oralidade, nas cicatrizes, na organização das casas, nas plantações no quintal, no trabalho com a pesca, nos usos das canoas e na coleta dos frutos nativos em áreas próximas ao lago. Com dificuldade, hoje repetem estratégias criativas que residem em suas memórias.

A formação do lago e o conseqüente alagamento de parte do município impactaram negativamente a população ribeirinha de Babaçulândia. A história demonstrou que o Rio Tocantins se destacava entre os componentes geográficos que impulsionaram a formação do município de Babaçulândia, e foi por meio dele que a identidade ribeirinha foi constituída, fragmentando-se e reconstruindo-se conforme observou Oliveira (2008). O rio, principal

símbolo de sobrevivência, agora transformado em lago, permanece resistindo no imaginário coletivo.

Nesse sentido, em Babaçulândia, o rio e seus significados foram transformados com o surgimento da UHE, como parte de uma estratégia capitalista que obriga a constante desterritorialização de famílias inteiras, desestruturando a manutenção dos tradicionais modos de vida. De um lado, esses são recuperados pelas reminiscências de memória do Rio Tocantins ou da sociabilidade simples por entre ruas e áreas rurais; de outro, pelas práticas de resistências que forjam territorialidades no/do RUC.

4 SABERES, FAZERES E RESISTÊNCIAS DO RIBEIRINHO/CAMPONÊS

“Não tenho cofre, mas tenho cofo.”

(Marlene Batista Meneses)

Enfrentando a desigualdade de classe que conduzia o atendimento e o acesso à carne de gado na cidade, nossa narradora dona Marlene entoava essa frase, uma expressão que transmitia a insatisfação e o valor do dinheiro. No município, o modo de viver ribeirinho era resultado da pragmática relação que ancorava os recursos naturais (como o Rio Tocantins) ao cotidiano social, marcado pela identidade rural/camponesa e pela urbana. Um confronto identitário demonstrado na linguagem, nas formas de trabalho e na interação com o meio. O espaço natural e geográfico — rio, terra, ruas — determinava o costume e construía as territorialidades: era o lazer na Praia do Coco, localizada no Maranhão do outro lado do rio; as áreas de plantio e vazantes; as árvores frutíferas como as cajazeiras do Farta Guloso, por exemplo. Havia uma relevante riqueza natural, gestada pela lógica tradicional, que sustentavelmente equilibrava natureza, cultura e afetividade nas produções que tangenciam o vivido.

Nesse sentido, a construção das experiências relaciona-se à ação própria da vida, e é por meio dela que as aprendizagens e a consciência da existência surgem. Isso ocorre à medida que os gatilhos certos são acionados, tornando a memória viva e fazendo-a refletir e costurar lembranças que definem os patrimônios culturais imaterias de um grupo. Uma articulação que reúne ciências circunvizinhas³² a fim de dialogar e conceituar a pluralidade criativa de cultura que resulta da invenção-criação (WAGNER, 2010).

Nesse sentido, nesse capítulo, ao ouvir, observar, registrar e interpretar as experiências e memórias dos moradores do RUC, tentamos compreender as subjetividades e as vivências fundamentais de parte da história desse lugar, grupo e território, com vistas entender as relações entre a constituição de saberes e fazeres na formação cultural dessas mulheres e homens, formação essa que engendra resistências e acomodações frente aos diversos modos de viver que se constituem no reassentamento.

³² Ciências que [...] incluem sociologia, antropologia, economia, geografia, política, direito e história da ciência e filosofia. (BURKE, 2016, p. 23).

4.1 Terra e rio na memória do ribeirinho camponês

Assim, como destacou o sociólogo Maurice Halbwachs, em *A memória coletiva*: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer, e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29). Os depoimentos apoiam versões de experiências passadas, com interpretações individuais, corroboradas ou confrontadas coletivamente e internalizadas ao longo do tempo e espaço, constituindo os elementos da memória.

No caso dos ribeirinhos das “ruas de baixo”, a relação história-espaço se torna mais acentuada quando ocorrem as indenizações como ressarcimento pela desterritorialização provocada pela barragem. Essas mesmas pessoas mantinham à época do processo de saída das margens do rio Tocantins, uma simetria social, que dentro de suas dinâmicas individuais e coletivas, combinavam modos de vida entre a terra e o rio para vencer a desigualdade e suprir suas necessidades, como podemos observar a partir de suas lembranças. A terra camponesa não é apenas uma terra de trabalho; ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Dona Maria Miranda é uma das ribeirinhas reterritorializadas no RUC que expressa a relação com o rio e a terra que esse grupo mantinha; explicando com veemência: “minha filha, quem tem terra tem poder. Qualquer bocado de terra na beira do rio era comida na mesa” (Maria Miranda, entrevista realizada em 16 de março de 2021).

A terra enquanto território da identidade rural dos ribeirinhos urbanos, é um lugar que, frequentemente, recepciona lutas entre seus agentes desde que a lógica capitalista alcançou as produções camponesas, anteriormente embaladas nas relações conflituosas de poder. Dona Maria parece compreender, especialmente depois de ter passado pelo processo de desterritorialização, como a terra possui uma dupla validade na realidade social: de um lado, ela é um meio e instrumento de poder, pois quem a detém exerce controle sobre outros grupos, inclusive, subalternizando-as. De outro lado, a terra é também territorialidade, pois constitui um processo de interação entre ambiente e a dimensão cultural do grupo, pois a partir desse território, a terra às margens do rio Tocantins, os ribeirinhos garantiam a segurança alimentar.

Essa relação construída pelos ribeirinhos entre terra e rio, quando reelaborada pela memória pós- desterritorialização apresenta-se como um sentimento e consciência de perda, conforme relata dona Marlene. Segundo ela, “[...] essa preocupação que a gente tem agora, essa necessidade de tipo assim: não, vou ter que guardar um dinheiro... tenho que arrumar [...] era

algo que não existia. “A gente tinha o que comer e até era mais saudável também. Não tinha tanto problema” (Marlene Batista Meneses, entrevista realizada em 16/04/2021).

Antes do Lago, antes da perda do território, antes da transformação dos modos de viver, a vida era mais fácil, segundo dona Marlene. Os problemas eram menores, pois o rio mantinha a vida e garantia a saúde daquelas pessoas. Em um exercício de memória, dona Marlene relata a vida depois do Lago, quando o dinheiro passa a ter maior importância para a manutenção da vida: agora era preciso conseguir e guardar dinheiro. Outra interlocutora, dona Vicenza, narra em sua entrevista:

Quando era o rio que Deus deixou feito tudo tinha, agora foi o homem, nada prestou, acabou a fartura, porque no tempo do rio corrente, ele enchia comia arroz tudo que você tinha numa roça, mais depois quando ele esvaziava, você plantava tudo e tinha, tudo tinha, hoje encheu e ninguém tem nada, encheu só uma vez, no tempo do rio Tocantins ele enchia no inverno, comia tudo, mais quando ele saia ele dava tudo. (VICENZA, DATA ENTREVISTA)

Certamente os modos de viver dos reterritorializados no RUC estavam em processo de desestruturação, mas o início desse processo, em termos históricos, está assentado na história da propriedade privada no Brasil. Visto como mercadoria nas mãos de uma minoria, o latifúndio deixa de ser visto como terra de trabalho (PAULINO, 2006). Conforme Oliveira:

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2011, p.187)

A terra, meio de produção, quando apropriada como propriedade privada e mais recentemente como bem de especulação financeira, tem sua relação com as culturas locais corroídas, fazendo com que parte dos elementos identitários dos povos tradicionais se desintegrem e sejam substituídos por outros que subalternizam as pessoas, caso da maior presença do dinheiro nas relações sociais. A potência do saber transmitido por dona Maria Miranda e dona Marlene, acerca da violência do capital que impactou sua vida no campo e na cidade, prova o motivo de escutarmos com atenção os saberes da terra, no sentido literal, daqueles que se constroem com ela. Em poucas palavras, as duas foram capazes de traduzir seu lugar social (RIBEIRO, 2017) de mulher campezina que avistava a terra como parte do seu modo de vida e não como mercadoria. Assim, embora os estigmas impostos às duas por não

dominarem os códigos linguísticos necessários à leitura e escrita, enxergavam o mundo em uma lição de existência intrínseca à natureza.

Percorremos diversos caminhos que, alinhados ao olhar interdisciplinar, apontam o cerco do capitalismo aos ribeirinhos/camponeses urbanos durante o arrendamento das terras. Na obra *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), Martins definiu o campesinato como resultado de uma economia do excedente, bastante útil ao capital, quando acumula e reproduz no espaço urbano. Logo, sendo intercambiável, a agricultura camponesa fornece mercadorias ao mercado, configurando relações não capitalistas³³. Os camponeses produzem excedentes e “[...] dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades” (MARTINS, 1975, p.45). Abastecer o mercado, não era a prioridade dos cultivos, mas quando havia excedente, utilizavam para trocar ou vender a fim de suprir necessidades diferentes. O senhor José Pereira relata alguns aspectos dessa relação:

Importante era ter o que comer: açúcar, café, arroz e feijão. O feijão se plantava até no quintal ou quando acabava a colheita do arroz, plantava e colhia o milho para feijão enrolar no pé dele. Tudo na terra alêia. O arroz era mais difícil. Aquele povo dono de terra emprestava para o plantio, mas não ajudavam em nada e depois da colheita a divisão era 3 por 1. O trabalho de limpar, brocar e plantar na roça era todo por nossa conta. E, quando sobrava a gente vendia na feira pra comprar açúcar, café. (José Pereira, entrevista realizada em 2/3/2022).

O relato de “Seu Zezinho”, um homem criado às margens do Rio Tocantins, provoca a reflexão conduzindo nosso pensamento a outro pesquisador, Juscelino Laurindo dos Santos, quando podemos associar o empréstimo da terra para o cultivo dos alimentos à troca de trabalho e fonte de renda. “O ‘adjunto’, por exemplo, é uma troca, uma organização que demonstra a necessidade de realizar o trabalho de forma dinâmica” (SANTOS, 2021). A estratégia de utilização das “terras alheias” nas várzeas do Rio Tocantins, era a principal dinâmica de trabalho e sustento das famílias das ruas de baixo. Uma comunidade proveniente de outras situações que forçavam a procura do pão de cada dia, tal como dissertou Olivia de Medeiros quanto à labuta dos pobres nas margens do Tocantins em Pedro Afonso: “os pobres que não tinham onde ir estavam lá, na margem do Tocantins, procurando plantar para comer... sempre seguiam o caminho” (MEDEIROS, 2012, p.123).

³³ “[...] possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital” (MARTINS, 1975, p.49).

As roças, conhecidas por vazantes e produzidas nas terras do beiradão do rio, beneficiavam os donos ou posseiros das terras, e expropriavam os trabalhadores que eram obrigados a dividir a produção, mas relação com o dinheiro era outra. De fato, quando não havia dinheiro, a parte da produção que cabia ao trabalhador servia para abastecer os celeiros e trocar por outros alimentos, surgindo daí práticas intoleráveis ao capitalismo, como a reciprocidade. Os vizinhos se acudiam em uma grandeza que não era pensada no lucro, no dinheiro, mas na conexão que proporcionava satisfação das necessidades em comum, as quais eram baseadas em valores, de uma economia moral “num equilíbrio de forças sociais ou de classes” (MEDEIROS, 1998, p.258). Assim, os frutos da produção individual, caso ocorressem no quintal ou roça, tornavam-se coletivos, contrastando com as circunstâncias atuais.

A produção de alimentos ou as estratégias para consegui-lo ocupava parte considerável do tempo dos ribeirinhos. Dona Maria Miranda destaca em seu relato uma dessas estratégias ao afirmar: “até no quintal de nossa casa a gente plantava. Era difícil ter um vizinho sem uma plantação de banana, feijão, goiaba, ata. Eu tinha gosto de dividir com meus vizinhos. No meu quintal até um pé de bacaba plantei” (Maria Miranda, entrevista realizada em 16 de março de 2021).

O cultivo em todos os espaços possíveis, por menor que fossem, era uma prática cultural desses ribeirinhos, que usavam seus quintais para garantir o abastecimento alimentar, mas a característica que mais chama atenção no relato de Dona Maria é experiência consciente da partilha: gostava de dividir o fruto do seu trabalho com seus vizinhos. Essa partilha era comum não apenas quando se tratava de alimentos, mas também outras necessidades coletivas do grupo, como a mesma relata:

Tinha um poço, mas a água era saloba e não deixava nem o sabão criar espuma. Mesmo assim era um prazer ver as pessoas pegando água no nosso poço. Não servia pra beber, mas dava pra lavar louça. A roupa a gente lavava no Remansão ou no Inhame e nos tinha que usar a tábua da xarapinha. (Maria Miranda, entrevista realizada em 16 de março de 2021)

Nossas narradoras revelaram lembranças da memória coletiva³⁴ que, ao recorrerem aos elementos de referência como a paisagem, o trabalho no cultivo dos alimentos e afazeres

³⁴ Nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p.25).

domésticos, são convertidos em experiência comunicável para si e os outros em um registro do passado captável dos símbolos socialmente construídos. Essas mulheres dividiam não somente a comida e os instrumentos do dia a dia, como a tábua de lavar roupa no Remansão (Figura 26), mas também o sabor da coparticipação e a satisfação do servir, premissa que não reflete os mesmos sentidos do capitalismo que despreza o ato de quinhoar.

Figura 26 — Lavadeira no Remansão



Fonte: OLIVEIRA, 2011.

De fato, essa experiência de partilha parece ser um dos cerne da cultura desse grupo, como explica dona Vicença:

Eu fazia muito bolo, eu tinha meu forno, fazia meu bolo, fazia as coisinhas, era repartida e dava pra todo mundo, e aí mudou tudo, e eu não sei porque, e tudo foi por causa da barragem, que mudamos de setor, aí mudou os movimentos do setor. (Vicença Alves, entrevista realizada em 14/07/2022)

Para dona Vicença a partilha fazia parte da experiência de viver na margem do rio, naquelas circunstâncias ela rememora que fazia seus bolos e dividia com todos. Por outro lado, ela reconhece que esse mundo já não existe mais e responsabiliza a barragem (a UHE de Estreito) pela desestruturação dos valores coletivos baseados em uma economia moral própria do grupo. Contudo, antes do Lago da Usina, tanto dona Maria, quanto dona Vicença e os demais moradores da beira do rio abasteciam seus lares pela união. Embora houvesse a exploração dos donos das terras com o ato de emprestar sem nenhuma outra contribuição, julgavam como maior

ajudante o rio Tocantins e seus afluentes, por exemplo, o rio Corrente³⁵. A comida que chegava à mesa das famílias era resultado de uma troca onde o ribeirinho e camponês conhecedores dos “ciclos da natureza” e do melhor acompanhamento das estações do ano, “recebiam” do rio o alimento. De fato, tradicionalmente utilizavam formas não capitalistas nas atividades produtivas como mostra Martins (1994), para manter a economia familiar, diferente da perspectiva de lucro da economia de mercado. Algo que a natureza mercantilista predominante na sociedade atual, não compreende.

[...] lograremos una comprensión total de las bases y de la naturaleza de la unidad económica campesina sólo cuando deje de ser nuestro objeto de observación, cuando podamos concebirlo como sujeto creador de su propia existencia [...] (CHAYANOV, 1974, p.133 *apud* PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.30)

Sem dúvida, concordando com esses estudiosos, para compreendermos a economia campesina, que aqui transpomos para os ribeirinhos, é preciso sair do campo da abordagem mercantilista e passarmos a entender as especificidades do fazer econômico desses grupos a partir da construção de seus próprios modos de vida. Assentindo com Aleksandr Vasílievich Chayanov, percebemos o modo de vida camponês³⁶ como constante ação de resistência ao capitalismo, dentro da arena chamada terra, onde se fabrica os meios de sustento e comercialização. E quando esses ribeirinhos, acostumados ao campesinato não dispunham de terra, plantavam no quintal de casa, no lote em que estava fixada a moradia. Uma alternativa chamada de quintais produtivos.

[...] os quintais produtivos oportunizam a diversidade alimentar, assim como a preservação da cultura alimentar e dos recursos naturais, por suprirem e suplementarem, mesmo que em parte, as necessidades de subsistência diárias, na maioria dos domicílios, colaborando para melhoria da qualidade alimentar das famílias. As pequenas produções vegetais desenvolvidas nos quintais domésticos permitem às famílias, além de uma melhor alimentação, acesso a frutas, hortaliças, especiarias e plantas medicinais. (AMOROZZO, 2002 *apud* SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016, p.79)

³⁵ Pequeno rio afluente que desagua no rio Tocantins, localizando à margem esquerda do Rio Tocantins e fortemente impactado com a formação do lago.

³⁶ A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento (MARTINS, 2002, p.75).

O quintal era a parte do mundo debaixo de seus domínios, e a proximidade do rio propiciava solo fértil aquelas áreas. Cada metro quadrado, além da própria residência, era usado com o pleno objetivo de prover alimento: plantas medicinais, frutas, legumes pertencentes a dieta comum dos sertanejos. A riqueza material não estava no acúmulo de dinheiro, de terra, casa construída com tijolo, era algo que eles também desejavam, mas se davam por satisfeitos com os sacos de arroz, feijão, milho ou o monte de abóbora e melancia empilhados no quartinho, uma manifestação da felicidade que descrevem com alegria, como rememora dona Maria Miranda: “eu lembro de tá no Remansão lavando roupa e quando de longe se avistava melancias descendo na água. Era fartura demais, agora se a gente quiser comer tem que comprar e é caro” (Maria Miranda, entrevista realizada em 09 de março de 2021). Para dona Maria Miranda, antes do lago foi um tempo de fartura, quando as melancias plantadas nas vazantes (Figura 27) atendiam aos ribeirinhos em abundância; ao contrário, nos dias atuais, já reterritorializados no RUC, a ausência de dinheiro se tornou um empecilho para atender as necessidades básicas do grupo.

Figura 27 — Deslocamento da produção nas vazantes no Rio Tocantins



Fonte: página de Marcelina Bispo Monteiro no Facebook.

Desse modo, por intermédio das narrativas elaboramos compreensões acerca do campesinato, inerente aos hábitos gozados no passado em que o sociólogo José de Souza Martins, descreve como parte do campesinato brasileiro, uma classe social (MARTINS, 1983). Essa sociologia rural como destacou o autor, ajuda a reconstituir os fatos, as estratégias

sobreviventes lá e cá, ou seja, nas ruas de baixo com a natureza/rio e agora no RUC com o lago e sem as terras, melhor dizendo, sem fartura.

Nessa lógica, o rio como centro de articulação, proporcionava um lugar seguro de significados, revelando relações, quer fossem familiares, sociais, econômicas ou religiosas eram comunais, exercidas coletivamente, embora também resultados de múltiplas forças no enfrentamento dos conflitos marcados pelo lugar territorial que os classificava como trabalhadores rurais. Essa classificação e demarcação territorial definia o valor do dinheiro e a maneira de tratamento nos comércios locais.

Quando a gente sabia notícia de que mataram gado, corria para o mercado. Chegava lá tava aquela multidão rudiando o açougue. Muita gente gritando chamando pelo nome dos açougueiros, os açougueiros nem davam trela. E eram açougueiros conhecidos da gente, pessoa pobre como eu, porém, não gostavam de adular rico. O seu fulano chegava e nem abria a boca, já recebia seu quilincho de carne amarrado com barbante. (Marlene Batista, entrevista realizada em 23 de março de 2021)

Na falta da disputada carne de gado, outras estratégias entravam em campo, assim como citou também dona Maria Miranda: “A gente não comprava mistura, no meu quintal até taioba³⁷ se plantava. O caldo ajudava molhar o arroz. E eu achava era bom, só que a carne de gado fazia falta”. Alguns modos culturais do povo de Babaçulândia, conforme nosso recorte, pouco avançou se compararmos aos hábitos de caça e pesca dos sertanejos pobres do norte entre 1900 e 1930 descritos por Frei José Maria Audrin (*apud* MEDEIROS, 2012, p.158)

[...] a carne dos rebanhos não era acessível aos pobres na maior parte do tempo, o que não diminuía suas necessidades de suprir seus corpos com proteínas. [...] Também nos Vales a carne bovina não era a primeira opção das pessoas... Quanto aos pobres era na caça e na pesca que tinham fornecimento seguro de proteína e gordura. (MEDEIROS, 2012, p.158)

Embora vivessem também da caça, aprenderam que a carne bovina era importante para compor a alimentação. Era uma alimentação com o mínimo vital, concordando aqui com (CANDIDO, 2017). Um mínimo que se estende a uma necessidade não apenas alimentar, mas social e cultural para o município de Babaçulândia – TO. E, segundo as histórias, não bastava

³⁷ A taioba é uma hortaliça da família Aráceas e originária das regiões tropicais da América do Sul, é uma excelente fonte de ferro, fósforo, cálcio, potássio e manganês, comparando-se às fontes tradicionais desses elementos. As folhas são mais nutritivas que os rizomas e são muito usadas na cozinha mineira em substituição à couve. Destaca-se pelo teor de fibras alimentares, magnésio, manganês, fósforo, ferro, potássio, zinco e vitamina A (LANA, 2010).

ter o dinheiro para comprar a carne nos açougues do mercado municipal³⁸, era indispensável ter não apenas capital financeiro, mas possuir capital social.

Minha família nunca teve terra. Viemos de Floriano no Piauí procurando. Chegamos aqui em Babaçulândia dia 10 de junho de 1977. Eu e meu esposo plantava arroz e feijão, e na colheita nossa roça enchia de gente pra ajudar. Nossos vizinhos plantavam melancia. Eu choro de lembrar daquelas terras da barra do corrente. Terra boa de fartura. Teve vez de voltar de lá com a canoa cheia e alagava no meio do rio de tão pesada. Outras eu lembro de tá no Remansão lavando roupa e quando de longe se avistava melancias descendo na água. Era fartura demais, agora se a gente quiser comer tem que comprar e é caro. (Maria Miranda, entrevista realizada em 9 de março de 2021)

Dona Maria Miranda, trouxe eventos que determinaram: escolhas, quando sua família iniciou o processo de migração a procura de terra; um misto de felicidade, ao perceber a riqueza da terra e do rio; apuros, enfrentando as complexidades do território no alagamento; companheirismo familiar e social, do esposo e vizinhos na colheita; hábitos ancestrais, a embarcação e o cultivo de alimentos; e economia, quando reclama da atual realidade. A pluralidade de saberes que as memórias dos nossos interlocutores apontam para modos de viver construídos em articulação com rio Tocantins e suas margens férteis onde plantavam as roças de vazantes. Foram tempos difíceis: ausência de terras para plantar, estigmas ocasionados por viverem nas “ruas de baixo”, além da falta de acesso a muitas necessidades, porém sobrevivia entre eles a ideia de que “o rio Tocantins proveria as necessidades”, e isso garantia uma alegria, talvez não tão consciente à época, de terem autonomia na manutenção da vida. Seja como for, as práticas coletivas, as partilhas e a cooperação parecem ser as marcas distintivas de como essas mulheres e homens construíram suas identidades em torno do rio e da terra.

4.2 Práticas de sociabilidades: entre religiosidade e costumes

Arenas da cultura, numa explicação mais consistente é como podemos descrever as ruas de baixo. Thompson (1998, p.17) escreveu que “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o

³⁸ Localizado entre as Ruas de Baixo e de cima, ou melhor, entre a antiga Rua Getúlio Vargas e a Rua Castelo Branco. Um espaço grande, que abarcava os comerciantes locais e prestadores de serviços que no final de semana, entre sexta-feira à tarde até sábado ao meio-dia, sediava a feira. Gente de diversos lugares da região (pequenos produtores) e de outros municípios (camelôs, prestadores de serviços como: consertos de panelas, relógios etc.) movimentavam a economia local.

subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos”. Por esse ângulo, os conflitos estavam presentes nas diversas interações, concentradas nas epistemologias, aqui apresentadas nos saberes fundantes do lugar. Conflitos de todos os tamanhos, da exclusão, com relação a diferenciação das ruas até, daqueles que brigavam para carregar uma imagem em dia de procissão.

Eu chegava cedo na reza. A reza começava às seis horas da tarde para carregar a santa de casa em casa, rezando e quando terminava sempre tinha bolo, muito menino brincando com vela, pingando na unha, coisa de criança danada, essa lembrança surgiu. Eu gostava de puxar o terço, mas também a prioridade era carregar a santa. Quem chegava primeiro na casa que a santa tinha dormido tinha esse direito. Eu ficava no pezinho do altar do lado da santa. Lembro até hoje do cheiro das flores que enfeitavam o altar. (Renato Menezes, entrevista realizada em 9 de março de 2021)

Embora subjetiva, uma arena de disputa se instalava, desde as crianças até os mais velhos das famílias. Renato compreendia o ato de carregar santa como uma distinção meritória dentre os rituais de religiosidade vividos na cidade pelos ribeirinhos, enunciando como essa dimensão era importante para esse grupo. Todos mobilizados com a preparação de um altar usando a melhor mesa, toalha, as flores, velas e o salão da casa para receber os vizinhos e realizar as rezas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Uma tradição católica que percorria as ruas por meio da fé.

O rito cristão_ elemento central e estruturante da festa_ refere-se, portanto, à especificidade da fé em Cristo, e configura o caminho a ser seguido pelo cristão. Mas ele é, também, um rito historicamente construído, que absorve elementos alheios que, não obstante sua especificidade pagã integra-se à festa cristã, assim como elementos cristãos migram para outras religiões. (SOUZA, 2013, p.8)

Outro rito que comungavam era a procissão de São José nas águas do rio, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 28 — Procissão fluvial de São José



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Transversalmente à fé católica, a evangélica e o protestantismo também se ampliava nas ruas de baixo, produzindo sociabilidades diversas. Os cultos no templo que ficava na rua Humberto de Campos (Beira do Rio) eram realizados nas residências constantemente. Instrumento musical como violão, caixa de som, microfone, a música, as canções evangélicas tudo era artifício para prender a atenção e ganhar novos adeptos. Uma disputa pelo território da fé. Sob esse viés, não podemos esquecer dos terreiros.

As religiões de matrizes africanas³⁹, sempre muito rotuladas e excluídas em todas as regiões, não estavam ausentes, seus praticantes, vítimas de toda forma de preconceito e intolerância, eram discretos, nas madrugadas, nos quintais, com suas singulares resistências que não aparecem nos dados⁴⁰ do IBGE do último censo.

A Figura 29 mostra a rua onde havia o templo que abrigava os cultos religiosos.

³⁹ Entendendo como religiões de matrizes africanas no Brasil todas as expressões religiosas em que existe algum tipo de transe ou possessão mediúnica (de orixá, inquice, vodum ou ancestral) e rituais de iniciação, públicos ou privados, envolvendo a comunidade com cânticos e danças, ao som de instrumentos de percussão, comandadas por um/a ou mais de um sacerdote ou sacerdotisa, amparado/a por um tipo de oráculo africano, bem como mitos e histórias africanas (SANTOS, 2010, p.52-53).

⁴⁰ População residente por religião: Católica apostólica romana: 8.219; Evangélica: 1755; Espírita: 11 (IBGE, 2010).

Figura 29 — Rua Humberto de Campos



Fonte: arquivo de imagens da autora.

O som dos tambores nos terreiros escondidos só não retumbavam mais do que as batidas de um martelo na madeira, que era, na fatídica lembrança dos participantes da pesquisa, a melodia triste da fabricação de um caixão.

Quando morria um vizinho, todo mundo ajudava cavar a sepultura, dar banho no corpo e ajudava a fazer o caixão. As pessoas adoeciam e morriam em suas casas, pois num havia posto de saúde, agora tem mais nem todo dia tem médico. O velório era de um dia para o outro, com muita comida e gente conversando. Embora um vizinho indo deitar, deixava a porta da casa aberta, em sinal de respeito com a família enlutada. Ninguém ligava som, só se escutava o badalo do sino na igreja católica anunciando a morte. (Maria Miranda, entrevista realizada em 9 de março de 2021).

As religiões e religiosidades produziam seus próprios rituais, a morte e o velório constituíam uma relação entre as pessoas que compartilhavam aquele território. À luz da compreensão da invisibilidade dos seus modos de vida, do simbolismo do rio naquele universo de baixo, um espaço banal, que é sinônimo de território usado por todos, a união para construir o caixão expressa a força e as condições dos que resistem, daqueles que subalternizados e marcados pelo abandono se unem para superar uma dificuldade comum por meio de técnicas simples na natureza. O velório em si também era um espaço de sociabilidade, ali se reuniam pessoas que mantinham relações de afeto ou que apenas eram conhecidas para manifestarem o pesar pela partida de um ente querido que pertencia à comunidade. Naquelas circunstâncias, o silêncio, a prestatividade, a conversa acolhedora, o prato de comida ou apenas o silêncio respeitoso cimentavam o sentimento comum de que podiam contar uns com outros nos momentos difíceis nas “ruas de baixo”.

Contudo, as sociabilidades desse grupo antes da transferência para o RUC não se davam apenas por meio dos rituais religiosos e de religiosidade. Os costumes pautados na relação com o ambiente e com a natureza estavam alicerçados nos costumes antigos. Assim, nas proximidades da cidade, existia um lugar com quase 5 pés de cajazeiras, o que no tempo e estação certa, produziam muitos cajás. Havia fartura⁴¹ daquele fruto. Juntava gente de toda região da beira do rio para colher. E, entre idas e vindas, histórias eram produzidas seja nas trilhas pelo mato, nas sombras das suas galhas ou na correnteza das águas.

A gente esperava de um ano para o outro para pegar cajá. Era um lameiro na estrada. Tinha gado correndo atrás da gente. Tinha uma grotta, que a gente aproveitava pra banhar. Acordava cedinho pra ir e assim mesmo, quando chegava lá já tinha um tanto de gente com balde cheio de cajá. Lá era o farta guloso. Porque bastava um vento elas voltavam a cair e a gente enchia nossos baldes. Tinha dia que a gente ia de canoa, porque o pai da nossa vizinha tinha uma canoa velha cheia de buraco, cansava o braço de tanto tirar água. Era melhor, só que era na subida do rio e só tinha dois remos. (Leonildes Miranda, entrevista realizada em 09 de março de 2021)

O “Farta Guloso” possuía traços geográficos típicos do cerrado⁴², com uma fisionomia associada ao curso da água, que explica a lama na época da colheita, entre os meses de fevereiro a março, período chuvoso, compreendido como inverno pelos moradores da região. Cada fruta era disputada não apenas pelo sabor, mas pela renda que podia gerar. Era um modo de obter dinheiro por meio da venda do produto da coleta nas feiras no Mercado Municipal. Cada quilograma juntado de cajá, podia se transformar em um “muda de roupa” — linguagem regional que se refere a vestimenta, em brincado — sonho infantil em diversificar as possibilidades das brincadeiras, que em várias ocasiões eram projetadas na natureza, quando um caroço de manga se transformava em boneca, a palha do coco em relógio e galhos secos em espadas. A criatividade infantil, embora não sendo o centro dessa investigação, ajuda na compreensão das adaptações elaboradas no universo da cultura rústica, na qual se baseava os hábitos dos moradores das ruas de baixo.

O termo rústico é empregado aqui não como equivalente de rural, ou de rude, tosco, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende

⁴¹ Fartura, nesse sentido para o povo nortense, tem o significado de abundância de alimentos, a verdadeira riqueza.

⁴² O Cerrado está localizado essencialmente no Planalto Central do Brasil e é o segundo maior bioma do País em área, apenas superado pela Floresta Amazônica. Trata-se de um complexo vegetacional que possui relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas da América tropical e de continentes como a África, Sudeste da Ásia e Austrália (EMBRAPA, 2008 *apud* Ribeiro, J. F & Walter, B. M. T., 2008).

expressir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo. (CANDIDO, 2017, p.25)

Nessa interpretação, o conceito de rústico se desenvolve em articulação com o campo das relações e da cultura, trazendo importância para as histórias de grupos marginalizados desde a colonização e silenciados nas narrativas oficiais da formação histórica do Brasil, como os povos indígenas e negros. Assim, retomando o relato da coleta do cajá, a canoa, o meio de transporte compartilhado entre vizinhos nessa tarefa, é originária da cultura indígena e se relaciona também com o uso coletivo dessa embarcação, um costume indígena pautado nas relações de solidariedade e no uso comum dos instrumentos de trabalho e de lazer. Nas “ruas de baixo” de Babaçulândia, esse costume originário de partilhar era semelhante à parceria dos caipiras que, de acordo Candido, era utilizado nas tarefas de necessidade coletiva, compreendida como mutirão (CANDIDO, 2017, p.145). Uma dinâmica sincrônica de remar, tirar água, observar o sentido do caminho e promover o trabalho da coleta, que não é pago, mas sustentado na coletividade, foi durante muito tempo um dos costumes que amalgamou o sentido de coletividade daqueles ribeirinhos.

Essa coletividade encontrava meios e modos de manter-se enquanto grupo reproduzindo hábitos de trabalho, apoiando-se em crenças e religiosidades que ajudavam a tornar suportável as dificuldades da vida, mas também construindo sociabilidades que forjavam narrativas que povoavam o imaginário popular de quem viveu nas ruas rente ao Rio Tocantins, em Babaçulândia, com histórias dos personagens que faziam daqueles territórios um lugar de assombração, diversão e trabalho, como narra dona Leonildes

Na chegada do Remansão havia uma ladeira com um barranco de areia e um pé de manga comum com uma bela sombra e uma estradinha de acesso a sepultura de um padre que morreu afogado lá. As pessoas passavam naquele trecho com muito medo. E um dia minha irmã chegou do colégio e pediu minha mãe para ir tomar banho no rio, minha mãe não deixou, mas ela teimou e foi com as outras colegas da rua. No que chegou no Remansão, emparelhada com essa estradinha para a sepultura ela viu uma criança bem pretinha com os dentes parecendo vampiro. Atravessou na frente dela fazendo a menina ficar assombrada. Nem chegou perto do rio e voltou pra casa correndo, se acabando de chorar. Lá aparecia muita visagem. A gente tinha medo, mas era nosso lugar de diversão. A praia do outro lado do rio, sempre foi difícil pra gente ir. Quem tinha sua canoa tanto podia frequentar como ganhar um dinheiro fazendo a travessia de outras pessoas. Nossa praia era no Remansão. De lá eu atravessava o rio no nado, faltava morrer de cansada, mas a correnteza ajudava na descida. Depois de muitos anos, quando eu já era pescadora, participante da colônia de pescadores e o governo autorizou a gente fazer empréstimo para comprar as tralhas de pesca, compramos também uma canoa, o nosso vizinho era quem fabricava, de madeira bem boa. Coloquei o nome dela de Fera D'água era onde ela ficava amarrada, era estopada para tapar os buracos de entrada da água. (Leonildes Miranda, entrevista realizada em 09 de março de 2021)

No relato de dona Leonildes estão amalgamadas uma composição resumida de parte dos modos de viver dos ribeirinhos antes do Lago da Usina. Desde sua infância, surge a relação com o rio Tocantins no lugar chamado Remansão, onde as crianças brincavam e deixavam a imaginação livre para criar assombrações e visagens. O rio a desafiava: nadar para atravessá-lo era um exercício de resistência que causava grande contentamento. Já adulta, o rio representava o lugar do sustento: pescadora, dona Leonildes usava suas tralhas de pescaria e uma canoa, que havia comprado de um ribeirinho local, para exercer o ofício e reafirmar seus laços com o Tocantins, do qual não esperava nunca se separar. Contudo, a lago levou embora grande parte desses modos de viver, restando aos ribeirinhos desterritorializados das “ruas de baixo” e reterritorializados no RUC resistir e construir novos modos de preservar ao menos algumas das suas práticas culturais que compunham seus antigos modos de viver.

4.3 As dores e dissabores da vida no RUC: entre adaptações e resistências

Ao revelarmos as memórias de uma territorialidade anterior à constituição do Lago da Usina, trazemos não apenas particularidades, mas a produção da existência, guardada nas memórias de um tempo, no qual o diálogo com a terra e o rio era conservado por saberes tradicionais que circulam de uma geração para outra, os quais são representativos da nossa cultura, que vislumbramos como a expressão do ato humano, rotinas, práticas e domínios que compõe os modos de enfrentar a vida, resistindo às dificuldades na estrada da sobrevivência. Uma perspectiva sobre o lugar e o cotidiano dos sujeitos sociais, construtores dos próprios caminhos, estratégias e vivências sem desapartar do rio, eram os elementos fundamentais da cultura desses ribeirinhos antes da UHE. Eles existiam com o rio, não era um casamento onde não podia haver divórcio. Não havia condição de residir naquele território e não depender dele. Nesse sentido, o rio como principal fonte, foi o símbolo nascente, centro das relações trabalho, religião e, posteriormente, do forçado deslocamento até o RUC. Nesse sentido, desde a reterritorialização, o RUC passa a ser o lugar de onde parte a resistência e por isso, conforme a pesquisa de Ana Fani Carlos:

[...] a análise do lugar envolve a ideia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a constituição de uma rede de significações e sentido que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem-lugar, que no plano do vivido se vincula ao conhecido-reconhecido. (CARLOS, 2007, p.22)

Considerando o que propõe a autora, o lugar produz e é produto das relações sociais estabelecidas em um dado território. No Caso do RUC, que modos de vida tem se formado nesse lugar e, principalmente, quais as resistências e reivindicações ali forjadas?

A área para o reassentamento foi adquirida pela empreendedora Ceste. Em cumprimento de seu plano de remanejamento da população, a medida compensatória foi instalar infraestrutura para a população atingida. O RUC recebeu os moradores no mês de julho do ano de 2010. Junto com as mudanças para as novas moradias, vieram também novos problemas, que vão desde a área escolhida que, de acordo dona Maria das Graças, era um terreno que vivia sendo alagado no período das enchentes: “aqui no tempo das enchentes, era uma área inundada pelo Pela⁴³”.

Depreende-se que os ribeirinhos da cidade, são insatisfeitos com o lugar reassentado. Mas, diante da alta especulação imobiliária, onde todos os preços de terrenos, casas e materiais de construção ficaram nas alturas, e engodados pela propaganda do Plano de Remanejamento da População apresentado na cartilha “Energia... Uma Nova Vida”, que divulgava “assistência técnica e social serão de responsabilidade da barragem” (CESTE, 2007, p.15). O RUC vive contínuas consequências, mantendo apenas duas opções para manter e construir novos modos de vida: a adaptação e a resistência.

A manutenção dos costumes: assentada nos rituais, são formas de resistir ou se adaptar às mudanças e de manter, na memória e na existência, os vínculos com os modos de viver de um passado de quando o rio Tocantins ainda estava vivo. Entretanto, como ação de resistência na manutenção e construção de novos modos de viver, os moradores perceberam que lutar, fazendo justiça a nomenclatura recebida (RUC) era necessário, ou seja, os moradores compreenderam que para minimizar o impacto da desterritorialização era primordial juntar forças e fazer uma caminhada coletiva. Assim, antes da mudança em 2010, eles iniciaram o acompanhamento no local das construções, identificando os primeiros problemas.

A gente veio acompanhar o preparo do terreno, ficava vindo, arrumava grupo de pessoas [...] aqui era vizinho [...] com o passar do tempo, as casas foram levantadas e um dia encontramos várias irregularidades. As portas iam abrir pra fora, então isso ia dá certo? Como é que você vai sair da sua casa e uma pessoa vai puxar a porta que vai abrir é pra fora? A porta tem que abrir pra dentro, pra quem está dentro fechar por dentro e ficar à vontade. É errado nunca vi isso, a gente achou aquilo ali estranho, e a gente reclamou e eles resolveram. (Entrevista com Deusinete de Sousa em 12/05/2021)

⁴³ Pequeno córrego que atravessava a área urbana da cidade e desaguava no Rio Tocantins.

Dona Deusinete questiona as portas dizendo “então isso ia dá certo?” como quem questiona todo o empreendimento: como poderia dar certo para os atingidos transferidos para o RUC. Era preciso enfrentar a luta, fiscalizar, fazer o possível para que o CESTE enxergasse suas demandas. As referências identitárias dos ribeirinhos do RUC quanto ao modelo da casa era diferente do desejado pelo Ceste, onde munido de levantamento socioeconômico esqueceu ou não almejou dar relevância às perspectivas e características dos costumes presentes na dupla identidade, rural e urbana das pessoas atingidas.

Já reassentados no RUC, esses ribeirinhos atingidos tiveram que reconstruir seus modos de viver a partir de novas experiências, diferentes daquelas vividas nas margens do rio. Dona Izabel, que residia na Rua Humberto de Campos/Beira Rio, ao receber a nova casa, sentiu-se insatisfeita porque a cozinha ficava na parte da frente e era bastante pequena: “nunca vi cozinha na entrada da casa. Com meu aposento, economizei até poder construir uma cozinha grande. [...] aqui passei pra lei de crente, a igreja é pertinho”. (Entrevista com Izabel Aguiar em 25/05/2021). Buscando adaptar-se ao novo território e acostumada a ter uma cozinha maior na parte do fundo da casa, retornou à mesma experiência, adequando a estrutura física do novo lar. Cristiano Apolucena Cabral, no texto “A produção da existência e resistência da classe camponesa: Uma análise fenomenológica de suas lutas contra a lógica do Capital”, contribui, explicando: “a morada está povoada de referências [...] a cozinha, a qual está centralizada na casa enquanto lugar principal para se reunir com a família e amigos, enquanto lugar de confraternização” (CABRAL, 2021, p.111). Assim, com essa adaptação, nossa narradora esperançava ((FREIRE, 1992) a manutenção dos costumes.

Outro elemento da busca por adaptação de dona Izabel apresenta-se com a referência à mudança de religião depois de reassentada. Seu relato enuncia uma relação mais ou menos direta entre ser transferida para o RUC e tornar-se “crente”, como se o fato de ter uma igreja próxima do reassentamento fosse um fator determinante na mudança de religião. Talvez, na essência, a religiosidade de dona Izabel permanecesse sem alteração, porém ela encontrou na proximidade do templo ao reassentamento uma justificativa para se conformar à sua condição de reterritorializada.

Por outro lado, muitos dos reassentados não deixaram de realizar suas antigas práticas de religiosidade no RUC, como no caso de Renato Menezes que mantém os rituais das fogueiras.

Figura 30 — Dia de São Pedro



Fonte: arquivo de imagens da autora.

O senhor Renato descreve sua prática:

Faço minha fogueira todo ano. Junta vizinho, amigos pra gente assar um peixe, assar batata e contar história. O povo mais novo não gosta, se andar a cidade toda, quase num se vê fogueira, mas aqui na vila sim. Eu tenho muitos afilhados de fogueira, hoje num tem mais. (Renato Menezes, entrevista realizada em 09 de março de 2021).

Como forma de manutenção da cultura, essa tradição mantida pelos mais velhos, moradores do RUC, marca a aproximação de valores, onde para o sociólogo Peter Berger (1973), no campo religioso, pela festa, tanto no sagrado quanto no profano, todas as coisas se

reconciliam. Prevalecendo nessa arena de cultura, a identidade simbólica da fé, revelando crenças e vivências populares, prevalecendo a irmandade, a união presente no coletivo.

Em alguma medida todos os ribeirinhos reassentados no RUC resistem e se adaptam como podem, mas sem jamais deixar de lamentar a perda do rio e com ele seus antigos modos de viver. O lago da UHE, para os entrevistados, destruiu o que havia de mais sagrado: o rio, as terras, ruas e casas, locais onde pulsava suas vidas.

Não tenho nem uma alegria, não me deixou nada, agora o rio, me deixou muitas lembranças, mais essa barragem, posso morrer velhinha, posso morrer hoje, posso morrer amanhã, mais não me deixou nenhuma saudade. Saudade eu tenho do lugar lá no sertão, lá do outro lado do rio, eu nunca mais pisei lá, nunca mais eu plantei um pé de macaxeira. Lá eu tinha o pé de laranja, pé de lima, pé de tangerina, coqueiro plantado já dando, eu tinha, abacate já dando, hoje eu não tenho nada, por quê? Por causa da barragem. Eu vou ter alegria por causa de uma coisa dessa? Não. Não tenho fruta pra comer, porque eu fiz, no tempo que era o rio, né, eu fiz lá o sitio, mas quem foi que comeu? A água. É por isso que não tenho alegria por nada, não me deixou nada. Hoje eu não tenho uma laranja, não tenho coco pra tomar água, não tenho nada, eu tinha tudo feito porque o povo da barragem andou lá e viram, minha casa era de palha, mais ao redor daquela casa eu tinha tudo do que comer, tudo que se come eu tinha ao redor da casa, a macaxeira, o inhame, tudo eu tinha, hoje eu não tenho nada. Porque eu estou bem aqui nesse turrão, porque nem quintal deixaram na casa, nem uma galinha eu posso criar, aí eu vou ficar alegre por uma coisa assim? Não fico. (Vicença Alves, entrevista realizada em 14/07/2022)

No desenrolar dos relatos, quando narram seus modos de viver, nossos narradores ressignificam costumes, e podemos perceber que há pontos em comum entre os indivíduos do reassentamento. Ao dizer “não tenho nenhuma alegria, não me deixou nada agora o rio”, dona Vicença apresenta o sentimento da ribeirinha, que sintetiza a tristeza relacionada à construção da UHE de Estreito, o deslocamento que tiveram que fazer para outro território. Há uma memória coletiva atestando a existência de filhos órfãos, o rio era a mãe e o pai que supria suas necessidades.

Dona Vicença é porta voz da saudade de outros narradores desta pesquisa, carrega muitas lembranças e, ainda, a necessidade de criar e recriar modos de viver e possibilidades de sobrevivência, e de não se apartar do rio. Sentimento que guarda relação com o que conclui Santos (2021), ao pesquisar as quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio em São Miguel do Tocantins (TO), mulheres que, a partir da oralidade e de memórias registradas, também viam nas florestas de babaçu a mãe que lhes dava o sustento, sendo, portanto, a memória

guardiã das narrativas das interlocutoras, pois nesse grupo específico das quebradeiras de coco, a oralidade é uma das maneiras de registrar as lutas a partir do território ocupado, assim como, na produção de territorialidades. (SANTOS, 2021, p.43)

A lógica camponesa mantida nas memórias dos nossos narradores, regula os costumes, que sem rio e a terra, se transportam para novos afazeres através da consciência perceptiva em adaptação, como mostrou dona Vicença, ao transferir para a arte, a força usada no campesinato. “Agora hoje aqui a mudança que chegou todo mundo aposentado, eu faço rede. [...] eu faço rede para as mulheres de Araguaína, de onde mandar o pano pra mim, faço a rede, com 85 anos estou fazendo rede” (Vicença Alves, entrevista realizada em 14/07/2022). Essa transferência de energia, vital para manter a vida em movimento, segundo ela, ajuda na complementação da renda, consumida pela carestia dos alimentos e remédios. Ela salienta as dificuldades em sustentar a família sem a roça, pois outrora, não precisava comprar o básico — arroz, feijão, mandioca, abóbora, milho, melancia — e apenas vendia o excedente “um pouco pra fazer outras coisas, tinha que comprar o vestido, um calçado, um remédio” (Vicença Alves, entrevista realizada em 14/07/2022).

Pensando o deslocamento desses homens e mulheres das áreas ribeirinhas, territorialidades vão sendo construídas por meio de estratégias de resistência diante do novo, das imposições forçadas dos capitalismos à população da comunidade. As memórias da beira do rio guardam as narrativas desses interlocutores, que por meio da oralidade também conseguem manter vivências, sonhos, lutas e territorialidades. Evidentemente, como fruto da resistência, nasceu a possibilidade de reparação das irregularidades identificadas na estrutura das residências. Segundo Dona Deusinete:

Aí ele perguntou: dona Deusinete, você quer protocolar essa causa na justiça? Eu como advogado fiquei muito comovido. Aí eu falei: É doutor, se Deus abençoar que dê tudo certo, vamos ver, aí eles saíram foi embora. [...] antes de despedir ele me orientou, como eu teria que fazer entrar com a causa na justiça, e eu aceitei. Eu como representante da comunidade, fiz uma reunião com as pessoas e também andei nas casas das pessoas, que não podiam ir até a reunião, e a gente, todo mundo aceitou. [...] ia ser uma causa boa. (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

No diálogo acima, alguns aspectos são importantes para evidenciar como a luta se forma no interior do RUC: a presença do advogado é importante, mas o fator determinante é dona Deusinete se identificar como liderança da comunidade, uma mulher que se coloca na posição de defender os interesses do grupo. Nesse sentido, a ação coletiva proposta se constitui como resultante do protagonismo da própria comunidade.

O advogado informou-se de que os moradores do RUC tinham direito a um valor em dinheiro que o Ceste não lhes havia repassado, encarregando Deusinete de reunir os comprovantes de residência da comunidade:

Então aí ele me disse: você pega os comprovantes de residência da comunidade, vai xerocando se alguém tiver alguma declaração de alguma coisa, documentos pessoais, e se tiver IPTU da outra moradia, e juntar tudo, porque aqui nós ainda não tinha naquele tempo a gente não tinha a escritura. [...] corri atrás, de muita coisa, eu e minha família aqui, e as meninas me ajudando, minha irmã meu cunhado, levando documento de gente pra xerocar. (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

De acordo com a interlocutora, alguns moradores nem tinham dinheiro para pagar as cópias dos documentos. Mas o empenho de Deusinete em protocolar a ação na justiça a fez reunir a comunidade para que todos pudessem ser beneficiados.

Aí quando foi em 2014, no dia 19 de março ele arrumou uma advogada, eu arrumei o local que foi ali na Escola Modelo e a gente fez a reunião. Muita gente veio assistir, avisei o pessoal de casa em casa, todo mundo compareceu, eu e aquela gente toda alegre. (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

A alegria de dona Deusinete tem razão de ser, ela compreende a presença de todos como uma evidência de que a coletividade estava ativa, mesmo que em um território hostil. Não bastasse todas as dificuldades, a expectativa da comunidade foi frustrada com a falta de contato do advogado. Além disso, segundo as informações que Deusinete recebeu, o referido advogado, que também era servidor da prefeitura, havia sido desligado do cargo:

[...] andei várias vezes na prefeitura e a notícia, que como o mandato do prefeito Franciel naquele tempo tinha terminado, aí o Advogado saiu também. Certo que aí o Advogado do Ceste, andou aqui com mais outras pessoas representantes do Ceste, e souberam, não sei quem, mais alguém falou que aqui a causa do Reassentamento estava na justiça, aí eles vieram me procurar. (Entrevista com Deusinete de Sousa, 12/05/2021)

Consciente que a luta coletiva poderia reverberar em uma vitória para aquela população, o Ceste se articulou desfazendo a reinvidicação judicial e assumindo o compromisso dos honorários advocatícios, comprometendo-se de realizar as reformas que solucionariam as irregularidades das moradias. Apesar disso, essas reformas fizeram acumular ainda mais problemas.

Figura 31 — Reforma da casa



Fonte: arquivo de imagens da autora.

Deusinete, nossa narradora, sustenta que “O Ceste mais uma vez passou as pernas na gente”. Para as reformas se fez necessário nova mudança, o empreendimento alugava a casa temporária, mas não arcava com as despesas de água e luz. No novo deslocamento, também compulsório, perderam móveis, padeceram de uma nova desterritorialização. Desse modo, a fim de resolverem problemas nas instalações⁴⁴ das residências do RUC, as desterritorializações roubavam desses homens e mulheres mais uma vez a possibilidade de criarem raiz.

Ainda assim, os problemas não foram resolvidos, apenas submetidos a uma camuflagem. “Fui na casa ver o andamento da reforma e vi pedreiro caminhando em cima das telhas de bota, levantaram a coluna pra colocar a caixa d’água rente a área de serviço, e como futuramente a gente pode construir uma cozinha maior?” (Izabel Aguiar Silva entrevistada em 25/05/2021). A empresa responsável pelo RUC, com a finalidade de reduzir os custos, terceirizou contratando mão de obra mais barata, ou seja, pessoas sem qualificação para o trabalho. “Eles botaram gente que fazia as coisas de qualquer jeito”, completou ela.

O modelo da nova residência, “as casas variam de 30 a 80 m², dependendo da estrutura familiar e do tamanho da *antiga* moradia” (CESTE, 2007, p.12, grifo nosso). As casas possuem 1 sala, cozinha, 1 banheiro, 4 quartos, área de serviço e avarandado. Essa estrutura, sobretudo

⁴⁴ Eram inúmeros os problemas tais como rachaduras nas paredes, infiltrações, fiações elétricas expostas, caixa d’água mal assentada, falta de cobertura na área de serviço, problemas no telhado, entupimento das instalações hidráulicas, entre outros.

para quem morava em sua casinha de palha, não acrescenta qualquer valor esperado pelo capitalismo quando anunciava uma nova vida (CESTE, 2007). Como problematizou Leonildes Miranda: “agora nessas casas a conta de água é uma carestia. Pra quê serve essa barragem? A SANEATINS⁴⁵ pensa que porque a gente mora nessas casas construídas temos dinheiro” (Leonildes Miranda, entrevista realizada em 09 de março de 2021). Podemos destacar que o reordenamento do território, ignorou os valores que regem a vida dos ribeirinhos.

Os valores não são apenas ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento), no habitus de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção. (E. P. THOMPSON, 1981, p.194)

A existência das pessoas é preenchida por contradições, incoerências e ambiguidades, e quando acessarmos suas vidas, é imperioso observar as interpretações do mundo obedecem a estimas diferentes da modernidade. Essas novas dinâmicas de vida no coletivo se conectam com memórias e vestígios das muitas labutas para manter tradições e modos de viver anteriores ao deslocamento ao RUC. Nessa perspectiva, a memória é fonte importante para a manutenção das suas culturas e tradições (BOSI, 1994).

À sombra da ótica de Paul Ricoeur (2007), concebemos a memória coletiva como uma compilação de rastros deixados por determinados eventos que de alguma forma afetaram o curso da história do grupo. Assim, apesar da dureza da sua vida atual, reviver memórias é uma das formas que os moradores do RUC encontram para se posicionarem diante de um mundo que ignora suas vivências e seu protagonismo na história do Tocantins.

Diante da nova vida imposta pelo RUC, a memória se comunica como fonte de adaptação ao novo território e para afirmação e fortalecimento das identidades nesse recorrente processo de reterritorialização, que conflui velhas e novas territorialidades, plantadas nos quintais, como faz a moradora Maria Leite, que planta e cultiva as ervas que temperam sua comida no quintal, ou ainda como dona Maria das Graças, que continua pulando o carnaval no grupo da Terceira Idade organizado pela Secretaria de Ação Social do município. “A alegria era lá, o carnaval na rampa da Beira do Rio” (Maria das Graças, entrevista em 25/05/2021).

⁴⁵ Como era chamada a instituição estatal antes de ser privatizada pelo governo do Tocantins e passar a pertencer a empresa de saneamento chamada BRK Ambiental, responsável por explorar a distribuição de água em Babaçulândia.

Assim como Dona Maria Leite, que se sente feliz com o manuseio do solo de onde retira seus condimentos, preservando o hábito de plantar, sua “xarapinha”⁴⁶ Maria das Graças comunga do mesmo sentimento quando pula o carnaval. Uma manifestação cultural que assegura forte integração de vínculos e inclusão social, abrindo espaço para o livre entretenimento deles.

Mesmo lutando para manter os traços culturais que os identifica, é também de desgosto a narrativa dos moradores do que avaliam que a vida com o rio era onde suas identidades se forjavam. Eles dizem que, se houvesse a possibilidade de desfazer a barragem, voltariam para o local das antigas casas. Relatam não enxergar nenhum valor de melhoria, mas “só piorou nossa vida”.

Assim, ao mesmo tempo em que alguns moradores evitam conexão com o lago por trazerem profundo sofrimento, tendo os seus sustentos atuais condicionados à renda do aposento, outros preservam práticas de (com)vivência com ele. No dia a dia, no reassentamento, esses moradores são portadoras de uma cultura, uma tradição e uma religiosidade que, por meio das memórias, podem diminuir a dor e resistir à imposição do capitalismo.

⁴⁶ Diminutivo de xará, que eles utilizam para identificar as pessoas com mesmo nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o desejo da pesquisadora em revisitar suas memórias e história encontrou-se com a história de vida dos reassentados no RUC com a construção da UHE, em Babaçulândia/TO. Assim, iniciou-se essa jornada de exploração de lembranças afetivas que não foram submersas pelo lago.

Nossa pesquisa se desdobrou em alguns objetivos: compreender as experiências nascidas da relação dos ribeirinhos com o Rio Tocantins nos processos de territorialização; rememorar e registrar o período de desterritorialização imposto pela UHE, entender as narrativas e os relatos singulares sobre os modos de vida desse povo, sob a ótica de valorização do território, das identidades e da cultura; caracterizar as mudanças geradas a partir da reterritorialização e as estratégias construídas para garantir a vivência e a permanência no novo território.

Os critérios para seleção dos entrevistados nos fizeram contar com pessoas que sofreram e ainda sofrem o impacto cultural nos modos de vida, que mobilizaram e mobilizam memórias da vida nas ruas de baixo (antes do lago da usina) e que desenvolveram e desenvolvem estratégias de sobrevivência no novo território. São interlocutores que partilham das mesmas formas de sociabilidade, convívio e religiosidade, dividem práticas de trabalho e pelem lado a lado em busca de dias melhores.

Neste trabalho dissertativo, estiveram presentes as marcas pessoais e coletivas dessas pessoas, enquanto homens e mulheres que buscam sua autonomia. Vítimas das diversas violências, esses ribeirinhos sofrem por não ter nascido com privilégios e, por isso, não estão providos de seus direitos básicos. Pessoas que, apesar disso tudo, também são constutores de possíveis lutas, retratadas na evocação de suas memórias e experiências.

Em sua coletividade, os reassentados viviam de acordo com as condições específicas de sua existência e identidade; mas, sofreram os impactos do deslocamento de seu território em Babaçulândia. No processo de formação do lago da UHE, essas pessoas foram desconsideradas, o que gerou uma ruptura em sua identidade cultural, que antes era essencialmente estruturada na relação com o rio Tocantins, condutor de toda sua vida social.

Esta investigação foi construída a partir do suporte teórico-metodológico dado por uma gama de autores e abordagens acadêmico-científicas. Esses foram mobilizados para a análise e a interpretação dos relatos, das narrativas e dos demais materiais que se referem à memória e à construção das representações culturais e de identidade no território.

Parte-se da afirmação de que a cultura local foi convertida em velharia a partir das práticas de exploração que seguem os moldes das primeiras barragens no Brasil e da imposição lucrativa do uso energético no Rio Tocantins. No modelo energético brasileiro — esses, sim, antiguidades —, o Estado e suas políticas de investimento deixam de trazer o equilíbrio entre a expansão elétrica, a qualidade ambiental e o crescimento socioeconômico da população. No País, esse modelo está mais comprometido com a dinâmica econômica do que com as condições de vida da sua população. Esse desequilíbrio que mais atinge a população é explicitado com a atual crise no abastecimento de água e de energia gerados pelas condições hidrológicas desfavoráveis e pela insegurança hídrica.

As características peculiares e coletivas das relações construídas com o lugar foram descartadas para manter o discurso da necessidade energética, o discurso que coloca as barragens como único meio de melhorar a vida da população nos aspectos relativos a educação, saúde, alimentação, moradia, segurança, transporte, vestuário, lazer, comunicação, trabalho, saneamento básico etc. Na realidade, essas são melhorias que não acompanharam o ritmo das compensações financeiras mantidas nas mãos daqueles que deveriam planejar e executar as políticas públicas. Melhorias que não alcançaram o movimento que existia na rotina desses indivíduos atingidos: morar, plantar, vizinhar, divertir-se, estudar, trabalhar, adoecer, tratar-se, morrer e sepultar na interação com os recursos naturais e as condições de processos sociais.

Nesse contexto, instalou-se uma tecnologia que intensificou a desigualdade nos territórios e ignorou outras formas de produção de energia — um modelo energético que se relaciona diretamente com o capitalismo.

O território dominado e/ou apropriado remete à relação entre o espaço/natureza e a sociedade/humanidade/grupo social. Sob a perspectiva desses processos de dominação e apropriação do território, investigamos a construção de estratégias, criadas e recriadas face à (re)territorialização. Esses ribeirinhos desterritorializados e reterritorializados buscam elaborar um repertório de partilhas capazes de fazer uma leitura de mundo que ressignifique os seus saberes próprios. Os elementos residuais de sua cultura permanecem nos seus vários costumes; são mantidos pela memória por meio dos laços construídos entre passado e presente.

A memória, um importante conceito que mobilizamos nessa pesquisa, atravessa a vivência dos ribeirinhos da região, que tiveram suas vidas preenchidas por lembranças localizadas na memória coletiva compartilhada. A partir da mobilização desse e de vários outros conceitos, apropriamo-nos da História Oral como estratégia metodológica. Nesse processo, alcançamos compreender a articulação entre a história individual e a coletiva, e criou-se uma ponte entre as trajetórias individuais e sociais. O relato das experiências pessoais dos

interlocutores serviu para conhecer a realidade a partir de visões calcadas em dados objetivos e em avaliações subjetivas. O pesquisador pôde elaborar questões teóricas e pessoais a partir dessa escuta, levando em conta que, para entender a história, deve-se ir ao encontro dela, o que foi possível por intermédio das narrativas e da escuta comprometida. Foi na memória que buscamos as histórias de vida narradas.

Por meio desse instrumento de pesquisa, foram reconhecidas as falas dos sujeitos impactados, removidos de seus lugares, de suas ruas, casas e construções sociais, sem direito a decisões, respostas, participação política, etc. Seres invisíveis nas narrativas construídas pelo poder.

Ao apresentarmos a trajetória histórica que forma o território onde se estabelecem os ribeirinhos, apresentamos o município de Babaçulândia, interpretaremos o rio Tocantins e a vida nas ruas de baixo, e, por fim, apresentamos o projeto do grande capital, a UHE de Estreito, que tem destruído o meio natural e transformado as vivências que estavam profundamente articuladas ao rio. Percorrendo os traços históricos do território em estudo, pudemos compreender como os acontecimentos se desdobram do passado ao presente, o que nos permitiu a interpretação dos significados entrecruzados nos modos de vida, saberes e práticas culturais da comunidade do reassentamento, além da compreensão dos laços entre memórias, modos de viver, resistência e luta social dos ribeirinhos reassentados.

A abundância hídrica do país constituiu a base do desenvolvimento hidrelétrico e, já no final do século XIX, iniciou a construção das primeiras usinas de pequeno porte para suprir as necessidades de pequenas fábricas. A partir daí, o argumento capitalista de promoção de desenvolvimento da economia impulsionou a construção das usinas hidrelétricas. Contudo, nesses projetos de desenvolvimento, os ribeirinhos não são contemplados, ainda que fossem os mais atingidos com as barragens.

Ainda hoje a construção de grandes hidrelétricas é considerada a solução para a questão energética do País. Contudo, o Estado deveria pensar em iniciativas cujo objetivo fosse corrigir as inadequações do seu modelo energético, como, por exemplo, os desperdícios gerados na produção, na transmissão, na execução e no consumo de energia. As políticas públicas deveriam garantir a eficiência energética das usinas e a manutenção dos seus equipamentos.

O grande potencial hidrelétrico do Norte do País faz da Região Hidrográfica do Tocantins o principal local para a implantação de hidrelétricas, cujo investimento é alto e gera consequências econômicas, sociais e ambientais. Apesar de suas políticas concentradas na produção de energia, o Brasil é um dos países industrializados que mais desperdiçam energia elétrica no mundo.

A noção de “potencial hidrelétrico” dos cursos d’água sobrepõe-se aos outros potenciais, como pesca, irrigação, turismo, cultura e biodiversidade. Dá-se prioridade à geração elétrica e à necessidade de sua expansão, o que é o argumento que justifica novos projetos de UHs no Brasil.

Com a justificativa de desenvolvimento e o financiamento do BNDES, a construção da UHE de Estreito iniciou. Um empreendimento do Ceste em que vários municípios brasileiros foram atingidos por seu reservatório, entre eles, Babaçulândia. O município, localizado às margens do rio Tocantins, além de ter sofrido mudanças em seus traços socioterritoriais, experienciou transformações nos modos de vida da sua população. Nesse processo, não houve envolvimento suficiente da população, ainda que essa tenha sido diretamente afetada. Determinada a construção do reservatório, as águas cobriram o território para dar espaço ao lago. A partir disso, o Ceste precisou retirar os ribeirinhos do local, o que foi feito sem respeito a seus direitos. Sob pressão e imposição, as famílias tiveram que escolher o abandono ou a venda de suas terras.

Inicialmente, o município viveu um período de crescimento demográfico com a construção da obra, e a população teve novas oportunidades de trabalho. Contudo, atualmente não se encontram alternativas de trabalho e a infraestrutura é inadequada. A UHE, em síntese, tem causado diversos problemas à movimentação econômica do município. As receitas geradas pelos tributos ambientais deveriam ter, como destino principal, a reparação dos danos à natureza. Contudo, o dinheiro, nesse caso, deveria ser direcionado a outras ações e bens que beneficiassem toda a população. Especialmente em Babaçulândia, a reconstituição natural não foi possível e, anos depois do ressarcimento financeiro e da aplicação do recurso, ainda não se identificam investimentos dos gestores nas questões de caráter social.

O desenvolvimento do município de Babaçulândia teve base na exploração do babaçu, nas pequenas lavouras e na criação de gado. Todavia, a partir do enchimento do lago, esse passou a ser a “capital do turismo”. Estando na área de confluência da barragem, Babaçulândia modificou suas paisagens e seus modos de vida em favor dos poderosos e ricos. No município, o modo de viver ribeirinho era resultado da relação entre os recursos naturais e o cotidiano social. Um confronto identitário demonstrado na linguagem, nas formas de trabalho e na interação com o meio. O espaço natural e geográfico — rio, terra, ruas — determinava o costume e construía as territorialidades. Havia uma relevante riqueza natural que equilibrava natureza, cultura e afetividade. Essas pessoas mantinham, antes do processo de deslocamento compulsório, uma simetria social que, dentro de suas dinâmicas individuais e coletivas,

combinavam modos de vida entre a terra e o rio para vencer a desigualdade e suprir suas necessidades, como se pôde observar a partir de suas lembranças.

A relação construída pelos ribeirinhos entre terra e rio, quando reelaborada pela memória pós- desterritorialização apresentou-se como um sentimento e uma consciência de perda. Antes do lago, antes da perda do território, antes da transformação de suas culturas, a vida era mais fácil, segundo os relatos. Os problemas eram menores, pois o rio mantinha a vida e garantia a saúde dessas pessoas. Nesse exercício de memória, os interlocutores comparam essa vida à do RUC, destacando que o dinheiro passou a ter maior importância para a manutenção da sua existência: agora é preciso conseguir e guardar dinheiro.

Assim, este trabalho demonstrou as marcas pessoais e coletivas dessas pessoas que rememoram o rio e resistem no RUC. Sem o rio, são homens e mulheres que sonham com autonomia; são vítimas de diversas violências e estão desprovidos de direitos básicos, tentando construir alternativas de luta. As histórias desses indivíduos são caracterizadas a partir da exposição de sua vida passada, praticamente protegida e organizada pela memória dos que já foram moradores das margens do rio Tocantins e que hoje vivem no RUC.

Além de se destacar pelos componentes geográficos que impulsionaram a formação do município de Babaçulândia, o rio também desempenha um papel que transpassa sua composição geográfica. Antes da desterritorialização, as vidas desses ribeirinhos eram mantidas na simplicidade cotidiana em que se compartilhava desde a tábua de lavar roupa no rio até os passeios de domingo no rio Corrente. Residir naquele território era depender do rio, que representava o centro das relações de trabalho, lazer, cultura e religião. Mas, com o argumento que tem base na promoção do desenvolvimento econômico, essas formas socioculturais de dependência do curso do rio foram feridas, e seus moradores, deslocados. Esse processo de desterritorialização e reterritorialização foi, desde o início, marcado por dificuldades. As irregularidades eram muitas e se manifestavam, inclusive, nos mais simples aspectos da construção das casas. Mesmo após 10 anos de conclusão, o reassentamento não apresenta perspectivas de desenvolvimento para as comunidades locais. Ao contrário, segundo os entrevistados, houve mais perdas do que ganhos.

Nesse cenário de desenraizamento, surgiram tristeza e morte. Entre dor e alegria, foi desencadeado um saudosismo que se manifestou na oralidade. Hoje, com dificuldade, tentam repetir estratégias criativas com base em suas memórias. Nas “ruas de baixo” de Babaçulândia, os moradores construíram histórias entre o espaço urbano e o rural, com suas práticas comuns de manutenção e resistência ao avanço capitalista.

Contudo, mesmo antes da formação do lago, Babaçulândia vivia um padrão de marginalização. De certa forma, essa discriminação facilitou a imposição do deslocamento dessa população. Mas, ainda que os moradores tivessem vivido anos sem calçamento, água encanada e energia, existia a força da cultura local com seus territórios dependentes das águas.

Em suas antigas vivências, parte da produção que cabia ao trabalhador abastecia os celeiros e era trocada por outros alimentos. Da falta de dinheiro, surgiram as práticas de reciprocidade, contrárias ao capitalismo. A riqueza não era gerada pelo lucro, mas na satisfação das necessidades em comum, o que representa os valores de uma economia moral. Os frutos da produção individual eram coletivos, diferente do que ocorre nas circunstâncias atuais.

E não era apenas a comida que dividiam; também eram compartilhados os instrumentos usados no dia a dia. A satisfação estava em servir. Os ribeirinhos, em permanente resistência ao capitalismo, produziam, na terra, os meios de sustento e comercialização. Quando não dispunham de terra, plantavam no quintal de sua moradia. Nesse cenário, em que o rio é o centro de articulação, havia um lugar seguro que abrigava relações familiares, sociais, econômicas e religiosas exercidas coletivamente.

Para compreender a economia camponesa, que transpomos para os ribeirinhos, foi preciso sair do campo da abordagem mercantilista e passar a entender as especificidades do fazer econômico desses grupos a partir da construção de seus próprios modos de vida. Percebemos o modo de vida camponês como constante ação de resistência ao capitalismo, dentro da arena chamada terra, onde se fabrica os meios de sustento e se constitui a comercialização. Quando esses ribeirinhos acostumados ao campesinato não dispunham de terra, plantavam no quintal de casa, no lote onde estava fixada a moradia. Uma alternativa chamada de quintal produtivo. O quintal era a parte do mundo debaixo de seus domínios e a proximidade do rio propiciava solo fértil aquelas áreas. Cada metro quadrado, além da própria residência, era usado com o pleno objetivo de prover alimento: plantas medicinais, frutas, legumes etc. Agora, reterritorializados no RUC, a ausência de dinheiro é um problema que deve ser resolvido para atender as necessidades básicas do grupo. Antes do RUC, a riqueza material não estava no dinheiro; mesmo sem ele, davam-se por satisfeitos com os sacos de arroz, feijão e milho, com o monte de abóboras e melancias empilhadas, o que era narrado manifestando felicidade e alegria.

Ao reconstituir os fatos, observamos as antigas estratégias para sobreviver nas ruas de baixo, com a natureza e com o rio, e os mecanismos de agora, no RUC, com o lago e sem as terras. Em síntese: com fartura e sem fartura. Assim, concluímos que, com a perda do território e a transformação dos modos de viver, hoje a vida é mais difícil. Antes do lago, os problemas

dessas pessoas eram menores, pois o rio garantia sua vida e saúde. Depois do lago, no RUC, os antigos modos de viver entraram em um processo de desestruturação. Nessas circunstâncias, a coletividade busca, constantemente, meios e modos de manter-se e reproduzir hábitos e religiosidades na tentativa de tornar suportáveis as dificuldades da vida. As práticas coletivas, as partilhas e a cooperação parecem ser as marcas que, comparando passado e presente, permitem a distinção entre a antiga construção coletiva da identidade e a atual e solitária existência de dificuldade.

A disputa, no antigo território, existia de forma subjetiva: o local era uma arena de disputa que englobava desde as crianças até os mais velhos, representada pelo conflito travado na competição de quem iria carregar a santa nos rituais de religiosidade vividos pelos ribeirinhos. Essa dimensão era importante para esse grupo. Todos eram mobilizados à escolha do salão da casa que iria receber os vizinhos e de onde seriam realizadas as rezas em homenagem à Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Uma tradição católica que percorria as ruas por meio da fé. E assim também se dava com a fé evangélica, protestante ou de raiz africana.

O diálogo entre a terra e o rio era conservado por saberes tradicionais que circulam de uma geração para outra; saberes que são representativos da cultura, que se observam no ato humano, nas rotinas e práticas e nos domínios que compõem os modos de enfrentar a vida, resistir às dificuldades e garantir a sobrevivência. Os elementos fundamentais da cultura desses ribeirinhos se observam na perspectiva sobre o lugar e o cotidiano dos sujeitos sociais que, perto do rio, eram construtores dos próprios caminhos, estratégias e vivências.

Com a ação de resistência dada na manutenção e na construção de novos modos de viver, os moradores perceberam que lutar era necessário; compreenderam que para minimizar o impacto da desterritorialização era primordial juntar forças e fazer uma caminhada coletiva. Assim, iniciaram o acompanhamento no local das construções, identificando os primeiros problemas.

Desde o plano de remanejamento de 2010, o RUC passou a ser o lugar de onde parte a resistência e onde a luta não cessa. E, de alguma forma, todos os ribeirinhos reassentados no RUC resistem e se adaptam como podem, e jamais deixam de lamentar a perda do rio e dos antigos modos de viver. Essas novas dinâmicas de vida no coletivo se conectam com memórias e vestígios das muitas labutas para manter tradições e modos de viver antes do deslocamento. Assim, a memória é fonte importante para a manutenção das suas culturas e tradições. Apesar da dureza da vida atual, revivem memórias como forma de se posicionarem em um mundo que ignora suas vivências e protagonismos na história do Tocantins.

Ainda que lutem para manter os traços culturais que os identificam, a narrativa dos moradores do RUC é também de desgosto quando comparam a vida com o rio e sem ele. No rio, suas identidades se forjavam. No dia a dia, no reassentamento, esses moradores abrigam uma cultura, uma tradição e uma religiosidade que, por meio das memórias, podem diminuir a dor e resistir à imposição do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, A. W. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BALLESTRIN, L. A América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 11, p.89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 2 mai. 2022.
- BERGER, P. **O rumor dos anjos: sociedade moderna e a descoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 21, n. 59, p.139-153, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10211>. Acesso em: 22 fev 2023.
- BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. **O Tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/7/1934*, p. 14.738. *Coleção de Leis do Brasil - 1934*, p. 679, v. 4.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.699, de 24 de outubro de 1939. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e seu funcionamento e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/10/1939*, p.254.171 (Publicação Original). *Coleção de Leis do Brasil de 1939*, v. 8, p.42.
- Brasil. Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/7/1960*, p.10.509 (Publicação Original). *Coleção de Leis do Brasil - 1960*, p.184, v. 5.
- BRASIL. Decreto nº 94.560, de 7 de julho de 1987. Abre ao Orçamento da União, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, o crédito suplementar de

CZ\$ 283.307.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94560-7-julho-1987-444465-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2022.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Edusp, 2017.

CANTO, O.; LIRIO, A.; FERRÃO, E. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G. S. *et al.* (org.). **Caminhos e Lugares da Amazônia**: ciência, natureza e territórios. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. *E-book*. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/136/1/Livro_CaminhosLugaresAmazonia.pdf. Acesso em 30 mai. 2022.

CABRAL, Cristiano Apolucena. **A produção da existência e resistência da classe camponesa: uma análise fenomenológica de suas lutas contra a lógica do capital**. 1. ed. Jundiá: Paco, 2021.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, G. A. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires, 1974 30p. Disponível em: <http://boliviaagraria.files.wordpress.com/2011/06/chayanov-organizacion-campesina.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. **Barragens e Desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. Um sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000. Disponível em: http://www.dams.org//docs/overview/cmb_sumario.pdf. Acesso em 29 nov 2021.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, antirracismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

EVANDE, P. S. Agricultura familiar: Um todo indivisível. In: COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDIOS RURALES, 4., 2001, Santiago de Compostela. **Anais Eletrônicos** [...]. Santiago de Compostela, 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=609334>. Acesso em 4 mai. 2022.

ESTABELECEMENTOS e profissionais. [S.l.: s. n], 2022. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso em: 29 maio 2022.

FENELON, D.; MACIEL, L.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi de História**. Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 mai. 2022.

FOLHA DE S. PAULO: banco de dados. **180 MIL DESABRIGADOS NO PAÍS**. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_22fev1980.htm. Acesso em 9 maio 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 14 maio 2022.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. **GEOgraphia**. v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 12 maio 2022.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. *In*: RODENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HELERBROCK, R. Usinas de eletricidade. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/fisica/usinas-eletricidade.htm>. Acesso em 24 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados da população dos municípios de Tocantins (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 26 maio 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de Babaçulândia. Babaçulândia: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/panorama>. Acesso em: 14 maio 2022.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf. Acesso em 18 mai. 2022.

LANA, M. M.; TAVARES, S. A. (Ed.). 50 Hortaliças: como comprar, conservar e consumir. 2. ed. rev. Brasília, DF: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2010. 209 p. il. color.. Disponível em: <https://www.embrapa.br/hortalica-nao-e-so-salada/taioaba>. Acesso em: 14 maio 2022.

LEANDRO, J. J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008.

LOPES, Henrique. **Governo do Tocantins avalia potencial turístico regional de municípios da região norte do Estado**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-avalia-potencial-turistico-regional-de-municipios-da-regiao-norte-do-estado/23fyzr08xsq9>. Acesso em: 14 maio 2022.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 1983.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 1994. 138p.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Martins, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEDEIROS, E. A. **Encontros de sangue: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930**. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MEDEIROS, O. M. Trilhas, veredas e ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos valões dos Rios Araguaia e Tocantins (Séculos XIX e XX). 2010. 261f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2010.

MEDEIROS, O. M. **A FICIONALIZAÇÃO DOS SERTÕES: discursos poéticos sobre os vales dos rios Araguaia e Tocantins**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Evolução da estrutura organizacional do DNAEE e antecessores/Centro da Memória da Eletricidade; coordenação BRITO, M. E. Pesquisa e texto de CORRÊA, M. L. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1992.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

MONTEIRO, Marcelina Bispo. **Tempo bom que não volta mais. Antiga Babaçulândia**. Facebook: Marcelina Bispo Monteiro. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0yHv37f1t4BZpchj9gfhQuuHQ6m2XJkg3hWBaxrP1MJW5tk9WqRd52JSritJaUmXtl&id=100003905684321. Acesso em: 14 maio 2022.

OLIVEIRA, M. F. Rio Tocantins: lugar de memórias e identidades. **Revista Mosaico**. Goiânia, v. 1, n. 2, p. 163-168, 2008. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/575#:~:text=O%20objetivo%20principal%20C3%A9%20mostrar,em%20resposta%20C3%A0%20s%20rupturas>. Acesso em 14 mai. 2022.

OLIVEIRA, A. P. **Memórias de Babaçulândia**. Projeto Babaçu. Direção. Babaçulândia: FUNARTE, 2011. (1:25 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AO1ZSb2FuFg&t=10s&ab_channel=AdelsimonPaz. Acesso em 13 abr. 2020.

PALMER, B. **Edward Thompson: objeções e oposições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

PAULA, A. E. H. Territórios de solidariedade: a sociabilidade do apoio mútuo no tempo e no espaço. In: **Geografia e anarquismo: a importância do pensamento de Piotr Kropotkin para a ciência** [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9788595463356.0006>. Acesso em 28 abr. 2023.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 27-64.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, J. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina - MA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLLAK, M. **Estudos Históricos: Memória e identidade social**. n.10, v. 05, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 8 maio 2022.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 13 mai. 2022.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga.

Interdisciplinaridade, humanismo, universidade. Porto: Campo das Letras, 2004.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-14, 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>. Acesso em 3 mai. 2022.

PORTELLI, A. **História Oral como Arte da Escuta.** São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2016.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Leopoldo de Bulhões. **Breve histórico da unidade escolar.** Babaçulândia (TO), 2022. p. 10-57.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: VON SIMON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In*: QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 17, n. 37. 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em: 18 out 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando, 2017.

Ribeiro, J. F & Walter, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. *In*: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Ed.). Cerrado: ecologia e flora v. 2. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, 2008. 876 p. *In*: BRASIL. EMBRAPA. Bioma Cerrado. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado>. Acesso em: 14 maio 2022.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, J. L. As filhas das palmeiras do coco babaçu: memórias e resistências nos modos de vida de quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins (TO). 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2021.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2007.

SIEBEN, A.; CLEPS JÚNIOR, J. Política energética na Amazônia: a UHE Estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO). **Sociedade & Natureza.**

Uberlândia, n. 2, a. 24, p. 183-196, 2012. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/14516>. Acesso em: 08 maio 2022.

SILVA, S. F. A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. A voz do passado: História oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

VIEIRA, M. A. Território em Movimento – Comunidades Camponesas da Amazônia Oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero). DOSSIÊ: Territórios emergentes e ação pública local. v. 9, n. 18. Revista Pós-Ciências Sociais. 2012.

WAGNER, R. A cultura como criatividade. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na Teoria Cultural Marxista. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 210-224, 2005. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>. Acesso em 23 mai. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS – POPULAÇÃO RIBEIRINHA E DESLOCADA PARA O REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO DE BABAÇULÂNDIA – TO

Serão registrados, com anuência dos participantes da pesquisa, nome, idade e detalhes da identidade que estes desejarem compartilhar.

Nome do Entrevistado: _____

Local/Endereço: _____

Data: ____/____/____

1 - IDENTIFICAÇÃO

Iniciais do entrevistado: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Naturalidade: _____

Você se considera:

Branco(a)

Amarelo(a)

Pardo

Negro(a)

Indígena

Não declarado

Estado civil:

Solteiro(a)

Viúvo(a)

União estável

Casado(a)

Divorciado(a)

Qual a sua escolaridade?

Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)

Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)

Ensino Médio (antigo 2º grau)

Ensino Superior

Especialização

Não estudou

Não sei

Você trabalha ou já trabalhou? Qual sua profissão?

Tem filhos? Quantos? _____

Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãs, parentes e amigos - Marque apenas uma resposta)

Moro sozinho

Quatro a sete

Mais de dez

Uma a três

Oito a dez

04. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,00 até R\$ 3.300,00).
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,00 até R\$ 6.600,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.600,00 até R\$ 9.900,00).
- De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 9.900,01 até R\$ 13.200,00).

2 - HISTÓRICO E MEMÓRIA TERRITORIAL

1. Sua família é dessa região ou veio de outro lugar? Você sabe como ocorreu o povoamento ribeirinho na zona urbana de Babaçulândia?
 2. Você tem lembrança dos moradores mais antigos ou dos lugares no contorno do rio junto à cidade? Por exemplo, Indústria, Rampa - Beira Rio, Remansão, Inhame, Morro do Inhame, Farta Gulosa, Colégio Leopoldo de Bulhões, Mercado, Campo - Rua do Campo, quais deles foram mais importantes para você?
 3. Como o sustento da sua família era obtido antes da formação do Lago da UHE - Estreito?
 4. Como você descreveria a importância do Rio Tocantins na sua vida e nas suas histórias?
 5. Existe ligação da sua fé religiosa com eventos ou lugares nas proximidades do rio?
 6. Do que você lembra de diversão/entretenimento através do Rio Tocantins?
 7. De qual lenda, tanto do rio como das ruas, você recorda?
 8. A partir do rio, você frequentava outras regiões? Como era a forma de transporte?
 9. No processo de deslocamento para o Reassentamento Urbano Coletivo, quais dificuldades/perdas/lutas vivenciadas desde a saída da beira do rio?
 10. Da vida no novo território, como está mantida a sobrevivência da família, o divertimento, as relações de convívio com vizinhos e a prática da fé?
 11. Você continua mantendo com o lago a mesma relação que havia com o rio?
 12. Sobre o CESTE, quais os cuidados são realizados para garantir o bem estar da população do reassentamento?
 13. A gestão pública, intervém em favor dos moradores?
- Em algum momento, antes da barragem e do enchimento do lago, você pensou que tamanha mudança não aconteceria?

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia - TO". Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Leomaura Miranda de Andrade Soares, do Curso de Pós-graduação e Estudos de Cultura e Território (PPGCAU) da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do(a) Prof.(a) Olívia Macedo Miranda de Medeiros. Nesta pesquisa, ~~pretendemos~~ Investigar os modos de viver, as memórias e histórias dos nativos do Reassentamento Urbano Coletivo impactados e invisibilizados no processo de desterritorialização em Babaçulândia - TO na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito. O motivo que nos leva a estudar são as riquezas culturais, as memórias, as estratégias de sobrevivência, os símbolos presentes nas narrativas dos sujeitos impactados do Reassentamento Urbano Coletivo, como forma de confirmação dos espaços construídos no território inundado pela água. E simultaneamente, os impactos ambientais resultantes da exploração energética. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: aplicação de Entrevistas e Observação Participante. A sua participação consistirá em Conceder entrevistas semiestruturadas gravadas em registros fotográficos e sonoros. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em: Os(as) participantes podem se sentir desconfortáveis ao conceder a entrevista pois poderão ter lembranças da sua história de vida e se sentirem emocionados, ou até mesmo constrangidos(as) ao saber que suas narrativas serão parte de um estudo, porém a pesquisa não contém qualquer risco além destes, cotidianamente vividos. Caso surja algum dano para os(as) participantes, em decorrência e/ou durante sua participação, este possui direito a assistência e indenização. A pesquisa contribuirá para valorizar as experiências individuais e coletivas e, principalmente, as lembranças "escondidas" que muitas vezes representam histórias de dominação, costumes, tradições, valores éticos e morais, religiosidades e crenças, economia, afetividade, reciprocidade, o cotidiano, verdadeiros "tesouros" na construção e afirmação de identidades.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa

em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na **Universidade Federal do Tocantins**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **CDH Central de Documentação Histórica, Bloco C** do Curso de **História** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, **Leomaura Miranda de Andrade Soares**, portadora do documento de Identidade **618.847 – SEJSP/TO** fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia - TO”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- (x) **Concordo que o meu material sonoro e registro fotográfico seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- (x) **Concordo que o meu registro fotográfico e sonoro possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____

Rubrica do(a) participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do(a) Participante:

Data:

ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE

Nome do(a) Pesquisador(a) Responsável: Leonaura Miranda de Andrade Soares
 Endereço: Rua Amélio Leite, Quadra 01, Lote 07 Bairro: Centro
 Novo Milênio I – Reassentamento Urbano Coletivo
 CEP: 77870-000 Cidade: Babaçulândia - TO
 Telefone Fixo: (63) 3448-1366 Telefone Celular: (63) 9 9252-9333
 E-mail: leonaura83@hotmail.com ou leocordenadora@gmail.com

ASSINATURA DO(A) PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL

DATA

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Hospital de Doenças Tropicais - UFT
 Rua José de Brito, nº 1015 - Setor Anhanguera
 CEP: 77818-530
 Araguaína-TO

Tel.: (63) 3411-6001

E-mail: cep.hdt@ebserh.gov.br

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, **Leomaura Miranda de Andrade Soares**, portador do RG 618.847 - SEJSP/TO e CPF 000.153.031-36 pesquisadora responsável do projeto de pesquisa intitulado **Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia - TO**, comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa somente será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes, em especial a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- Desenvolver o projeto de pesquisa conforme delineado;
- Apresentar dados solicitados pelo CEP-UFT ou pela CONEP a qualquer momento;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP-UFT ou a CONEP, a interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar os relatórios parciais e final ao CEP da UFT;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Araguaína, 07 de julho de 2021.


ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

ANEXO C – DECLARAÇÃO SOBRE DIVULGAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Declaração Sobre Divulgação dos Resultados da Pesquisa

Eu, Leomaura Miranda de Andrade Soares, portadora do RG 618.847 - SEJSP/TO e CPF 000.153.031-36, pesquisadora responsável pela pesquisa cujo projeto é intitulado: **Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia - TO**, declaro: a) que os resultados da pesquisa serão apresentados ao participante da pesquisa antes de sua publicação; b) que os resultados da pesquisa, favoráveis ou não, serão encaminhados para publicação com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e c) que os resultados e/ou achados da pesquisa que puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade serão comunicados às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, preservando, porém, a imagem e assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados ou sofram invasões em sua privacidade pelo controle público, estatal ou não.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Araguaína, 07 de julho de 2021.


Pesquisadora Responsável

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Eu, **Olivia Macedo Miranda de Medeiros**, portador do RG 650.250 SSP-TO e CPF 954331471-34, pesquisadora orientadora do projeto de pesquisa intitulado **Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia - TO**, comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa somente será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes, em especial a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- Orientar o projeto de pesquisa conforme delineado;
- Apresentar dados solicitados pelo CEP-UFT ou pela CONEP a qualquer momento;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP-UFT ou a CONEP, a interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar os relatórios parciais e final ao CEP da UFT;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Araguaina, 07 de julho de 2021.



ASSINATURA DA PESQUISADORA ORIENTADORA

ANEXO E - DECLARAÇÃO SOBRE USO E DESTINAÇÃO DE DADOS E/OU MATERIAL COLETADOS E DE CONFIDENCIALIDADE

DECLARAÇÃO SOBRE USO E DESTINAÇÃO DE DADOS E/OU MATERIAL COLETADOS E DE CONFIDENCIALIDADE

Nós, **Leomaura Miranda de Andrade Soares**, inscrito no CPF sob nº 000.153.031.36, pesquisadora responsável pela pesquisa cujo projeto é intitulado "**Os modos de viver de um reassentamento urbano coletivo: memórias e narrativas dos nativos desterritorializados na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babauândia - TO**" do Curso de Pós-graduação e Estudos de Cultura e Território - **PPGCAE** da Universidade Federal do Norte do Tocantins, declaramos que: a) que os dados e materiais coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos, em conformidade com a finalidade prevista no protocolo de pesquisa ou conforme consentimento livre e esclarecido do participante; b) que todas as informações coletadas em referência aos participantes da pesquisa são estritamente confidenciais, somente tendo acesso a elas os integrantes da equipe de pesquisa desta signatários. Por ser verdade, firmo a presente declaração. **█**

Araguaina, _____ de _____ de 20____.

(Nome do Pesquisador Responsável)

ANEXO F – PARECER SUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS MODOS DE VIVER DE UM REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS NATIVOS DESTERRITORIALIZADOS NA FORMAÇÃO DO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO EM

Pesquisador: LEOMAURO MIRANDA DE ANDRADE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50687721.8.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.999.840

Apresentação do Projeto:

O projeto é bem estruturado e apresenta as principais informações da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os modos de viver, as memórias e histórias dos nativos do Reassentamento Urbano Coletivo impactados e invisibilizados no processo de desterritorialização em Babaçulândia - TO na formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, segundo a pesquisadora: Os entrevistados poderão vir a experimentar desconfortos em relação ao momento da entrevista, constrangimentos ou alterações comportamentais na produção de registros, tais como: ao responder as perguntas da entrevista gravadas em áudio e no momento de registrar o visual (fotografias). Para minimizar possíveis riscos, não haverá interferências no momento das narrações (entrevistas); manteremos o sigilo total dos entrevistados, portanto, não haverá risco físico, intelectual ou moral aos participantes. Caso algum dos participantes venha a sofrer determinado tipo de dano, a equipe de pesquisa providenciará atendimento psicológico sem custo para o mesmo.

Quanto aos benefícios, segundo a pesquisadora: Essa proposta visa garantir espaço de fala aos sujeitos impactados, arrancados de seus lugares, de suas ruas, casas, construções sociais sem

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.999.940

direito a decisões, respostas, seres invisíveis nas narrativas de poder e participação. Para a sociedade acadêmica, trará contribuição sobre esta população na construção do conhecimento sobre a cultura deste povo, os impactos causados pela mudança, as consequências culturais e econômicas desta comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a área de estudo e pode contribuir para ampliar pesquisas acerca dos povos ribeirinhos, educação do campo e áreas correlatas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Todos os campos foram preenchidos e assinados.

Cronograma: O cronograma descreve as etapas e meses de execução da pesquisa.

TCLE: É adequado e apresenta as principais informações da pesquisa ao participante.

Declaração de compromisso do pesquisador responsável: Apresenta a autorização da pesquisa pela instituição.

Projeto de pesquisa: Está organizado e descreve todas as informações da pesquisa.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O projeto de pesquisa atende os procedimentos éticos para a pesquisa com seres humanos, segundo a norma operacional 001/2013 e as resoluções 468/12 ebu 510/18.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1791522.pdf	03/08/2021 19:50:44		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	03/08/2021 19:49:49	LEOMAUIRA MIRANDA DE ANDRADE	Aceito
Outros	cartaencaminhamento.pdf	12/07/2021 18:09:02	LEOMAUIRA MIRANDA DE ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projetoBrochura.docx	11/07/2021 21:53:02	LEOMAUIRA MIRANDA DE	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Páido do Almacarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63) 3232-9023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.999.842

Investigador	projeto brochura.docx	11/07/2021 21:53:02	ANDRADE	Aceto
Outros	DeclaraçãoPublicidade.pdf	11/07/2021 21:50:51	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto
Outros	termodeautorizacao para gravação.doc	11/07/2021 21:49:41	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto
Outros	declaração de uso de material.doc	11/07/2021 21:48:58	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.pdf	11/07/2021 21:48:10	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto
Outros	Declaração da Orientadora.pdf	11/07/2021 21:45:38	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto
Declaração de Pesquisadores	Declaração da Pesquisadora.pdf	11/07/2021 21:44:38	LEOMAUARA MIRANDA DE ANDRADE	Aceto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 27 de Setembro de 2021

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almacarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.004-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (62) 3232-8023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br